

Revista Brasileira de Sexualidade Humana – vol 22, n.1, 2011

Volume 22 – Número 1
Janeiro a Julho de 2011

Volume 22 – Número 1 – janeiro a julho de 2011
SBRASH – Sociedade Brasileira de Estudos em Sexualidade Humana
São Paulo - SP.

Diretoria da SBRASH para o Biênio 2010/2011

Presidente - Maria Luiza Macedo de Araújo (RJ)
Vice presidente – Jaqueline Brendler (RG)
Secretário geral – Amaury Mendes Junior (RJ)
Diretora-Tesoureira – Andréa Soutto Mayor (RJ)
Diretora de Publicações - Ana Cristina Canosa (SP)
Diretor de Relacionamento com os Sócios - Paulo Roberto Canella (RJ)
Diretoria de Titulação – Jorge José Serapião (RJ)

Conselho Deliberativo – Biênio 2010/2011

Raquel Varaschini (PR)
 Tereza Cristina Fagundes (BA)
 Iracema Teixeira (RJ)
 Marcio Ruiz Schiavo (RJ)
 Ricardo Cavalcanti (BA)
 Pedro Jurberg (RJ)
 Marise Jurberg(RJ)

Conselho de Ética – Biênio 2010/2011

Flavio Roberto de Carvalho Santos (RJ)
 Sheila Reis (RJ)

REVISTA BRASILEIRA DE SEXUALIDADE HUMANA

Órgão Oficial de Divulgação Científica da Sociedade Brasileira de Estudos em Sexualidade Humana (SBRASH)

EDITORA GERAL: Ana Cristina Canosa Gonçalves (SP)

EDITOR ASSISTENTE: Paulo Roberto Bastos Canella (RJ); Hugues Costa de França Ribeiro (SP)

INDEX ISSN 2236-0530 Periódico indexado em: Edubase (Faculdade de Educação/UNICAMP – São Paulo/Brasil)

Conselho Editorial da Revista Brasileira de Sexualidade Humana

Tereza Cristina Fagundes (BA) – UFBA
 Maria Alves de Toledo Bruns (SP) – USP
 Maria do Carmo de Andrade e Silva (RJ) - UFRJ
 Sonia Mello (SC) – UDESC
 Pedro Junberg (RJ) – UGF
 Mary Neide D. Figueiredo (PR) – UEL
 Elucir Gir (SP) – USPRP
 Marcelo A. Toniette (SP) – USP
 João Benévolo (RN) – UFRN

REDAÇÃO E ENVIO DE ORIGINAIS

A/C Editora Geral: Ana Cristina Canosa Gonçalves Rua Comendador João Gabriel, 67 04052-080 Mirandópolis - São Paulo, SP.

PROJETO GRÁFICO E CAPA

Comunicarte - Agencia de Responsabilidade Social
 Av das Américas 1155/1506 – CEP 22631 020 Rio de Janeiro RJ - telfax 21 2494 2886

PRODUÇÃO EDITORIAL

Edição SBRASH – www.sbras.org.br -Rio de Janeiro RJ

SUMÁRIO - Vol 22. 1 – ano 2011

SUMÁRIO	3
DIREITO: EVOLUÇÃO DA CONDIÇÃO FEMININA	15
AO LONGO DO SÉCULO XX	
LAW AND SEXUALITY: THE EVOLUTION OF WOMANHOOD THROUGHOUT	
THE TWENTIETH CENTURY	
Priscila Ferreira Pereira	
Carlos Alberto Dias	
O ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR E OS ASPECTOS PSICOLÓGICOS	34
INTRAFAMILIAR SEXUAL ABUSE AND PSYCHOLOGICAL ASPECTS	
Arnaldo Risman	
O MACHO FEMININO E A FÊMEA MASCULINA - ANDROGINIA	48
Jorge José Serapião	
CRIANÇAS E O SISTEMA PRISIONAL: REFLEXÕES ACERCA	54
DA SOCIALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DA SEXUALIDADE	
CHILDREN AND THE PRISON SYSTEM: REFLECTIONS ON SOCIALIZATION AND	
CONSTRUCTION OF SEXUALITY	
Cláudia Vaz Torres	
TRABALHOS DE PESQUISA	69
PERCEPÇÃO DE DEFICIENTES VISUAIS SOBRE SEXUALIDADE	70
PERCEPTION OF THE VISUALLY IMPAIRED ON SEXUALITY	
Caroline Burttet	
Glauca Moreno Pereira	
Talita Borges Castelão	
ARTIGOS OPINATIVOS E DE ATUALIZAÇÃO	83
“VIVA O POVO BRASILEIRO” COM UM OLHAR DE GÊNERO	84
“VIVA O POVO BRASILEIRO” WITH A LOOK OF GENDER	
Tereza Cristina Pereira Carvalho Fagundes	
ABORDAGEM SOCIOPSIKODRAMÁTICA DO TEMA SEXUAL	95
SOCIOPSYKODRAMATIC APPROACH OF SEXUAL THEME	
Glaurly A. Coelho	

ENTREVISTAS	100
SEXUALIDADE E MIDIA	101
Marcio Ruiz Schiavo	
TÓPICOS	106
ATUALIZAÇÃO CADASTRAL E ANUIDADE	106

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

A Revista Brasileira de Sexualidade Humana (R.B.S.H.), órgão oficial de divulgação da Sociedade Brasileira de Estudos em Sexualidade Humana, é uma publicação semestral a ser distribuída aos associados da SBRASH, é vendida por assinatura ou em números avulsos. RBSH visa a divulgação de trabalhos cujo objeto de estudo seja qualquer das facetas da sexualidade humana. Os textos a serem publicados devem ser trabalhos originais e seguir as Normas da Revista, baseadas nas Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT): Informação e documentação - Citações em documentos - Apresentação (NBR 10520, 2002 - *em vigor*); Informação e documentação Referências – Elaboração (NBR 6023, 2002, *em vigor*); Informação e Documentação - Resumo - Apresentação (NBR 6028 - 2003 *em vigor*) - Informação e Documentação - Artigo em publicação periódica científica - impressa (NBR 6022 -2003 em vigor) .

Os artigos serão submetidos ao conselho editorial da revista e aprovados para publicação

Para submeter um artigo:

1- Os originais deverão ser encaminhados em três vias digitadas, em espaçamento 1,5, fonte Times New Roman 12, configuradas no programa Microsoft Office Word 2007, não excedendo vinte páginas (entre 21 mil a 28 mil caracteres), acompanhados de uma cópia em CD, dentro das seguintes seções:

- a) Artigos opinativos ou de atualização.
- b) Trabalhos de Pesquisa.
- c) Estudos de caso. Devem conter referências de um caso
- d) Resenha de Livros
- e) Resenha de Teses e Dissertações
- f) Entrevista
- g) Tópicos

2- Todos os textos devem ser acompanhados de uma carta de encaminhamento, assinada por um dos autores, atestando que o artigo não fere as normas éticas da profissão e abrindo mão dos direitos autorais em favor da Revista. As opiniões expressas pelo autor são de sua exclusiva responsabilidade e não refletem, obrigatoriamente, a opinião dos editores.

3- Os autores serão comunicados imediatamente sobre o recebimento do original pelo Conselho Editorial.

4- A apresentação das Resenhas de Livros e Resenhas de Teses e Dissertações devem ter texto com dimensão variável entre três e cinco páginas (4.200 a 7.000

caracteres), contendo o registro e a crítica das obras, livros e teses, publicadas recentemente.

5- Tópicos é seção reservada a manifestações do corpo editorial da revista.

6- A apresentação dos textos nas categorias: Artigos Opinativos, Trabalhos de Pesquisa e Estudos de Caso, devem seguir a seguinte ordem:

Folha de Rosto Identificada:

- 1-Título em português e em inglês (máximo de quinze palavras);
- 2-Título abreviado para cabeçalho (máximo de cinco palavras);
- 3-Nome de cada um do(s) autor(es), acompanhado de breve currículo que o(s) qualifique na área de conhecimento do artigo. O currículo, bem como os endereços eletrônicos, devem aparecer em rodapé **indicado por asterisco** (o grifo é nosso) na página de abertura, ou, opcionalmente, no final dos elementos pós-textuais, onde também devem ser colocados os agradecimentos do(s) autor(es) e a data de entrega dos originais à redação do periódico;
- 4-Endereço completo para correspondência com o Corpo Editorial, telefone, fax e-mail do autor principal..

Folha de Rosto sem Identificação:

- 1-Título em português e em inglês;
- 2-Título abreviado para cabeçalho.

Resumos:

- 1-Resumo, em português, com até 250 palavras;
- 2-Palavras-chave, em português (de 3 a 5), separadas entre si por ponto.
- 3-Abstract em inglês (tradução do resumo);
- 4-Keywords (tradução das palavras-chave).

Texto:

Esta parte deve começar em nova página, numerada como página três (3) ou quatro (4) com título centrado no topo da mesma. Cada página subsequente deve ser numerada. Não inicie uma nova página a cada subtítulo. Separe-os usando uma linha em branco. Quando o artigo for um relato de pesquisa, o texto deverá apresentar, além das páginas de Rosto e Resumos, Introdução, Metodologia, Resultados, Discussão, Conclusões e Referências bibliográficas. Se necessário outros subtítulos podem ser acrescentados. Em alguns pode ser conveniente apresentar resultados e discussão juntos, embora essa estratégia não seja recomendável como regra geral. Utilize o mínimo de notas. Quando realmente indispensáveis, devem ser indicadas por algarismos arábicos no texto e listadas, após as referências, em página separada, intitulada "Notas". Informe, no texto, a inserção de figuras e tabelas, que deverão ser apresentadas em anexo. Observe as normas de citação: Sistema autor-data, sendo a indicação da fonte feita pelo sobrenome do autor ou pelo nome de cada entidade responsável, seguido da data de publicação, do documento e da(s) página(s) da citação. A citação literal de um

texto precisa estar entre aspas e exige a referência ao número da página do trabalho de onde foi copiada. As citações diretas, no texto, com mais de três linhas, devem ser destacadas com recuo 4 cm da margem esquerda, com letra menor que a do texto utilizado e sem aspas. Todos os nomes de autores cujos trabalhos forem citados devem ser seguidos da data de publicação na primeira vez em que forem citados em cada parágrafo. Todas as citações secundárias devem informar as referências originais. Evite utilizar citações secundárias, especialmente quando o original pode ser recuperado com facilidade. Citações de obras antigas e reeditadas devem trazer a data de publicação original/ data de publicação consultada. O sobrenome dos dois autores de um mesmo artigo devem ser citados sempre que o artigo for referido; já artigos escritos por três a cinco autores, os mesmos devem ser citados na primeira referência; da segunda referência em diante utilize sobrenome do primeiro autor seguido de et al. e da data, se for a primeira citação no parágrafo. Cite apenas o sobrenome do primeiro autor, seguido de et al. e data para os artigos escritos por seis ou mais autores: Porém, na seção de Referências, todos os nomes dos autores deverão ser relacionados. As referências abreviadas Id. (Idem - mesmo autor); Ibid. (Ibidem – na mesma obra); op.cit (Opus citatum – obra citada), dentre outras, só podem ser usadas na mesma página ou folha da citação a que se referem, seguidas da data e página referente ao autor ou obra citada, entre parênteses: (Ibid., 1999, p. 6).

Alguns exemplos de citação no texto:

- Citações diretas, de até três linhas, devem estar contidas entre aspas duplas. As aspas simples são utilizadas para indicar citação no interior da citação.

Segundo Sá (1995, p. 27): “[...] por meio da mesma ‘arte de conversação’ que abrange tão extensa e significativa parte de nossa existência cotidiana [...]”.

A chamada “pandectística havia sido a forma particular pela qual o direito romano fora integrado no século XIX na Alemanha em particular.” (LOPES, 2000, p. 225)

Diversos autores salientam a importância do “acontecimento desencadeador” no início de um processo de aprendizagem (CROSS, 1984; KNOX, 1986; MEZIRROW, 1991).

Bobbio (1995, p.30) com muita propriedade nos lembra, ao comentar essa situação, que os “juristas medievais [...] de Sacro Império Romano.”

Merriam e Caffarella (1991) observam que a localização de recursos tem um papel crucial no processo de aprendizagem autodirigida.

De fato, semelhante equacionamento do problema conteria o risco de se considerar a literatura [...], para a teologia (JOSSUA; METZ, 1976, p.3).

Para Freud (1915-1974), mesmo que a relação mãe-bebê se expresse [...] dos primeiros contatos corporais, e eternamente insatisfeito.

Segundo Silva (1983 apud ABREU, 1999, p.3) diz ser [...].

“[...] o viés organicista da burocracia estatal e o antiliberalismo da cultura política de 1937, preservado de modo encapuçado na Carta de 1946.” (VIANNA, 1986, p. 172 apud SEGATTO, 1995, p. 214-215).

“[...] para que não tenha lugar a produção de degenerados, quer físicos quer Moraes, misérias, verdadeiras ameaças á sociedade (SOUTO, 1916, p. 46, grifo nosso).

“[...] desejo de criar uma literatura **independente**, diversa, de vez que, aparecendo o classicismo como manifestação de passado colonial [...]” (CANDIDO, 1993, v.2, p. 12, **grifo do autor**).

“Ao fazê-lo pode estar envolto em culpa, perversão, ódio de si mesmo [...] pode julgar-se pecador e identificar-se com seu pecado (RAHNER, 1962, v. 4, p. 463, tradução nossa)

- Em citações devem ser indicadas as supressões, interpolações, ênfases ou destaques. Do seguinte modo:

[...] - supressões

[] - interpolações, acréscimos ou comentários

Grifo, **negrito** ou *itálico* – ênfase ou destaque

- Citação de informações verbais (palestras, debates, comunicações etc.) Quando se tratar de dados obtidos em informação verbal (palestras, debates, comunicações etc.) indicar, entre parênteses, a expressão informação verbal, mencionando-se os dados disponíveis, em nota de rodapé.

Exemplo: No texto O novo medicamento estará disponível até o final do semestre (informação verbal)¹

¹ Notícia fornecida por John A. Smith no Congresso Internacional de Engenharia Genética, em Londres, em outubro de 2001

- Citação de trabalhos em fase de elaboração:

Indicar os dados disponíveis em nota de rodapé:

No texto: Os poetas selecionados contribuíram para a consolidação da poesia no Rio Grande do Sul. Séculos XIX e XX (em fase de elaboração)¹

¹. Poetas rio-grandenses, de autoria de Elvo Clemente, a ser editado pela EDIPUCRS, 2002.

- Citações diretas com mais de três linhas devem vir com fonte diminuída em até dois pontos (mínimo 10) comparada ao texto, com espaço simples e recuo a direita.

A teleconferência permite ao indivíduo participar de um encontro nacional ou regional sem a necessidade de deixar seu local de origem. Tipos de teleconferência incluem o uso da televisão, telefone, e computador. Através de áudio-conferência, utilizando a companhia local de telefone, um sinal de áudio pode ser emitido em um salão de qualquer dimensão (NICHOLS, 1993, p. 181).

- Coincidência sobre nomes de autores: Quando houver coincidência de sobrenome de autores, acrescentam-se as iniciais de seus prenomes; se mesmo assim existir coincidência, coloca-se os prenomes por extenso.

Exemplo: (BARBOSA, 1958) (BARBOSA, Cassio, 1965)

As Referências bibliográficas dizem respeito a lista de autores e obras citados no texto. Obras consultadas que não forem citadas no texto devem vir listadas em separado como Bibliografia consultada.

As referências ou bibliografia deve ser listadas em ordem alfabética à partir do sobrenome do autor, seguido do título, edição, local, editora, data de publicação e páginas.

Autoria de documentos. Indica(m)-se o(s) autor(es), de modo geral, pelo último sobrenome, em maiúsculas, seguido(s), abreviado(s) ou não. Recomenda-se tanto quanto possível, o mesmo padrão para a abreviação de nomes e sobrenomes, usados na mesma lista de referências. Os nomes devem ser separados por ponto-e-vírgula, seguido de espaço.

Exemplos: ALVES, Roque de Brito. Ciência Criminal. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

DAMIÃO, R.T; HENRIQUES, A. Curso de direito jurídico. São Paulo: Atlas, 1995.

Exemplos de Referências bibliográficas:

1- Artigos e/ou matéria de revista, boletim, etc.

DIAS, C. A.; ALVES, J. M. Reflexões sobre a escolha da parceria conjugal. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, v. 15, n. 1. p. 113-133, 2004. São Paulo: Iglu. 2004.

COSTA, V. R. À margem da lei: o programa Comunidade Solidária. **Em Pauta**: revista da Faculdade de Serviço Social da UERJ, Rio de Janeiro, n. 12, p. 131-148, 1998. (Se a revista científica for paginada por fascículo, incluir o número do fascículo, entre parênteses, sem sublinhar, após o número do volume).

2- Artigo de revista científica no prelo:

Indicar no lugar da data que o artigo está no prelo. Incluir o nome do periódico em itálico, após o título do artigo. Não referir data e números do volume, fascículo ou páginas até que o artigo seja publicado.

3- Artigo e/ou matéria de revista, boletim etc. em meio eletrônico:

SILVA, M. M. L. Crimes da era digital. **Net**, Rio de Janeiro, nov. 1998. Seção Ponto de Vista. Disponível em: <<http://www.brazilnet.com.br/contexts/brasilrevistas.htm>>. Acesso em: 28 nov. 1998.

4- Artigos e/ou matéria de jornal:

NAVES, P. Lagos andinos dão banho de beleza. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 jun. 1999. Folha Turismo, caderno 8, p. 13.

5- Artigos e/ou matéria de jornal em meio eletrônico:

ARRANJO tributário. **Diário do Nordeste Online**, Fortaleza, 27 nov. 1998. Disponível em: <<http://www.diariodonordeste.com.br>>. Acesso em: 28 nov. 1998.

6- Monografia no todo - Inclui livro e/ou folheto (manual, guia, catálogo, enciclopédia, etc.) e trabalhos acadêmicos (teses, dissertações, entre outros).

- GOMES, L.G.F.F. **Novela e sociedade no Brasil**. Niterói: EdUFF, 1998.
 FERREIRA, L. P. (org). **O fonoaudiólogo e a escola**. São Paulo: Summus, 1991.
 PASSOS, L. M. M.; FONSECA, A.; CHAVES, M. **Alegria de saber: matemática, segunda série, 2, primeiro grau: livro do professor**. São Paulo: Scipione, 1995.
 RUCH, G. **História geral da civilização: da Antiguidade ao XX século**. Rio de Janeiro: F. Briguiet, 1926-1940. 4v.
 UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Catálogo de teses da Universidade de São Paulo, 1992**. São Paulo, 1993. 467 p.
 AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. **Publication manual** (4ª ed.) Washington, DC: Autor, 1994.
 BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Relatório da Diretoria-Geral: 1984**. Rio de Janeiro, 1985. 40 p.

7- Monografia no todo em meio eletrônico

- ALVES, C. **Navio Negroiro**. [S.l.]: Virtual Books, 2000. Disponível em: <<http://www.terra.com.br/virtualbooks/freebook/port/Lport2/navionegroiro.htm>>. Acesso em: jan. 2002, 16:30:30.

8. Parte de Monografia (inclui capítulo, volume, fragmento e outras partes de uma obra, com autor(es) e/ou título próprios).

- ROMANO, G. Imagens da juventude na era moderna. In: LEVI, G.; SCHMIDT, J. (Org). **História dos jovens 2**. São Paulo; Companhia das letras, 1996. p. 7-16.

9. Parte de Monografia em meio eletrônico

- POLÍTICA. In: DICIONÁRIO da língua portuguesa. Lisboa: Priberam Informática, 1998. disponível em:<<http://www.priberam.pt/dlpo>>. Acesso em: 8 mar. 1999.

10. Evento como um todo

- X CONGRESSO BRASILEIRO DE SEXUALIDADE HUMANA, 2005, Porto Alegre. **Sexualidade**. Anais. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Estudos em Sexualidade Humana, 2005.

11. Evento como um todo em meio eletrônico:

- CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFPe, 4., 1996, Recife.
Anais eletrônicos... Recife: UFPe, 1996. Disponível em: <<http://www.propesq.ufpe.br/anais/anais.htm>>. acesso em: 21 jan. 1997.

12. Trabalho apresentado em evento, mas não publicado:

FÉRES-CARNEIRO, T. **A transformação das relações familiares no mundo contemporâneo**. Trabalho apresentado no II encontro sobre Direito de Família em Discussão, Rio de Janeiro, RJ, dez, 1998.

13. Trabalho apresentado em evento com resumo publicado em anais:

TONIETTE, M. A; LILIENTHAL, L. A. (Re)pensando pontos de partida no trabalho com as dificuldades sexuais a partir da Curva de Contato proposta por Joseph Zinker. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SEXUALIDADE HUMANA, 10., Porto Alegre, 2005. **Anais**. Porto Alegre, Sociedade Brasileira de Estudos em Sexualidade Humana, 2005, p.129.

14. Trabalho apresentado em evento em meio eletrônico:

SABROZA, P. C. Globalização e saúde: impacto nos perfis epidemiológicos das populações. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EPIDEMIOLOGIA, 4., 1998, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: ABRASCO, 1998. Mesa-redonda. Disponível em: <<http://www.abrasco.com.br/epirio98/>>. Acesso em: 17 jan. 1999.

15. Teses ou Dissertações não publicadas:

MORGADO, M.L.C. **Reimplante dentário**. 1990. 51f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização)–Faculdade de Odontologia, Universidade Camilo Castelo Branco, São Paulo, 1990.

16- Comunicação pessoal::

Cite apenas no texto, dando as iniciais e o sobrenome do emissor e a data.

Não inclua nas referências.

Anexos:

Os anexos devem ser apresentados em uma página após as referências, numerada consecutivamente, em espaço duplo. Somente use anexos se isso for realmente imprescindível para a compreensão do texto.

Figuras e Tabelas:

Figuras e tabelas devem ser apresentadas com as respectivas legendas e títulos, uma em cada página. As figuras e tabelas não poderão exceder 11,5 X 17,5cm. É imprescindível citar autor, título (quando não existir, deve-se atribuir uma denominação ou a indicação Sem título, entre colchetes), data e especificação do suporte e listar nas referências bibliográficas. Exemplo: KOBAYASHI, K. **Doenças dos xavantes**. 1980. 1 fotografia

Nosso procedimento ao receber um trabalho:

Os trabalhos recebidos são apreciados pelo Conselho Editorial. O parecer será expresso de três maneiras:

- a) *Aceito para publicação*: se estiver de acordo com as Normas e for considerado como trabalho de interesse por sua solidez científica, originalidade, atualidade ou oportunidade de informação para a Revista Brasileira de Sexualidade Humana, será publicado em um dos próximos números da revista, segundo um critério cronológico e de paginação.
- b) *Aceitação Condicional*: caso haja dúvida específica, os editores ou outros profissionais associados da SBRASH de reconhecida competência em sua área de atuação poderão ser consultados para avaliar o trabalho e eventualmente condicionar a publicação a modificações que visam melhorar a clareza, precisão do texto ou adequação das normas para publicação. Nesse caso os autores deverão enviar duas cópias impressas do original reformulado com carta de encaminhamento informando sobre as reformulações realizadas. Caso os autores tenham decidido não realizar algumas modificações sugeridas, devem justificar essa decisão. Esta carta e o texto reformulado serão encaminhados a um dos Conselheiros Editoriais, juntamente com os pareceres dos consultores e a versão inicial para uma análise final. Nesta etapa do procedimento, o Conselho Editorial terá conhecimento das identidades dos autores e dos consultores.
- c) *Recusado*: Nessa hipótese, os autores receberão o parecer do Conselho Editorial com a motivação da recusa.

O Conselho Editorial reserva-se o direito de fazer pequenas modificações no texto dos autores, para agilizar o processo de submissão ou publicação dos originais.

Os originais e o disquete enviados pelos autores não serão devolvidos.

Os editoriais, que refletem posições da Diretoria da SBRASH, serão elaborados pelo editor responsável ou pelos membros do Conselho Editorial. Salvo quando um autor é convidado pela revista, exige-se para as demais seções que o autor, ou ao menos um dos co-autores, seja associado à SBRASH.

Direitos Autorais:

A *Revista Brasileira de Sexualidade Humana* possui direitos autorais de todos artigos publicados por ela. A reprodução total dos artigos desta revista em outras publicações, ou para qualquer outro fim, por quaisquer meios, requer autorização por escrito do Editor. Reproduções parciais de artigos (Resumo, *abstract*, mais de 500 palavras de texto, tabelas, figuras e outras ilustrações) deverão também ter permissão por escrito do Editor e dos Autores.

Endereço para Encaminhamento:

A remessa de trabalhos para publicação bem como toda correspondência de segmento que se fizer necessária, deve ser endereçada para:

Revista Brasileira de Sexualidade Humana.

A/C Ana Cristina Canosa Gonçalves

Rua Comendador João Gabriel, 67

Cep 04052-080 São Paulo, SP.

E-mail: acanosa@uol.com.br

EDITORIAL

É com grande satisfação que apresentamos mais um número da RBSH, publicação oficial da Sociedade Brasileira de Estudos em Sexualidade Humana-SBRASH. Os artigos que compõem esse exemplar da Revista atestam a diversidade de temas, que veem mobilizando estudiosos e pesquisadores, dentro de uma ampla gama de assuntos que envolvem a produção científica na área da sexualidade.

As questões de gênero, que nos permitem diferentes olhares, são investigadas em dois artigos dessa edição tanto no aspecto histórico, com a evolução da condição feminina no século XX, como uma investida em uma análise com enfoque na realidade brasileira. Tema sempre instigante, que influencia, como pano de fundo, a construção das sexualidades, mostrando-se elegível a novos estudos e pesquisas que se propõem a captar novos significados e ressignificações na pós-modernidade.

A criança é foco da atenção, em outros dois artigos, quando se discorre sobre o abuso sexual intrafamiliar e seus aspectos psicológicos, e os dilemas enfrentados por crianças cujas mães cumpriram pena no sistema prisional, sobre algumas características das suas socializações e a repercussão sobre a construção de suas sexualidades. Essa última questão é de grande atualidade na realidade brasileira, por haver estatísticas mostrando que cresceu muito, nos últimos anos, a progressão de mulheres reclusas em sistemas prisionais, quando comparada a proporção de homens.

Outros artigos estão relacionados a questões de grandes mobilizações acadêmicas e políticas, que são o direito a inclusão social, que incorpora o que poderíamos chamar de “inclusão sexual”, no caso representado por uma pesquisa sobre a percepção de deficientes visuais sobre suas sexualidades e uma entrevista sobre “sexualidade e mídia”, questão muito polêmica, que chegou a corroborar argumentos, entre os tradicionalistas, sobre a necessidade de um controle da censura, para combater o que consideravam como abusos em assuntos ligados à sexualidade, pela maneira como estavam sendo expostos pela mídia (principalmente, a televisiva).

Por último, não menos importante, temos um artigo que investiga e afirma as possibilidades de utilização da abordagem sociopsicodramática para intervenções na área da sexualidade.

Aproveitamos para em nome da educação sexual, lamentar a iniciativa do governo de vetar a distribuição às escolas do “Kit Escola sem Homofobia” que iria ajudar os professores a

trabalharem o respeito às diferenças no quesito das orientações sexuais, dentro de princípios baseados na direito à dignidade e o cumprimento dos direitos humanos. Essa suspensão contrasta com o grande número de histórias que são notificadas de alunas(os) que tem sofrido o bullying homofóbico que, muitas vezes, além dos danos psicológicos causados, chega a gerar agressões, com a necessidade da transferência de alunos(as) para outras escolas.

Para concluir esse editorial agradeço a contribuição feita por todos os autores desse exemplar, sem o empenho e dedicação de vocês, a publicação da revista ficaria apenas na intenção. Gostaríamos que não só vocês, mas todos os demais associados e interessados, mobilizem-se para divulgar e tornar público o que veem desvelando com a realização de suas pesquisas, estudos e reflexões.

Hugues Costa de França Ribeiro
Editor assistente

DIREITO E SEXUALIDADE: EVOLUÇÃO DA CONDIÇÃO FEMININA AO LONGO DO SÉCULO XX*

*Priscila Pereira Ferreira*¹ *Carlos Alberto Dias*²;

LAW AND SEXUALITY: THE EVOLUTION OF WOMANHOOD THROUGHOUT THE TWENTIETH CENTURY

Resumo: O presente trabalho faz uma leitura da situação da mulher no início do século XX no campo da sexualidade e das sucessivas leis que contribuíram para o surgimento da mulher atual. Trata-se de uma revisão bibliográfica envolvendo Tratados de Direitos, Legislações e obras relativas ao tema. O Código Civil de 1916 propunha um ordenamento em moldes patriarcais, sendo a mulher considerada um ser inferior. A sexualidade e a prática sexual da mulher eram reprimidas tanto na família quanto na sociedade estando sujeita a punições legais caso agisse de forma contrária a moral socialmente estabelecida. Sucessivas mudanças nos dispositivos legais (Estatuto da Mulher Casada de 1962, Lei do Divórcio de 1977, Código Civil de 2002 entre outros) permitiram que assumisse status de igualdade em relação aos homens e o controle sobre o próprio corpo. Embora existam resistências ao novo modelo de mulher, são significativos os ganhos obtidos no campo jurídico e sexual.

Palavras-chave: Direito. Gênero. Sexualidade. Práticas Sexuais.

Abstract: This work represents a reading of the situation of women in the early twentieth century in the field of sexuality and the successive laws that contributed to the emergence of the modern woman. This is a literature review involving Rights Treaties, Legislation and works on the topic. The Civil Code of 1916 proposed a patriarchal order in which women were considered inferior. Sexuality and sexual practices of women were repressed in both the family and society being subject to legal liability if acting in a manner contrary to socially established morality. Successive changes in the law (Status of Women Married in 1962, Divorce Act, 1977, Civil Code of 2002 among others) have allowed women to assume equal status with men and attain control over their own bodies. Although there is resistance to the new model of women, there have been significant gains in the legal and sexual fields.

Keywords: Law. Gender. Sexuality. Sexual Practices.

* Artigo desenvolvido a partir de dados coletados na pesquisa *Valores e representações em torno da sexualidade na microrregião de Governador Valadares*, apoiada pela FAPEMIG, processo SHA APQ-01295-08.

¹ Psicóloga clínica da Prefeitura de Cuparaque-MG, mestre em Gestão Integrada do Território, professora da Unipac/Aimorés.

² Psicólogo. Doutor em Psicologia clínica. Professor do Curso de Mestrado em Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce. e-mail: cdias@univale.br

Distinção entre sexo e gênero na discussão sobre a sexualidade feminina

A sexualidade assume diferentes significados de acordo com a cultura na qual está inserida. Esses significados também variam dentro da mesma cultura, podendo diferir de acordo com as ideologias, posturas e vivências [...] (SEIXAS, 1998, p. 169).

Ao se falar sobre sexualidade feminina, não basta apenas o conhecimento das especificidades biológicas desse grupo populacional. Há também que se conhecer e compreender as idiosincrasias da condição da mulher no espaço social considerado. Nesse caso, não se pode pensar ou realizar qualquer conjectura a respeito da mulher sem se ter, em mente, de que tipo de mulher, ou melhor, a partir de qual referencial ou perspectiva se pretende proferir um discurso a respeito da mulher. Neste trabalho, pretende-se conduzir uma reflexão a respeito de um modelo ou um grupo de mulheres que vivenciam uma situação de subalternidade no mundo contemporâneo. Não se pretende, aqui, discorrer sobre essa situação inferior na qual tais mulheres se posicionam; ao contrário, deseja-se refletir a respeito das formas assumidas por essa submissão, expressas na sexualidade e na prática sexual em pleno século XXI.

A princípio, um melhor entendimento desse fato pressupõe compreender as relações estabelecidas entre os sexos na sociedade, no qual se deve diferenciar sexo biológico (sexo¹ = masculino e feminino) do sexo socialmente construído (gênero² = homem e mulher). O primeiro se refere às diferenças anátomo-fisiológicas, portanto, biológicas, existentes entre homens e mulheres. O segundo diz respeito à maneira assumida por essas discrepâncias nas diferentes sociedades, em decorrência de uma construção social que se concretiza no transcorrer da história de grupos ou de sociedades específicas, como produto das relações sociais entre homens e mulheres (FONSECA, 1997).

É dentro dessa perspectiva que a aceção de Beauvoir (1980 apud FONSECA, 1997, p. 10), segundo a qual “ninguém nasce mulher; mas se faz mulher”, ganha uma conotação especial no tocante à sexualidade feminina e a práticas sexuais estruturadas ao longo da História. Assim, a variabilidade histórica é tão importante na análise da sexualidade quanto qualquer outro fenômeno social e político, conforme afirma Corrêa (1996, p. 153): “(...) seu estudo requer

¹ Conformação particular que distingue o macho da fêmea, nos animais e nos vegetais, atribuindo-lhes um papel determinado na geração e conferindo-lhes certas características distintivas (FERREIRA, 2009).

² Forma culturalmente elaborada que a diferença sexual toma em cada sociedade, e que se manifesta nos papéis e status atribuídos a cada sexo e constitutivos da identidade sexual dos indivíduos (FERREIRA, 2009).

A fim de entender as transformações sofridas pela sexualidade feminina e pelas práticas sexuais no último século, é necessário analisar os fatores que contribuíram para essa ocorrência. A literatura especializada aponta as mudanças ocorridas na sociedade (suas buscas, aspirações, ideologias, formas de produção); a ação dos movimentos feministas e de diversos outros movimentos das mulheres; e os avanços nas leis presentes no Código Civil Brasileiro, como elementos determinantes de modificação da sexualidade feminina e das práticas sexuais.

Dessa maneira, objetiva-se, neste trabalho, compreender o momento contemporâneo em que se inscrevem as mulheres, a partir de uma leitura histórica das formas como a sexualidade feminina foi vista, desde o início do século XX, pela sociedade, e das leis que, sancionadas nesse período, contribuíram para a autonomia da mulher tal, como se observa hoje.

A subordinação feminina no início do século XX

Embora fugindo do propósito deste trabalho, vale rememorar, rapidamente, que, durante o período colonial brasileiro, as mulheres viveram em condições adversas, sendo vítimas de estereótipos sociais formulados sob os auspícios do catolicismo instaurado nesse território. Elas eram mantidas em isolamento relativo e vistas como cidadãs de segunda classe. Também não tinham direito ao voto e permaneciam sob severas restrições quanto ao acesso à escola e à sua inserção no mercado de trabalho (BELTRÃO; ALVES, 2009).

Nesse período, a Igreja Católica exercia forte pressão sobre o “adestramento” da sexualidade feminina. Em sua concepção, a mulher carregava o peso do pecado original e, por isso, sobretudo sua sexualidade, devia ser vigiada muito de perto. Dessa forma, a mulher praticamente não gozava de liberdade. Quando solteira, devia respeito ao pai e tinha de se submeter a suas decisões. Ao se casar, deveria ser submissa ao marido que, de certa forma, assumia parte do papel anteriormente desempenhado por seu pai. E, quanto a sua educação, era dirigida exclusivamente para os afazeres domésticos (ARAÚJO, 2000).

A sexualidade e as práticas sexuais sempre estiveram inscritas nos códigos civis brasileiros como medida de controlar sua expressão e garantir a constituição da família heterossexual e a procriação legítima. De acordo com Corrêa (2006), as mulheres foram e continuam predominantemente inscritas nos códigos civis brasileiros por ocuparem uma função nuclear no contrato social: a reprodução. Essa traz uma série de implicações relevantes para a

sociedade, como o patrimônio, a herança, a filiação, a manutenção da vida cotidiana e, até mesmo, a manutenção da economia.

Ainda em conformidade com Corrêa (2006, p.111), no início da modernidade, o sexo se tornou “o pivô de articulação entre o mundo da vida e administração do corpo político”, o que fez com que as mulheres não fossem excluídas do contrato social, mas “posicionadas desigualmente e confinadas *de jure* ou *de facto* à esfera privada”. Essa desigualdade de posição foi justificada pelo pensamento predominante na época, através do qual havia a necessidade de domesticar a impregnação sexual do corpo feminino, o que também determinava a diferença radical das mulheres em relação aos homens.

Baseado nesses pressupostos foi elaborado, em 1916, o Código Civil Brasileiro, em substituição às Ordenações Filipinas – base do direito português –, que regiam o país. Essa codificação propunha um ordenamento adequado aos moldes de uma sociedade patriarcal, em que a mulher era vista e tratada como um ser inferior ao homem. O código, no Art. 6 do Capítulo I – Das Pessoas Naturais –, afirmava que as mulheres casadas não tinham condições de exercer certos atos, sendo declaradas relativamente incapazes, ao lado dos menores púberes, pródigos e silvícolas.

Art. 6. São incapazes, relativamente a certos atos (art. 147, n. 1), ou à maneira de os exercer:

I. Os maiores de dezesseis e menores de vinte e um anos (arts. 154 a 156).

II. As mulheres casadas, enquanto subsistir a sociedade conjugal.

III. Os pródigos.

IV. Os silvícolas.

Ao mesmo tempo em que dava plenos poderes ao marido, como descreve o Art. 233 nos incisos I, II, III e IV, o Código Civil afirmava ainda que ao esposo cabia a representação legal da família, a administração dos bens comuns e particulares da mulher, o direito de fixar o domicílio da família e de autorizar a profissão da esposa, respectivamente.

CAPÍTULO II

Dos Direitos e Deveres do Marido

Art. 233. O marido é o chefe da sociedade conjugal.

Compete-lhe:

I. A representação legal da família.

II. A administração dos bens comuns e dos particulares da mulher, que ao marido competir administrar em virtude do regime matrimonial adaptado, ou do pacto antenupcial (arts. 178, § 9º, nº I, c, 274, 289, nº I, e 311).

III. O direito de fixar e mudar o domicílio da família (arts. 46 e 233, nº IV).

IV. O direito de autorizar a profissão da mulher e a sua residência fora do tecto conjugal (arts. 231, nº II, 242, nº VII, 243 a 245, nº II, e 247, nº III).

V. Prover à manutenção da família, guardada a disposição do art. 277.

A prática sexual feminina também foi alvo das normas do Código. No inciso IV do Art. 290, foi consentido ao marido pedir a anulação do casamento, até 10 dias após a cerimônia, caso descobrisse que sua mulher não era mais virgem, alegando, para isso, erro essencial sobre a pessoa.

Art. 218. É também anulável o casamento, se houve por parte de um dos nubentes, ao consentir, erro essencial quanto à pessoa do outro.

Art. 219. Considera-se erro essencial sobre a pessoa do outro cônjuge:

[...]

IV. O defloramento da mulher, ignorado pelo marido.

Art. 220. A anulação do casamento, nos casos do artigo antecedente, n^{os} I, II e III, só poderá demandar o outro cônjuge e, no caso do n^o IV, só o marido.

A supervalorização da virgindade, como observada acima, ocorria também no seio familiar. Aparentemente, a submissão da mulher às expectativas do marido é construída ao longo da educação que lhe era imputada pelos genitores. Isso explica o fato de que o pai tinha o direito de deserdar a filha solteira sob a alegação de ela ser desonesta, isto é, já ter sido deflorada:

CAPÍTULO XV
DA DESERDAÇÃO

[...]

Art. 1.744. Além das causas mencionadas no art. 1.595, autorizam a deserdação dos descendentes por seus ascendentes:

[...]

III - desonestidade da filha que vive na casa paterna;

Como se pode perceber, essa legislação concedeu ao homem amplos poderes para limitar as ações das mulheres, impossibilitando-as de alcançar uma autonomia pessoal ou mesmo de exercer livremente sua sexualidade. Ao mesmo tempo, reforçou a divisão dos papéis sociais entre homens e mulheres, cabendo a eles ocupar o espaço social público e, a elas, restringirem-se ao espaço privado do lar como responsável pelo bem-estar dos membros da família.

Mesmo com essas restrições, no início do século XX, com a instituição do trabalho livre na República, parte do proletariado passou a ser constituído por mulheres e por crianças pertencentes às classes menos favorecidas (RAGO, 2000). Para os industriais, empregar essa parcela da população era um negócio bastante lucrativo, porque deixavam de pagar determinados impostos e ainda exploravam discretamente uma força de trabalho cuja capacidade de resistência às ordens dirigidas era considerada baixa.

Apesar de algumas mulheres terem saído para o mercado de trabalho, não conseguiram mudanças fundamentais capazes de reverter o quadro de subordinação existente desde o período colonial (BELTRÃO; ALVES, 2009, p. 132). Essas trabalhadoras foram alvo de inúmeras Essas

trabalhadoras foram alvo de inúmeras investidas sexuais de contramestres e de patrões. Não foram poucas as denúncias realizadas por aquelas que se revoltavam contra as situações de humilhação a que eram expostas no trabalho. Assim, nas primeiras décadas do século XX, a forma de pensar o papel da mulher na sociedade e a sua sexualidade não sofreu mudanças. Elas continuaram a ser vistas como algo a serviço do homem. A tais ocorrências se somava o fato de que a sociedade, em si, não encorajava o engajamento da mulher no mercado de trabalho por se entender que ela não estaria, dessa forma, em condições de cumprir adequadamente com suas atribuições no seio da família.

Muitos acreditavam, ao lado dos teóricos e economistas ingleses e franceses, que o trabalho da mulher fora de casa destruiria a família, tornaria os laços familiares mais frouxos e debilitaria a raça, pois as crianças cresceriam mais soltas, sem a constante vigilância das mães. As mulheres deixariam de ser mães dedicadas e esposas carinhosas, se trabalhassem fora do lar; além do que um bom número delas deixaria de se interessar pelo casamento e pela maternidade (RAGO, 2000, p. 585).

A incorporação da mulher ao mercado de trabalho passou a ser amplamente discutida nesse período. Além das preocupações citadas, surgiam outros temas em debate, relacionados à sexualidade, tais como: adultério, virgindade, casamento e prostituição. No imaginário vigente, o mundo do trabalho era desvalorizado e tinha uma conotação negativa, representada pela metáfora do cabaré. Diferentemente, o lar era valorizado e tido como o ninho sagrado, que abrigava a “rainha do lar” e o “reizinho da família” (RAGO, 2000). Assim, as profissões femininas eram estigmatizadas e associadas a imagens de perdição moral, de degradação e de prostituição.

Também nesse período, era grande o número de autoridades e de homens da ciência, os quais defendiam que a permanência da mulher deveria se restringir ao mundo privado, ou seja, ao lar. Eles consideravam a participação das mulheres na vida pública incompatível com a constituição biológica das mesmas. Existiam, dessa forma, diversos tipos de afirmações a respeito do amor e da sexualidade feminina, que serviam para justificar tais opiniões. A medicina da época fundamentava essas concepções em bases “científicas”, mostrando que o crânio feminino, assim como toda a sua constituição biológica, fixava o destino da mulher: ser mãe e viver no lar, abnegadamente cuidando da família. Outro exemplo é o argumento do médico italiano Cesare Lombroso: “O amor da mulher pelo homem não é um sentimento de origem sexual, mas uma forma destes devotamentos que se desenvolvem entre um ser inferior e um ser superior” (RAGO, 2000, p. 592).

Os médicos da época ainda foram mais longe ao procurarem definir padrões adequados de práticas sexuais entre os casais, divulgando novas concepções sobre a sexualidade feminina em seus manuais de higiene sexual. Rago (2000) traz o exemplo do Dr. Olavarrieta que, em 1929, orientava os maridos sobre como deveriam tratar suas esposas:

[os homens devem evitar] com sua mulher toda classe de refinamentos durante o ato sexual, crendo deste modo cumprir mais fielmente as obrigações de marido, já que a alegria, a satisfação, a recreação ficaram nos braços de suas amigas anteriores. Repeti-las com sua própria mulher, com a que vai ser ‘mãe de seus filhos’, seria insensato, equivaleria a tanto como insultá-la, ofendê-la, quiçá, prostituí-la. (OLAVARRIETA, 1929 apud RAGO, 2000, p. 594)

Dessa forma, pode-se observar que a sexualidade feminina e as práticas sexuais eram de interesse de toda a sociedade; estavam presente nas leis, no discurso médico e dos homens em geral. Entretanto, o interesse pelo assunto não se relacionava ao bem estar feminino; ao contrário, a preocupação era sujeitar o comportamento das mulheres a fim de que elas fossem capazes de atender aos interesses dos homens.

Os primeiros passos para o surgimento de uma nova mulher

Na década de 1930, a situação da mulher brasileira começa a mudar de forma mais significativa. O direito ao voto, alcançado em 24 de fevereiro de 1932, por meio do Código Eleitoral, foi, sem dúvida, o primeiro passo para a efetivação das mudanças que o papel da mulher sofreu ao longo desse século. Ele levou à conquista de parte da cidadania feminina, através da qual a mulher teve mais condições de lutar por seus direitos e por melhores condições de trabalho. Nesse sentido, a efetiva participação da mulher brasileira no mundo político data de 1934, quando foi eleita para a Câmara Federal uma única deputada, a paulista Carlota Pereira de Queiroz. Com o Estado Novo (1937-1945), no entanto, as eleições foram suspensas. A expansão do eleitorado feminino ocorreu somente após a redemocratização de 1945 (BELTRÃO; ALVES, 2009).

No período da Segunda Guerra Mundial ocorreu, tanto no Brasil quanto no exterior, o que Bassanezi (2000) chamou de “modernização e emancipação feminina”. Em função do grande envolvimento dos homens na guerra, houve a necessidade de aumentar a participação feminina em alguns setores que, tradicionalmente, eram masculinos. Já com o fim da guerra, surgiram

campanhas, estrangeiras e nacionais, que defendiam o retorno das mulheres ao mundo privado, ou seja, ao lar, e a volta aos valores tradicionais da sociedade. Entretanto, essas campanhas não obtiveram muito sucesso.

A industrialização pela qual passou o Brasil, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, também foi um fator que contribuiu para as mudanças acontecidas na história das mulheres brasileiras. Como resultado dessa industrialização, houve crescimento urbano e aumento das possibilidades educacionais e profissionais para ambos os sexos. Com a melhora da situação econômica, uma parcela da sociedade passou a ter mais oportunidades de lazer e mais acesso aos bens de consumo e à informação. As condições de vida nas cidades e todas essas transformações possibilitaram maior proximidade entre homens e mulheres, levando a mudanças nas relações amorosas de solteiros e na intimidade familiar. Além disso, a escolha do futuro cônjuge, que antes era fortemente influenciada pelos pais, tornou-se cada vez mais arbitrada pelos próprios filhos (BASSANEZI, 2000).

Apesar de o trabalho feminino ainda ser pouco incentivado nesse período, era cada vez maior o número de mulheres que buscava remuneração fora de casa. Em geral, elas estavam inseridas no setor de prestação de serviços, em escritórios, no comércio ou em empregos públicos. Entretanto, o exercício profissional da mulher fora do lar ainda sofria preconceitos e se desvalorizava, quando comparado ao trabalho masculino. Havia, no imaginário social da época, a crença de que o casamento e a vida profissional feminina eram incompatíveis. Nos casos em que a esposa precisava trabalhar fora para completar o orçamento familiar, o marido sentia-se, na maioria dos casos, envergonhado, por não conseguir, sozinho, sustentar sua família.

Faz-se importante ressaltar que os papéis femininos e masculinos continuavam bem definidos e delimitados, embora houvesse muitos outros avanços sociais. Na década de 1950, a moral sexual era diferente para homens e mulheres. Para eles, as experiências sexuais eram incentivadas, enquanto que, para elas, a sexualidade se restringia aos parâmetros do casamento convencional. A educação das meninas se voltada para serem boas mães e donas de casa exemplar, como nos mostra Bassanezi (2000):

As prendas domésticas eram consideradas imprescindíveis no currículo de qualquer moça que desejasse se casar. E o casamento, porta de entrada para a realização feminina, era tido como 'o objetivo' de vida de todas as jovens solteiras (p. 610).

Visto que a escolha do futuro marido já não era mais função dos pais, as mulheres solteiras deveriam se dedicar a arrumar um bom casamento. Isso significava que elas deveriam ser consideradas “moças para casar”. Para tanto, não deixou de ser importante conservar a virtude, ser contida sexualmente e virgem.

Nesse contexto, a virgindade da mulher solteira ainda era muito valorizada, pois representava o símbolo de sua honra e de sua pureza. E, na maioria dos casos, era considerada pelo rapaz um fator decisivo no momento de escolher sua noiva. Essa valorização reforçava o controle social sobre a sexualidade feminina e previa, como já foi descrito no Código Civil Brasileiro, que o casamento poderia ser anulado caso o noivo fosse enganado e descobrisse, após ter se casado, que sua esposa não era mais virgem (BASSANEZI, 2000).

Os avanços da Medicina e do Direito na liberação da sexualidade feminina

A busca feminina por igualdade de direitos levou a uma importante conquista jurídica, em 1962, com a Lei 4.121, conhecida como Estatuto da Mulher Casada. Essa lei significou uma abertura no Código Civil para a emancipação feminina, pois revogou 14 artigos do Código Civil de 1916. Porém, não foi completamente alterada na década de 1960. Algumas partes que continham discriminações de gênero persistiram até a Constituição de 1988 e outras, até 2001, quando foi formulado o novo Código Civil.

Um grande avanço da Lei 4.121 foi a revogação do dispositivo que equiparava o *status* civil da mulher casada ao dos menores, dos silvícolas e dos alienados. Esse ato possibilitou que a mulher passasse a ter capacidade jurídica plena, deixando de ser civilmente incapaz (SEIXAS, 1998; BELTRÃO; ALVES, 2009). Soma-se a essa conquista a liberação da tutela do marido à esposa que almejasse ter uma profissão. Isso permitiu que a mulher ingressasse livremente no mercado de trabalho, possibilitando-a se tornar economicamente produtiva e autônoma:

CAPÍTULO II

DOS DIREITOS E DEVERES DO MARIDO

IV - Inciso suprimido pela Lei nº 4.121, de 27.8.1962:

Texto original: O direito de autorizar a profissão da mulher e a sua residência fora do teto conjugal (arts. 231, II, 242, VII, 243 a 245, II e 247, III)

Para Marques (2008), a Lei de 1962 representa um avanço aparente na condição legal das mulheres, pois se trata de um avanço cheio de restrições. O ponto mais conservador da lei está em

manter o homem como chefe do lar e conservar, como sua responsabilidade exclusiva, a administração dos bens comuns ao casal.

Além dos avanços na legislação, na década de 1960, ocorreram diversas mudanças na estrutura da sociedade. A autorrealização passou a ser um estilo de vida. Além disso, as pessoas buscaram constantemente a autonomia e a expressão cultural das necessidades individuais e sociais. Até esse período, ainda existiu uma grande diferenciação entre o universo masculino e feminino (SEIXAS, 1998). Entretanto, diversos avanços científicos e médicos dessa época contribuíram para a liberação da mulher.

Por exemplo: as mulheres passaram a ter acesso a contraceptivos eficientes. A pílula anticoncepcional começou a ser comercializada e foi desenvolvido o método do DIU (Dispositivo Intrauterino). Outro método desenvolvido foi a laqueadura, que implica o bloqueamento cirúrgico das tubas uterinas, impedindo os óvulos de descer pelas trompas e ser fecundados pelos espermatozoides. A regulação da fecundidade, dessa forma, permitiu uma maior autonomia feminina no que diz respeito ao número de filhos e ao momento mais oportuno para tê-los. Com isso, a mulher pôde planejar sua permanência nos estudos e sua entrada no mercado de trabalho.

Segundo Catonné (2001, p.83), a possibilidade de controlar a concepção é um ponto fundamental para a igualdade entre homens e mulheres:

A pílula confere muito mais que o direito ao prazer feminino. [...] O horizonte, desanuviado da preocupação com uma maternidade não desejada, permite que se projete de outra forma o futuro. É colocar a mulher em igualdade de projeto existencial com o homem.

Nesse período, a situação da mulher brasileira melhorou significativamente. Houve uma maior participação feminina em todos os níveis de ensino e sua presença no mercado de trabalho passou a ser cada vez mais expressiva (BELTRÃO; ALVES, 2009). Tendo acesso a esses setores, as mulheres passaram a lutar de forma eficiente contra a discriminação econômica, reivindicando postos de decisão na política, nas empresas e nos sindicatos. Em casa, elas passaram a dividir o trabalho doméstico com o marido, bem como as despesas da família e a criação dos filhos. Assim, ocorreu uma maior integração entre o público e o privado para ambos os sexos.

Em conformidade com Beltrão e Alves (2009), a confluência de condições objetivas e subjetivas contribuiu para a mudança desse cenário. As condições objetivas são representadas pelos processos de modernização das estruturas produtivas do país. Já as subjetivas, referem-se às

novas posturas culturais e ideológicas das mulheres. Assim, os fatores subjetivos foram fortemente influenciados pela revolução sexual, iniciada nos anos 1960, na Europa e nos Estados Unidos. A partir desse movimento, existiu uma maior liberação da sexualidade, em relação ao controle anteriormente exercido pelas normas e pelos códigos sociais. Mais do que no campo da sexualidade, foi ainda favorecida a liberação dos rígidos costumes, que segregavam a mulher ao lar e ao papel de esposa e de mãe.

No cenário político, com a ditadura militar, a ação conjunta das mulheres e o movimento feminista não conseguiram se impor de maneira mais efetiva diante das políticas restritivas da época. Nos anos 1970, o movimento de mulheres retornou com mais força, passando a influenciar a política nacional através de mobilizações contra a carestia, pela anistia e pela redemocratização do país (BELTRÃO; ALVES, 2009).

Nasceu, assim, o “Movimento Custo de Vida”, um protesto contra a carestia, de repercussão nacional, que reuniu principalmente mulheres pobres ou dos estratos médios, organizadas em associações de bairros e sindicatos, para lutar contra a alta da inflação, por melhores condições de vida e pela segurança alimentar (SEIXAS, 1998; BELTRÃO; ALVES, 2009).

Mais tarde, surgiram os “Centros da Mulher Brasileira” (São Paulo e Rio de Janeiro), os quais reuniram basicamente mulheres profissionais, e o “Movimento Feminino pela Anistia”. Esse último nasceu em São Paulo, em 1975, e se espalhou por todo o território nacional, obtendo sucesso em 1979, com a conquista da Lei da Anistia (SEIXAS, 1998; BELTRÃO; ALVES, 2009).

O movimento feminista, no Brasil, voltou a ter força a partir de 1975, lutando contra as desigualdades entre os sexos. Este mesmo ano foi instituído pela ONU como o Ano Internacional da Mulher. Na sequência da evolução legislativa, surgiu novo avanço com a Lei do Divórcio, nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977. Ela, porém, limitava o pedido de divórcio a uma só vez. Em 1978, as feministas apresentaram aos candidatos documentos que continham reivindicações de gênero, o que solidificou o quadro nas forças políticas.

Em 1980, com a consolidação do processo democrático, surgiu o Centro de Defesa dos Direitos da Mulher, em Belo Horizonte, e o SOS Mulher, em várias cidades do país. Cresceram,

também, nacionalmente, pesquisas sobre a mulher, sobretudo na área de ciências humanas, havendo uma explosão de publicações em livros, jornais, artigos e revistas voltadas para a condição feminina. Outro importante acontecimento foi o “I Festival Nacional da Mulher nas Artes”, realizado em São Paulo em 1981 (SEIXAS, 1998).

Em 1982, por sua vez, surgiu a mobilização das trabalhadoras rurais, que lutavam pela sindicalização feminina e exigiam o direito ao título de posse da terra, quer fossem casadas, quer fossem solteiras. Em 1985, fundaram-se as Delegacias em Defesa da Mulher, a fim de atender as vítimas de estupro, de espancamento ou de qualquer forma de violência. Foi instalado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que é o primeiro reconhecimento, por parte do governo federal, da existência de desigualdade entre os sexos e da importância da atuação das mulheres no país. Em 1983, foram eleitas 26 mulheres para a Assembleia Nacional Constituinte (SEIXAS, 1998).

A Constituição Federal e o surgimento de uma mulher de direitos

No ano de 1988, entrou em vigor a nova Constituição Federal que, segundo Beltrão (2009), foi uma das mais avançadas do mundo no que se refere à equidade de gênero, pois incorpora e consolida conquistas nacionais e internacionais, as quais marcam um século de luta feminista. Com essa Constituição, homens e mulheres passam a ter os mesmos direitos e obrigações na vida civil, no trabalho e na família. Seu artigo 5º, *caput*, inciso I, estabeleceu a igualdade jurídica entre os sexos:

TÍTULO II

Dos Direitos e Garantias Fundamentais

CAPÍTULO I

DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

Esse artigo provocou profundas mudanças legais na legislação, em especial, no Direito de Família (MATOS; GITAHY, 2007). Após sete décadas de discriminação em relação à mulher, finalmente o sistema legal foi alterado de forma a proteger os direitos fundamentais femininos, restabelecendo a esse grupo a condição de ser humano que, por muito tempo, lhe foi negada. A partir desse código, a mulher passou a ter acesso aos direitos sociais, como educação, saúde e segurança, além da proteção à maternidade e à infância, tal como determina o Art. 6º do Capítulo II, Dos Direitos Sociais, dessa Constituição.

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 64, de 2010\).](#)

Para um melhor entendimento da importância dos avanços no campo do Direito, no que tange a igualdade de Direitos e Deveres entre os sexos, convém proceder a um breve recuo histórico até o período suportado pelas Ordenações Filipinas. Essas se constituíram a primeira forma de legislação brasileira, que vigorou no país, até o ano de 1916. Segundo elas, não poderia ser imputado, ao marido, penas por aplicação de castigos corporais à mulher e aos filhos. Ao contrário, o marido tinha o direito de aplicar castigos físicos a sua companheira e, até mesmo, de tirar-lhe a vida, caso a encontrasse cometendo adultério.

Livro 5 Tit. 38: Do que matou sua mulher, por a achar em adultério
TITULO XXXVIII
Do que matou sua mulher pola achar em adulterio
Achando o homem casado sua mulher em adultério, licitamente poderá matar assí a ella, como o adultero [...].

Pereira (1889, p. 64), em seu livro “Direitos de Família”, afirmou em nota de rodapé que com base nas novas disposições legais, o marido não tinha mais o direito de punir sua mulher. A esse respeito redigiu o seguinte texto: “O marido não tem o direito de castigar a mulher. As disposições da lei [...] que permitiam essa prática, são repugnantes em relação à dignidade humana e em relação à moderna civilização. Estes artigos da lei foram derogados pelo Código Criminal”. Apesar desta nova orientação quanto ao poder do marido sobre sua mulher, tal situação só começou a mudar legalmente em 1916, com a instituição do Código Civil Brasileiro. Mais tarde, a Constituição de 1988 criou as bases para a criminalização de atos violentos do marido contra sua mulher, conforme o Art. 226.

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.
[...]
§ 8º - O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.

Essa Constituição permitiu que o divórcio fosse celebrado mais de uma vez, desobrigando a mulher de portar o patronímico do ex-marido. Além disso, o Art. 20 prevê que, quando os cônjuges estiverem separados judicialmente, devem contribuir na proporção de seus recursos para manter os filhos. A guarda dos filhos pode ser determinada pelos pais e, no caso de não haver consenso entre o casal, a criança ficaria em poder da mãe. O artigo 226, § 5º, por sua vez, determina que o homem não é naturalmente o chefe da sociedade conjugal. Ambos devem

exercer os direitos e as obrigações conjunta e igualmente, não podendo mais a mulher ser conduzida a um patamar de inferioridade para que não configure ofensa a sua dignidade (MATOS; GITAHY, 2007).

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 5º - Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.

§ 6º O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio. ([Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 66, de 2010](#)).

A Constituição Federal de 1988 é considerada um dos maiores avanços em relação aos direitos da mulher, pois reconheceu a maioria das reivindicações dos movimentos feministas, ampliou a cidadania e extinguiu a supremacia masculina e a desigualdade legal entre os gêneros (MATOS; GITAHY, 2007). Uma ocorrência que contribuiu para a adoção dos avanços legais, em relação à mulher, é o fato de as mudanças ocorridas na Constituição já estarem consagradas pelas normas de conduta e costumes de uso por ocasião de sua publicação.

Deve-se ainda ressaltar que, na década de 1980, ocorreram mudanças não só na Constituição como também nos comportamentos, tanto dos homens quanto das mulheres, no que diz respeito à sexualidade e às práticas sexuais. Segundo Seixas (1998), as normas vigentes, nesse período, foram a satisfação instantânea dos desejos e a intensidade de um prazer imediato:

Surgem companheiros cambiantes, e rapazes e moças se afirmam individualmente liberados de pressão, de qualquer ética e de qualquer fidelidade. As atitudes, as roupas e a aparência se dessexualizam, a atividade sexual se “libera” e se desenvolve em todos os sentidos – masturbação, relação homossexual, circulação de parceiros, relação heterossexual. [...] A sensualidade aparece também nas tatuagens no corpo e no brinco de argola para os homens (p. 93).

As mulheres conquistaram, cada vez mais, o direito de circular pelo mundo público. Desde os 12 anos, as meninas das grandes capitais começaram a ir para a rua encontrar o grupo de amigos e a chegar tarde a casa. As moças já não se preocupavam tanto com os estereótipos de “boa moça” ou de “prostituta”, e passaram a trocar de namorado sem preocupações. O namoro já não foi mais vivido com a obrigatoriedade do casamento. A mulher passou também a exercer diversas profissões que, anteriormente, eram carreiras essencialmente masculinas, como, por exemplo, de advogadas e de economistas.

Na década de 1990, surgiram, em São Paulo, os “Clubes das mulheres” – casas noturnas frequentadas unicamente por mulheres, entre 18 e 60 anos. Essas casas fazem grande sucesso por

permitir às mulheres assistir e, até mesmo, tocar em homens musculosos, que dançam de maneira sensual e fazem *strip-tease*.

Além dos casamentos tradicionais, com cerimônia religiosa e civil, emergiram inúmeras outras formas. Entraram em evidência os “casamentos abertos”, nos quais tanto o homem quanto a mulher têm seu círculo de relações pessoais e, em alguns casos, admitem o adultério consensual ou o *swinging*, que é a prática de troca entre casais. Nasceram também uniões em que o casal apenas “vive junto”, sem contrato formal, mas que obedecem às regras de compromisso mútuo. Percebem-se, ainda nesse contexto, casais que moram separados como forma de manter a individualidade; e uniões homossexuais, cada vez mais estáveis. Embora não se configurem casamentos legais, esses casos já são referidos como tal. Conforme Seixas (1998), o que se mostra comum nessas uniões é o compromisso pessoal, a busca do bem-estar, da satisfação, do amor, ou seja, a combinação de sexo com afeto.

Na busca de uma adequação às novas realidades da sociedade, as leis que definem a entidade familiar evoluem, respondendo às demandas sociais. A Lei nº 9.278/96 definiu entidade familiar como a convivência duradoura pública e contínua, entre homem e mulher, com o intuito de constituição familiar, sem se referir a prazo de convivência, e estipulou que os direitos e deveres são iguais aos conviventes (MATOS; GITAHY, 2007).

Art. 1º É reconhecida como entidade familiar a convivência duradoura, pública e contínua, de um homem e uma mulher, estabelecida com objetivo de constituição de família.

Art. 2º São direitos e deveres iguais dos conviventes:

I - respeito e consideração mútuos;

II - assistência moral e material recíproca;

III - guarda, sustento e educação dos filhos comuns.

Vale lembrar que o uso de anticoncepcionais foi um dos fatores que contribuiu para o surgimento desses novos tipos de uniões. Agora, o sentido sexual do casamento não está mais atrelado à gravidez, deixando o sexo livre para ser desfrutado e tendo o prazer como único objetivo. Com o sucesso dos anticoncepcionais, as indústrias farmacêuticas lançaram, no mercado, medicamentos de mesmo efeito, adaptados a diversos tipos de situações e condições de saúde de suas usuárias. Camisinhas, pílula ou injeção anticoncepcional, DIU, diafragma, cápsula de hormônio implantada no braço ou na nádega, pílula tricíclica (reduz a frequência da menstruação para quatro vezes ao ano) e cirurgias (laqueadura, vasectomia) compõem um arsenal de combate à gravidez indesejada, favorecendo, assim, o exercício do prazer (SEIXAS, 1998).

O fato de, no Brasil, a prática do aborto ser proibida, com exceção dos casos em que a gravidez é causada por estupro ou em que traz riscos para a vida da mãe, não impede que muitas mulheres arrisquem a saúde para se livrar de uma gravidez indesejada. A criminalização dessa prática faz com que recorram a medidas abortivas não controladas, em clínicas clandestinas, onde são precários o atendimento e a higiene.

Os motéis brasileiros, por sua vez, são um bom exemplo da liberdade sexual vivenciada na atualidade. Eles se configuram como lugares de privacidade principalmente para os solteiros. Tais ambientes possibilitam, através do recolhimento e do anonimato, o encontro de indivíduos não casados, de casados que buscam sair da rotina e daqueles que vivem relações extraconjugais, sejam elas heterossexuais ou homossexuais.

O novo contexto sociocultural e a existência de uma incompatibilidade entre os preceitos da Constituição Federal de 1988, com o Código Civil de 1916, justificaram a necessidade de criação de um novo Código (MATOS; GITAHY, 2007). Assim, em 2002, aprovou-se o novo Código Civil Brasileiro, que tramitou por 26 anos no Congresso Nacional, contemplando todas as conquistas dos direitos da mulher alcançadas ao longo do século XX.

Nesse código, a Lei nº 10.406/2002 acolhe os preceitos constitucionais da igualdade de direitos entre homens e mulheres (Artigo 5º, inciso I) e a igualdade de direitos e deveres conjugais (Artigo 226, § 5º), ambos previstos na Lei Maior. Esse novo ordenamento revoga o Código de 1916, ao mesmo tempo em que se mostra contrário à visão patriarcal nele contida, segundo a qual o casamento era a única forma de constituição da família e nele deveria imperar a figura do marido, ficando a mulher em situação de submissão e de inferioridade (MATOS; GITAHY, 2007).

Apesar de todos os avanços, observam-se, ainda, reflexos de uma cultura em que homens e mulheres foram e são criados e tratados de maneira diferenciada, principalmente no campo da sexualidade. Amaral (2006), através uma pesquisa qualitativa com adolescentes do sexo feminino, buscou compreender as representações sociais das adolescentes em relação à iniciação sexual. A análise do discurso das adolescentes revelou que os pais, mesmo na atualidade, apresentam comportamentos diferenciados sobre a criação das filhas e dos filhos. Essa diferenciação interfere diretamente na formação da identidade dos mesmos e na postura que eles assumem perante a sexualidade.

Nessa pesquisa, o autor observou que adolescentes do sexo feminino pensam e agem de forma bem distinta dos adolescentes do sexo masculino. Embora ambos iniciem a vida sexual antes do casamento, os meninos o fazem mais precocemente, geralmente a partir dos 12 anos. Eles são mais desinibidos e não se preocupam com as consequências, como doenças sexualmente transmissíveis e gravidez. Muitas vezes, são estimulados pelos pais e por grupos de amigos a terem relações sexuais como uma prova de masculinidade. Diferentemente, as meninas são mais controladas pela família, iniciam mais tarde a vida sexual e apresentam muitos temores em relação à gravidez e a doenças sexualmente transmissíveis, assim como receiam os comentários gerados e a responsabilização pela relação sexual.

Catonné (2001) também observa essa diferenciação de iniciativa na relação amorosa que, na maioria dos casos, ainda é masculina. Segundo ele, o homem propõe e a mulher dispõe; o homem seduz e a mulher oferece sua beleza, mesmo se, em contrapartida, é a mulher quem escolhe. O fato de os homens tomarem a iniciativa se insere na oposição atividade/passividade correspondente ao masculino/feminino, como um sistema multimilênar de correspondência entre os sexos, que perdura até os dias atuais.

A literatura é testemunha de que o século XX foi marcado por significativas mudanças na situação da mulher como um todo. Mudanças que influenciaram significativamente o modo de vivenciar e de externalizar sua sexualidade e a prática sexual em particular. Foram vários os fatores que contribuíram para essa nova configuração, tais como as mudanças na esfera econômica, no campo político, nos sistemas legais, nas ideologias, na cultura, enfim, na forma de conceber e de pensar a mulher. Entretanto, não se deve deixar de mencionar que as mudanças desse século foram precedidas por um século anterior de lutas feministas (CATONNÉ, 2001). As concepções feministas, defendidas tanto por homens quanto por mulheres, contribuíram para a defesa de um mundo mais igualitário, permitindo que grande parte das mulheres brasileiras já não se encontre em posição de subordinação e submissão como se observou no passado.

Considerações finais

Apesar de existirem dificuldades de aceitação das diversas formas de expressão da sexualidade e das práticas sexuais entre homens e mulheres, por parte da sociedade, foram significativos os ganhos para as mulheres nesse campo, caso se considerem as transformações ocorridas do início do século XX até a contemporaneidade.

A mulher atual tem o poder de não aceitar limitações arbitrárias ao desenvolvimento de suas potencialidades profissionais, intelectuais, políticas e sexuais. A dicotomia entre o público e o privado, que se constitui uma característica do patriarcado, encontra-se em falência. A cada dia, as tarefas e os comportamentos perdem paulatinamente sua especificidade sexual. Da mesma forma, a tendência tem sido o vivenciar a prática do sexo como uma atividade fundamentalmente voltada para a satisfação e dissociada do processo de procriação. Isso corresponde, sem dúvidas, a uma das maiores conquistas femininas.

A partir da evolução ocorrida no campo da manifestação da sexualidade e da prática sexual, o Direito cria, ao longo do século XX, instrumentos legais em defesa da mulher, garantindo a moralidade e a manutenção da ordem social. No caso das mulheres, ele instaura a legitimidade da emancipação feminina, através de mudanças na legislação, garantindo-as inúmeros direitos, antes ignorados e, conseqüentemente, muitos deveres. No que diz respeito à sexualidade e às práticas sexuais, as mudanças na legislação permitiram, parafraseando Ávila e Gouveia (1996), que o corpo feminino pudesse se tornar um corpo de prazer, de produção, de criação, não apenas biológica, mas de ação e de experiência em um mundo não limitado apenas à questão da reprodução.

Referências

AMARAL, M. A.; FONSECA, R. M. G. S. da. Entre o desejo e o medo: as representações sociais das adolescentes acerca da iniciação sexual. **Rev. Esc. Enfermagem USP**, v. 40, n. 4, p. 469-476, 2006.

ARAÚJO, E. A arte da sedução: sexualidade feminina na Colônia. In: DEL PRIORE, Mary (org.) **História das mulheres no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2000. p. 45-77.

ÁVILA, M. B.; GOUVEIA, T. Notas sobre direitos sexuais. In PARKER, R.; BARBOSA, R. M. (org.) **Sexualidades Brasileiras**. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 1996. p. 160-172.

BASSANEZI, C. Mulheres dos anos dourados. In: DEL PRIORE, Mary (org.) **História das mulheres no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2000. p. 607-639.

BELTRÃO, K. I.; ALVES, J. E. D. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n.136, p.125-156, jan./abr. 2009.

BRASIL. [Constituição da República Federativa do Brasil de 1988](http://www.planalto.gov.br). Brasília. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 20 ago. 2010.

BRASIL. **Lei nº 3.071, de 1º de Janeiro de 1916**. Código Civil. Brasília. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 04 jul. 2010.

BRASIL. **Lei nº 4.121, de 27 de agosto de 1962.** Dispõe sobre a situação jurídica da Mulher casada. Brasília. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 20 jun. 2010.

BRASIL. **Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977.** Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências. Brasília. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 15 jul. 2010.

BRASIL. **Lei nº 9.278, de 10 de maio de 1996.** Regula o § 3º do art. 226 da Constituição Federal. Brasília. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 15 jul. 2010.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002.** Código Civil. Brasília. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 20 ago. 2010.

CATONNÉ, J-P. **A Sexualidade, ontem e hoje.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001. 120 p.

CORRÊA, S. Cruzando a linha vermelha: questões não resolvidas no debate sobre direitos sexuais. **Horiz. antropol.** [online]. 2006, vol.12, n.26, pp. 101-121. ISSN 0104-7183. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 23 jun. 2010.

CORRÊA, S. Gênero e sexualidade como sistemas autônomos: ideias fora do lugar? In: PARKER, R. e BARBOSA, R. M. (org.). **Sexualidades Brasileiras.** Rio de Janeiro: Relume Dumária: ABIA: IMS/UERJ, 1996, p. 149-159.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa.** 4. ed. Curitiba: Positivo, 2009. 2120 p.

FONSECA, R. M. G. S. da. Espaço e gênero na compreensão do processo saúde-doença da mulher brasileira. **Rev. Latino-americana Enfermagem,** Ribeirão Preto, v. 5, n. 1, p. 5-13, janeiro 1997.

MARQUES, T. C. de N.; MELO, H. P. de. Os direitos civis das mulheres casadas no Brasil entre 1916 e 1962: ou como são feitas as leis. **Rev. Estud. Fem.** [online]. 2008, vol.16, n.2, pp. 463-488. ISSN 0104-026X. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 06 jun. 2010.

MATOS, M. L.; GITAHY, R. R. C. A evolução dos direitos da mulher. **Colloquium Humanarum,** v. 4, n.1, Jun. 2007, p. 74-90. Disponível em: <<http://revistas.unoeste.br/revistas/ojs/>>. Acesso em: 21 jul. 2010.

PEREIRA, L. R. **Direitos de Família.** Rio de Janeiro: Tribuna Liberal: 1889.

RAGO, M. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, M. (org.). **História das mulheres no Brasil.** 3 ed. São Paulo: Contexto, 2000. p. 578-606.

SEIXAS, A. M. R. **Sexualidade Feminina: História, Cultura, Família – Personalidade e psicodrama.** São Paulo: Editora Senac: São Paulo, 1998. 292 p.

ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR: ASPECTOS PSICOLÓGICOS

Arnaldo Risman¹

INTRAFAMILIAR SEXUAL ABUSE AND PSYCHOLOGICAL ASPECTS

Resumo: O Abuso Sexual Intrafamiliar contra crianças e adolescentes ocorre há vários anos, mas atualmente vem sendo mais divulgado. Em sua grande parte, a sociedade não acredita que isso possa ocorrer no seio das famílias, mas a elevada frequência do abuso no mundo atual faz repensar sobre esse assunto que já existia, mas em total segredo. Com o propósito de demonstrar questões sobre o desenvolvimento dessas crianças e adolescentes, principalmente no seu papel biopsicossocial diante do fato, a relação do abuso com o Complexo de Édipo, a rede de apoio e assistência a crianças e adolescentes, que são afetados violentamente, apresentamos as consequências psicológicas que tal assunto engloba, a importância da família, a lei diante de proteção as vítimas e a questão da cultura inserida em cada família em relação ao abuso sexual.

Palavras-chave: Psicologia. Abuso sexual. Incesto. Aspectos Psicológicos.

Abstract: Intrafamiliar sexual abuse against children and adolescents occur for several years, but now more is being disclosed. In the most part, society does not believe that this can occur within families, but the high frequency of abuse in today's world is rethinking on this matter that already existed, but in total secrecy. With the aim of demonstrating the development of these issues on children and adolescents, especially in its role bio psychosocial before the fact, the relationship of abuse with the Oedipus complex, the network of support and assistance to children and adolescents, who are violently affected, showing the psychological consequences that this issue involves the importance of family, protection of the law before the victims and the issue of culture included in each family in relation to sexual abuse.

Keywords: Psychology. Sexual Abuse. Incest. Psychological aspects.

Introdução

O estudo é descritivo, exploratório bibliograficamente, dentro do contexto da Psicanálise, inspirado em alguns conceitos de Freud e Lacan, segundo seus relatos e práticas comprovadas através de suas obras inscritas, realizando superficialmente comparações e complemento de um e outro em relação as suas experiências e teorias quanto ao abuso sexual contra crianças e adolescentes.

¹ Psicólogo, Especialista em Psicologia Clínica, Mestre em Sexologia e pós-graduado em Sexualidade Humana pela Universidade Gama Filho (UGF), membro pesquisador do Centro de Pesquisa do Comportamento e Sexualidade, Cepcos/SP, membro do Comitê de Ética em Pesquisa, Coordenador da Pesquisa *Pedofilia: em defesa de um corpo em desenvolvimento*; Coordenado do Laboratório de Violência e Gênero e Professor da Universidade Severino Sombra, USS/Vassouras. e-mail: arnaldo_risman@hotmail.com

As informações inseridas neste artigo em relação ao abuso sexual têm como fundamentação alguns estudos e práticas de instituições e profissionais das áreas da saúde (médicos, psicólogos), do jurídico e do serviço social e a identificação da posição da família e da sociedade frente ao tema o abuso sexual intrafamiliar e os aspectos psicológicos. Todos trabalhando com o objetivo de fato que possa viabilizar soluções e tratamento para os envolvidos. Neste trabalho, considerou-se que o tipo de abuso sexual mais comum, causador de maior espanto à sociedade seria o incesto, bem representado no abuso sexual intrafamiliar, quando há relação de criança ou adolescente com pessoa adulta da família, frequentemente pai e filho(a). O tema incesto envolve cultura, aspectos psicológicos e causa forte impacto social, em que os protagonistas dessa história são os maiores sofredores. Na verdade, crianças e adolescentes deveriam estar protegidas por suas famílias e o incesto é, sem dúvida, um enigma a ser desvendado.

Abuso sexual, por si só, é assunto delicado, perturbador, podendo na maioria das vezes incluir a participação direta da família, e o incesto implica a violação de tabus sociais na relação de pais e filhos, possivelmente causando desconforto na família. Para entender o envolvimento da família no abuso contra as crianças e adolescentes, buscou-se uma linha teórica que pudesse explicar essa questão do abuso, já que, na visão de Lacan, o abuso sexual é decorrente do processo edipiano que se inicia normalmente no desejo de seus progenitores, qual se faz presente na constituição do sujeito. O importante é que as o assunto seja discutido ampla e abertamente, para que as famílias superem o medo, a vergonha, pondo fim ao silêncio, a fim de que as vítimas possam buscar ajuda sem serem apontadas, criticadas e/ou culpadas, fornecendo informações para os profissionais que estarão envolvidos com elas, em um ambiente favorável de conversa sobre o abuso sexual, objetivando prevenção e tratamento adequado (MEE, 2001. p 30-32).

O presente artigo tem como objetivo mostrar que as crianças têm sua infância roubada, seu desenvolvimento psicológico afetado por uma pulsão sexual adulta, invadida pelo desejo incontrolado do sexual, como um desencadear de relações que envolvem a cultura, o imaginário, a família. Daí surge a necessidade dessas crianças e adolescentes entenderem seu verdadeiro papel dentro da família, em que conceitos são violados, crenças e valores ficam confusos. Por óbvio, a consequência desse ato tão brutal deixa marcas profundas de uma infância perdida entre o certo e o errado (ABRÁPIA 1997. p. 49).

O assunto abuso sexual envolve uma história cultural de longas décadas, em que a relação sexual intrafamiliar era ou é vista de forma “natural”. Por isso este estudo pesquisa, também, um

processo de civilização em que normas de um povo facilitam o prazer em detrimento da integridade de crianças e adolescentes, apesar de todas as leis de proteção à criança e o adolescente. Assim, temos concepções formadas pela sociedade acerca da sexualidade humana, o papel da família na estrutura da sociedade ao longo do tempo e a posição da criança e do adolescente nessa mesma sociedade. Vale ressaltar que o abuso sexual intrafamiliar atinge a todas as classes sociais, independente de cor, raça ou poder aquisitivo, e vem ocorrendo de forma desenfreada, podendo acarretar em uma psicopatologia nos indivíduos abusados sexualmente. Isso se explica, em função de a criança não estar preparada no seu desenvolvimento psíquico e corporal (AZEVEDO, 2001. p 56).

Conceito de abuso

Para a Psicanálise o conceito de abuso sexual abrange todo relacionamento interpessoal no qual a sexualidade veiculada sem o consentimento válido de uma das pessoas envolvidas. Quando se verifica a presença de violência física, o reconhecimento do abuso pode ser mais claro, pela objetividade dos fatos que indicam que o agressor fez uso de força para vencer a resistência imposta pela vítima (FAIMAN, 2004. p 21).

Quanto aos tipos de abusos, considera-se como pedofilia os abusos sensoriais, como o exibicionismo, a pornografia e a linguagem sexualizada; abusos por estimulação envolvem carícias íntimas, masturbação, contatos genitais incompletos e abusos por realização, as tentativas de violação ou penetração oral, genital ou anal, chamados de estupro. Muitos ocorrem no seio familiar da própria criança ou adolescente, cujo arquétipo representado neste trabalho pelo incesto de pai e filho(a), sendo possível também ocorrer entre mãe e filho(a), apesar de ser incomum e mais difícil de detectar (HAAS, 2009. p. 54)

Os fatores que envolvem crianças e adolescente no abuso sexual têm implicações diversas, quais são de questões culturais (o incesto) e de relacionamento (dependência social e afetiva entre os membros da família) em que o abusador é uma pessoa íntima da criança e do adolescente ou da família, dificultando a notificação, daí perpetua o “muro do silêncio”, o segredo em torno da criança ou do adolescente em relação ao abuso sexual, em que ambos são vitimizados de tal ato de violência (ABRÁPIA, 1997. p. 54)

O abuso sexual também pode ser resultado de um mau uso da sexualidade, quando o bom e o mal se baseiam em regras postas pela sociedade compartilhadas e sustentadas, qual serve de apoio para a organização social e também para a organização psíquica dos indivíduos. Dentro

dessa visão social, a relação incestuosa pai e filho tornam-se inadequada, ou seja, abusiva, em que o próprio psiquismo, com a colaboração do meio externo, constrói barreiras contra sua realização. Isso é resolução de cada cultura, qual tem suas próprias regras, estabelecendo o que é ilícito e o que é proibido. Quando o código é internalizado pelo indivíduo, transgredi-lo dá margem a intensos sentimentos de vergonha, humilhação e medo, ou de ser cúmplice do adulto abusador num pacto de silêncio, aprisionando a vontade, o desejo da criança ou adolescente. O abuso pode ser utilizado para definir negligência, violência psicológica, física e sexual, de maneira repetitiva e intencional, perpetrado por um adulto ou alguém em estágio de desenvolvimento superior (idade, força física, posição social, condição econômica, inteligência, autoridade) (HABIGZAND; CAMINHAM, 2004. p. 67)

Classificação etária da ocorrência do abuso sexual

O abuso sexual, assim como o incesto, não apresenta uma idade definida para acontecer, mas há relatos de vítimas 4 a 12 anos, com períodos de risco particularmente alto entre 4 a 9 anos. A criança pequena facilita a ocorrência e existência do abuso sexual por não apresentar entendimento do fato, em que o abusador faz o sexo parecer afeição ou treino, induzindo a criança com ameaças e/ ou subornos e explorando lealdade. Por volta dos 10 anos de idade é que a criança começa a compreender que intimidade sexual não deveria acontecer entre pai e filho, sendo proibida tal relação (SILVA, 1998. p 76).

O abuso sexual e a relação com o complexo de Édipo

A história da infância se fundou na prática da violência em vários obstáculos a transpor na ordem de sua reconstrução. Freud analisa estruturas das histórias e contos que envolvem crianças e adolescentes. A violência dos adultos contra crianças e adolescentes é uma prática comum na sociedade desde a civilização primitiva, como castigos físicos, agressões verbais e abuso sexual, em que o abusador envolve, seduz suas vítimas de menor poder, elaborando mentiras e confundindo sua percepção quanto ao comportamento aguçado e cheio de sexualidade. Lacan, em seus estudos, seguindo as teorias de Freud, na leitura do complexo de Édipo, permite ver como se inicia o desejo e qual direção deste em relação ao progenitor do sexo oposto, o qual faz parte de uma mesma cadeia de constituição do sujeito (Haas, 2009. p. 56). O complexo de Édipo trabalha como se fosse guiado pelo desejo do falo e o temor à castração, subdividido em três tempos (MEE, 2001. p 43)

Nessa linha de tempo o primeiro momento do primeiro tempo edípico a maternagem conduz o bebê a se identificar com o falo. Já no segundo momento (dentro do primeiro tempo) do complexo de Édipo – a mãe está completa, devido aos cuidados para com a criança. E no terceiro momento (do primeiro tempo) a criança se identifica com a mãe fálica, em que a aceitação dos cuidados vindo da mãe, a criança se torna um sexo em ereção. O pai, então, se apresenta no segundo tempo edípico como privador, qual priva a criança do objetivo de seu desejo – a mãe – e priva a mãe de seu objeto fálico – seu bebê. Através da interdição paterna, o objetivo de desejo da mãe é questionado, possibilitando o outro foco materno, representado aqui pela figura do pai (MEE, 2001. p 45).

A partir de Lacan, a leitura do edípico, envolve a constituição do sujeito. Desde relação mãe-bebê, até a chegada do pai nessa relação, bem como seu papel, as divisões de registro do pai, o que importa são os tempos que configuram o sujeito. Tanto a relação edípica quanto a sedução dizem respeito à constituição do sujeito, sendo que o complexo de Édipo lacaniano abrange esses dois instantes. A sedução é a interação de duas pessoas na qual uma delas, por meio de algum gesto carregado de sexualidade, desperta na outras sensações e fantasias de caráter erótico. Na sedução não há uma resistência clara à aproximação sexual, ambas as pessoas envolvidas na relação encontram-se eroticamente estimuladas para o contato. Ocorre que em determinadas situações, a erotização do vínculo consiste no próprio abuso. Nesse momento não há repressão no inconsciente, pois nessa fase a criança não tem o objeto sexual definido, somente uma excitação de uma zona erógena pré-sexual. Fica explícita a sedução perversa do abusador, que busca na criança a satisfação sexual, sendo na maioria das vezes o autor desse ato assustador para a sociedade. A criança em seu comportamento repetitivo busca encontrar satisfação de suas pulsões parciais em zona erógenas, com uma “disposição perversa polimorfa” qual apontado por Freud, em que a criança com influência da sedução é capaz de participar da transgressão com pouca resistência, pois nessa fase a criança ainda não está desenvolvida psicologicamente e sim em desenvolvimento, não estando presentes ou suficientemente desenvolvida a vergonha e a moral (MEE, 2001. p 23).

Na visão social e cultural, o relacionamento sexual entre parentes (exceto cônjuges) é proibido. Ocorrendo o incesto, há a plena violação dessas normas que cerca e que estruturam o indivíduo, bem como as transformações que elas representam. O incesto está relacionado ao Complexo de Édipo, que representa as fantasias sexuais incestuosas, os impulsos, com a interdição na relação de pai, mãe e filho. No Complexo de Édipo é que são apresentados os

limites, os desejos e a forma como lidamos com os aspectos da realidade psíquica, no desejo sexual. A organização psíquica da criança e do adolescente na situação do abuso sexual incestuoso está na experiência e na maneira como é vivido e registrado por eles, podendo desencadear traumas, caso não haja integração que corresponda à elaboração psíquica (FAIMAN, 2004, p 35-36).

Posição da mãe diante do abuso

Na maioria dos casos, a mãe se torna permissiva diante do incesto cometido pelo pai da criança, podendo ter sido abusada quando criança, e recusa-se a falar do assunto. Em alguns casos sua relação negativa com o marido de frieza e hostilidade, resulta em desgaste conjugal, com pouco envolvimento sexual, aceitando assim, a inversão de papéis com sua filha, qual assume a responsabilidade e privilégios da “mulher da casa”, que seria de praxe da mãe. A mãe tem um papel importante no abuso sexual, pois, muitas se sentem culpadas por não acreditar na criança ou adolescente e tão poucas protegê-las, confiando no homem de sua escolha para ser pai de seus filhos, autor principal da família em relação à proteção. Importante é quando o abuso em geral, ocorre durante a visitação, na casa do próprio agressor, que é divorciado da mãe, sendo comum encontrar casos em que o pai perverso tenta subverter a ordem das coisas, rotulando sua ex-mulher de “mentirosa”, “vingativa” e acusando-a de manipular o(a) filho(a) contra ele, colocando a vítima no lugar do culpado induzido. A criança então fica indecisa entre o amor do pai e o ódio diante da violência física e emocional exercida por este. A criança nesse momento não vivencia a situação edípica (estruturante do sujeito), pois a fantasia concretiza-se antes dessa estruturação de maneira abrupta, dificultando seu desenvolvimento normal. No complexo de Édipo, quase todas as crianças brincam, imaginam em ocupar o lugar do progenitor do mesmo sexo, para se tornar cônjuge do sexo oposto (SILVA, 1998, p 23-25).

O problema se torna maior a partir do momento que o incesto passa a ser mantenedor da própria família, onde pai não busca fora de casa à satisfação sexual, pois a filha supre as insuficiências da relação conjugal, talvez um exemplo para justificativa da passividade, cumplicidade silenciosa de muitas mães ao abuso sexual. O abuso sexual intrafamiliar, muitas vezes é revelado na adolescência ou na vida adulta, pois a criança, depois do abuso perde a confiança nas pessoas, as quais ela ama e convive dentro do seu lar, sendo os pais os agressores principais. Aquele pai, símbolo de proteção, de lei, qual deveria resguardar a criança de colocar-se como “falos” materno, apresentam numa outra posição em que na interdição do gozo, não há

lugar para a lei, em que a criança é posta como causa de prazer, objeto de uso de um pai perverso. O pai incestuoso ocupa o lugar da permissividade, da violência, da pulsão de destruição, através de uma ruptura vital, libidinal, decisiva e podendo ser na maioria dos casos irreversível, tanto na dimensão do gozo, quanto na dimensão do castigo, da sanção, da culpa (FAIMAN, 2004, p 27-28).

Diante do abuso paterno, a mãe teria de confiar na criança dando-lhes suporte, proteger e tomar decisões que possa ajudar a criança a não sofrer mais. A presença da mãe no lar é essencial para que tal ato seja impedido, mas com as mudanças sociais, quais hábitos, compromissos e acontecimentos, ocorrem dentro da família, facilitam à ocorrência do abuso, algumas delas são: separação, doença, divórcio, morte e até o trabalho.

Há ainda, o incesto materno, um tipo de violência incomum no meio social, mas praticado por algumas mães e difícil de ser detectado, pois a mãe é uma das primeiras pessoas a ter contato com a criança, o laço afetivo de contato mais íntimo com a criança sem que ninguém suspeita sobre qualquer ato incestuoso, colocando também em risco o desenvolvimento dessa criança, não deixando nascer a autoridade da mesma, bloqueando o processo de organização libidinal e num caso mais grave a produção subsequente de uma psicose, mantendo a criança limites do seu corpo para o corpo do outro, possibilitando uma intervenção psicanalítica para não haver uma desestruturação do ego (AZEVEDO, 2001, p 56-57).

Consequências do abuso sexual intrafamiliar

Os efeitos negativos em relação ao incesto são muitos. Com o passar do tempo, não havendo tratamento adequado, os efeitos negativos se desenvolvem e vão penetrando cada vez mais na vida da vítima; São persistentes e podem emergir muitos anos após o abuso, prejudicando a relação da vítima com o meio social e afetivo. Algumas pessoas que sofreram abuso sexual procuraram tratamento por apresentarem desequilíbrio decorrente do incesto prejudicando o desenvolvimento psicológico, sua autoimagem, sua habilidade em manter relações positivas com amigos, família de origem, filhos, incluindo também o desenvolvimento do caráter. Com isso algumas famílias, onde ocorre o incesto desenvolvem características de personalidade que se repetem com frequência. Essas características funcionam como um alarme, queixas, que apesar de serem vistas como secundárias, passam a serem detectadas no atendimento médico ou psicológico (SILVA, 1998, p 35).

O abuso sexual intrafamiliar é severamente disfuncional, de motivos diversos, tais como: pai e/ou mãe que sofreram abusos; drogas lícitas (álcool) ou ilícitas; papéis sexuais rígidos; estresse; individualismo; dificuldades conjugais; mãe passiva e/ou ausente; famílias reestruturadas (presença de padrasto ou madrasta); isolamento social; pais que sofreram transtornos psiquiátricos; doença, morte ou separação do cônjuge. (HABIGZANG, CAMINHA, 2004, p 24)

A *Síndrome de Segredo* e a *Síndrome de Adição* estão interligadas em casos de abuso sexual infantil. O Segredo está diretamente relacionado com a psicopatologia do agressor que, por gerar intenso repúdio social, tende a se proteger um uma teia de segredo, mantido à custa de ameaças e barganhas com a vítima. A Síndrome de Adição é caracterizada pelo comportamento compulsivo do descontrole de impulso diante do estímulo gerando dependência. Outras características abrem margem para o abuso acontecer uma delas é a Síndrome de Acomodação da Criança em que a vítima é seduzida e depois se adapta a situação abusiva, por medo, vergonha e como meio de sobrevivência, ao modo que as alterações psíquicas são prejudiciais a sua personalidade. Essa síndrome consiste em: segredo; desamparo; aprisionamento e acomodação; revelação retardada, conflitada e não convincente e retratação. No Segredo, a criança sabe que está fazendo algo errado e ao mesmo tempo o abusador, paralelo ao abuso, faz promessas de segurança para a criança e a família; no Desamparo mostra a realidade dessas crianças que aprendem a lidar com o silêncio para sua sobrevivência emocional. Muitas pessoas acreditam no estereotipo da “criança sedutora”, que seduz o pai e aparecia o abuso, mas essa história está longe da nossa realidade, uma vez que cabe ao pai, ou deveria o papel de protetor da criança (HABIGZANG, CAMINHA, 2004, p 24-26).

A criança não encontra mecanismos para se defender do abuso, se conscientiza de traição e de estar sendo vista como um objeto por alguém, principalmente ser esse alguém o pai, ficando o poder e a responsabilidade de manter a família unida, assumindo as funções maternas, não resistindo às exigências sexuais do abusador, buscando mecanismos para garantir a própria sobrevivência psíquica, que acarretam em dificuldade psicológicas cada vez maiores em seu desenvolvimento. Na Revelação retardada, conflitada e não convivente, a criança relata o abuso para mãe, que não acredita, negando para a salvação do seu casamento. Em conseqüência, a criança sente culpa, medo e ainda confusa, apresenta ansiedade e relatos inconscientes dificultando a identificação do abuso. (HABIGZANG, CAMINHA, 2004, p 25-26)

Na Retratação – após a revelação do abuso, a criança nega, pois seus sentimentos paternos são ambivalentes, a culpa e a família a faz voltar atrás, dizendo que inventou, o que leva mais credibilidade dos adultos de que ela não é confiável, restabelecendo o “equilíbrio” familiar, evitando a catástrofe familiar. Surge o silêncio perante a sociedade que pode ocorrer por vários motivos: temor pela reação da própria família; manutenção da aparência de “sagrada família”; convivência entre as pessoas que sabem do fato e não denunciam; a idéia de que nada pode ser feito para resolver o problema; por ser um assunto tabu (HABIGZANG, CAMINHA, 2004, p 35).

Diante do desenvolvimento psíquico interrompido através do abuso sexual pode-se observar que as vítimas podem apresentar efeitos mínimos ou nenhum efeito aparente, mas alguns podem ter efeitos severos, traumáticos no âmbito emocional, social e/ou psiquiátricos. Uma experiência sexual precoce causa efeitos devastadores no psiquismo infantil, impedindo o desenvolvimento tanto sexual quanto social e moral, além da imagem corporal destruída. O convívio da criança e do adolescente no seio familiar em que acontece o abuso sexual tende a resultar num comportamento de violência, qual causou angústia, medo, ódio, ansiedade, terror e hostilidade, dificultando suas relações. O impacto do abuso sexual está relacionado com o temperamento, resposta ao nível de desenvolvimento neuropsicológico da criança e do adolescente (HABIGZANG, CAMINHA, 2004, p. 35-36).

Os efeitos das relações familiares incestuosas são devastadores e persistentes, pois as vítimas chegam à vida adulta sem os benefícios da infância. As vítimas se culpam pela ocorrência/perpetuação do incesto e desempenham esse sentimento de culpa como um papel essencial no cotidiano, na auto-identidade e na estimativa daquilo que nos é devido, nos relacionamentos. As crianças que foram vítimas de abuso sexual apresentam critérios para transtornos do estresse pós-traumático, podendo desenvolver quadros de depressão, transtorno de ansiedade, transtornos alimentares, transtornos dissociativos, personalidade *boderline*. A vítima perde os referenciais familiares, como instituição básica (HABIGZANG, CAMINHA, 2004, p 35-36).

Equipes multidisciplinares que atenderam vítimas deste tipo de violência relataram que podem reagir com intenso estado de estresse à ação, choque recuo, isolamento afetivo, mutismo, manifestações psicossomáticas, perdas de progresso escolar, irritabilidade, ideações suicidas, condutas hipersexualizadas, fugas do lar, sendo possível aparecer conseqüências psicológicas a curto, médio e longo prazo. Um estudo canadense sem referência, envolvendo 125 crianças com

menos de seis anos de idade, hospitalizadas por abuso sexual, informam que dois terços manifestavam reações psicossomáticas e desordens no comportamento, tais como: mal-estar difuso; impressão; alteração física; dores abdominais agudas; falta de ar; desmaios; náuseas; vômitos; anorexia e bulimia. Crianças que sofreram penetração anal tiveram sintomas de enurese e a encoprese, interrupção da menstruação e rituais de “se lavar” compulsivamente. Pode se observar que a conseqüência vinculada ao abuso sexual, compromete seriamente a saúde das crianças e adolescentes vítimas de tal abuso, tanto física como psicológica, necessitando de profissionais especializados e um tratamento adequado e de longa duração para se detectar o problema, pois quanto mais cedo for tratado, menor será perda física ou psicológica (HABIGZANG, CAMINHA, 2004, p 37).

Rede de apoio e assistência

Quando se fala em assistência à criança e adolescente, pensa-se numa instituição de primeiro contato, a família. Em seguida, a escola. Quando a primeira falha, não oferecendo proteção se faz necessária a intervenção do Estado para cumprir-se a lei, com profissionais habilitados para tal, como funciona o Conselho Tutelar.

Assim foi aprovada a Lei 8.069 de 13 de julho de 1990 que chamamos de Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, abaixo descrito:

Art. 5º - Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Art. 13º - Os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra a criança ou o adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.

Art. 130 – Verifica a hipótese de maus-tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsáveis, a autoridade judiciária poderá determinar, como medida cautelar, o afastamento do agressor da moradia comum.

Art. 245 – Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente aos casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente: Pena: multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em casos de reincidência.

Da Constituição Federal:

Art. 227 – É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito a vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Parágrafo 4º

- A lei punirá severamente o abuso a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente.

A medida de proteção, para ser cumprida, exige o apoio do poder judiciário representado sob a forma de lei, como:

Art. 92 a 101

Cap. I – As medidas de proteção

Art. 98 – As medidas de proteção á criança e ao adolescente são aplicáveis isolada ou cumulativamente, bem como substituídas a qualquer tempo.

Cap. II – Das medidas específicas de proteção

Art. 101 -... a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas;

I – encaminhamento aos pais ou responsáveis, mediante o termo de responsabilidade;

II – orientação, apoio e acompanhamento temporários;

IV – requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorio.

Cap. I – Conselho Tutelar

Art. 131 – O Conselho Tutelar é o órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente definidos, nesta lei

Cap. II – Das atribuições do Conselho

Art. 136 – são atribuições do CT

I – atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos art. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII. (p. 05)

Frente aos artigos e capítulos do ECA e da Constituição Federal, acreditamos que poderia funcionar de forma mais clara e objetiva facilitando a vida da criança e da sociedade.

A prevenção ao abuso sexual

Segundo a OMS, a prevenção é classificada em: Prevenção primária – aquela que tem como objeto a eliminação ou redução dos fatores sociais, culturais e ambientais que favorecem a violência contra a criança e o adolescente, atuando nas suas causas; Prevenção secundária – aquela que tem como objeto a detecção precoce de criança ou adolescente em situação de risco, impedindo os atos de violência e/ou sua repetição; Atua em situações já existentes; Prevenção Terciária – aquela que tem como objetivo o acompanhamento integral da vítima e do agressor (ABRAPIA, 1997, p 25).

Buscando fornecer informações sobre sexualidade, assim como criar espaço de reflexão questionamento sobre posturas, tabus, crenças e valores, respeitos de relacionamentos e comportamentos sexuais o papel de um sexólogo é importante para que possamos oferecer um projeto de ação sobre vários temas que podem englobar o assunto em questão. A escola é um bom lugar para realizar um trabalho informativo, tendo em vista o contato com as crianças e adolescente, pais junto aos professores, conscientizando-os sobre não manterem o silêncio em relação à evidência de violência sexual, não se sentindo atemorizado pela situação e reação dos

pais e, por fim, fornecer-lhes segurança para um processo contra o abuso e quando iniciado possa ser levado até o fim. Junto ao Conselho Tutelar, a escola tem um compromisso ético e legal de notificar às autoridades competentes para atuarem de forma correta e ágil em prol á proteção às vítimas de abuso, garantindo a qualidade de vida (ABRÁPIA, 1997, p. 25).

Considerações finais

Em observação aos estudos realizados bibliograficamente, pode-se observar que o assunto abuso sexual contra crianças e adolescentes é complexo, dinâmico, tendo como foco o abuso intrafamiliar, com maior incidência entre pais e filhos. No meio intrafamiliar há a facilidade de cometer tal ato pelo envolvimento da criança ou do adolescente com o membro da família, que necessariamente não precisa ser o pai ou mãe, mas fazer parte da família, adquirindo a confiança da vítima.

A facilidade de seduzir a vítima é constante e fácil, pois nesse momento há uma relação de troca, em que o abusador usa da atenção e afeto por ter acesso a elas sem que as outras pessoas desconfiem. Isso prejudica o desenvolvimento da criança, apresentado de alguma maneira na adolescência e ou principalmente na vida adulta, comportamentos antissociais.

A importância da ocorrência do abuso sexual é vista na maneira como a sociedade vive e também como os traumas sofridos na infância que vem refletir no comportamento futuro dessas crianças e adolescentes. O estudo revela a inocência da criança e o despertar sexual do adolescente, que são violados sem qualquer maturidade por esses, de forma abrupta e violenta, causando conseqüências ainda mais devastadoras, não só pelo ato, mas por quem foi praticado, representado na maioria dos casos pela figura paterna.

A prática do abuso sexual é difícil de ser revelada, pois existem alguns aspectos comportamentais, culturais que dificultam a revelação do abuso, deixando as vítimas sem os cuidados necessários, referentes a esses tipos de problemas. O abuso sexual intrafamiliar sempre existiu e existe e precisa ser aprendido como lidar com o assunto de maneira a ajudar as vítimas a terem uma vida melhor. Isso se dá através de divulgação do tema, denúncia de famílias agressoras, escola e quando possível denúncia da própria vítima. Realizar tratamento de prevenção nas escolas, comunidades e conscientizar os pais que uma vez agressores os filhos possivelmente se tornaram agressores. Pode ajudar a diminuir o abuso.

Nem todos os casos de abuso sexual contra a criança e o adolescente são de conhecimento social, pois a vergonha, o medo de dizer que tem um filho(a) abusado em casa e principalmente

por um dos membros da família, faz dessa prática, um segredo velado entre os membros e em principal pela mãe. Mãe essa que não fica isenta do abuso, pois em minoria, existe a prática do abuso cometido por mães o que torna ainda mais difícil de detectar, por ser a principal cuidadora da criança em que o afeto feminino levanta menos suspeita diante dos olhos da sociedade.

Essas vítimas precisam ser ouvidas, acreditadas e valorizadas dentro do seio familiar, para poder estruturar seu superego dentro do que chamamos de certo ou errado. A família precisa de tratamento adequado e especializado junto à criança ou adolescente, para que esses possam retornar ao seu lar em segurança e sem maior dano.

As relações incestuosas de crianças e adolescentes envolvendo principalmente pai, e em alguns casos a mãe, não podem ser visto no sentido moralista, nem com a intenção de julgamentos, mas com a finalidade de responsabilizar aqueles que fazem parte desse ato seja por algum motivo, qual cabe tratamento. Quando a mãe não está envolvida diretamente no abuso, ela está envolvida psicologicamente, apresentando comportamento de permissividade. Esses que não entendem nada, pois veem naquela mãe o único caminho para sua liberdade sexual. Só que essa mãe é presa no seu medo, vergonha e papel de esposa, qual deverá ficar fielmente calada para manter sua vida afetiva e até mesmo financeira, incluindo também a violência física que em alguns casos sofrem. Esse comportamento da mãe se dá pelo fato de não acreditar que o companheiro que escolhera para dividir uma vida, seria o autor do abuso sexual do seu próprio filho.

O abuso sexual é revelado na fase adulta, no momento do sentimento de descrebilidade que toma conta de si, impedindo qualquer aproximação que possa precisar de uma amizade, envolvendo confiança. A perda dessa característica é que dificulta o envolvimento do adolescente ou adulto com o meio social, trazendo conseqüências psicológicas importantes que afetam sua vida afetiva, social, profissional e familiar. Incluindo o desenvolvimento de caráter em que ocorre o incesto, desenvolvendo características de personalidade que se repetem com freqüência.

Diante dos fatos apresentados, como o incesto, a influência da cultura no abuso, as conseqüências, a forma de identificação, o comportamento psiquiátrico e a lei de proteção à criança e o adolescente, estiver inserido numa instituição familiar falha, cabe-nos substituímos por outra que possa dar subsídios a essas vítimas para que não fiquem desamparados e frágeis, trabalhando sua auto-estima, buscando na instituição de amparo jurídico, um recurso para seu problema. Hoje a criança e o adolescente são amparados pela ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, que funciona como sistema de proteção e atenção.

Não podemos nos calar ou perder a visão para os casos de abuso; assim sendo um caminho importante é elaborar uma sequência de ações no campo da educação sexual para alertar de forma preventiva o fato das consequências do abuso sexual que pode prejudicar o futuro da criança fazendo de seu caminho um território de dificuldades em sua vida afetiva sexual.

Referências

AZEVEDO, E. C. de. **Atendimento Psicanalítico a Crianças e Adolescentes Vítimas de Abuso Sexual**. v.21, n.4, Brasília, 2001.

ABRÁPIA FILHO, L. M. (coord.). **Abuso sexual contra crianças e adolescentes**. Petrópolis: Autores & Agentes Associados, 1997.

CARVALHO, J. D. D., **Totem e Tabu: uma reflexão sobre o complexo de Édipo na origem da civilização**, Salvador, ano II, ago-dez. 2002.

CINTRA, M. do C. (Coord.). **O mosaico da violência**. São Paulo: Vetor, 2004.

ECA. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm Acesso em 25/12/2011

FAIMAN, C. J. S. **Abuso sexual em família: a violência do incesto à luz da psicanálise**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

HAAS, A. **O abuso sexual cometido contra a criança e o adolescente: uma visão intrafamiliar**. Disponível em: <<http://www.abmp.org.br/textos>>. Acesso em: 15 jun. 2010.

HABIGZAND, L. F. & CAMINHA, R. M. **Abuso sexual contra crianças e adolescentes: conceituação e intervenção clínica**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

LAPLANCHE, J. **Vocabulário da psicanálise**. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MEE, L. A. **Abuso sexual: trauma infantil e fantasias femininas**. Artes Ofícios: Porto Alegre, 2001.

SANDERSON, C. **Abuso sexual em crianças: fortalecendo pais e professores para proteger crianças contra abusos sexuais e pedofilia**. São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda, 2005.

SILVA, A. N.N. **Abuso sexual de crianças**. PUC: Rio de Janeiro, 1998.

O MACHO FEMININO E A FÊMEA MASCULINA - ANDROGINIA

Jorge José Serapião¹³

Este título nos remete a questão da androginia, isto é a mistura dos gêneros masculino e feminino. E será essa, a questão (questão de gênero) sobre a qual desenvolveremos a maior parte de nossas considerações.

Cabe entretanto analisar as demais vertentes que lidam com a imprecisão em se estabelecer uma diferença entre o masculino e o feminino.

Na vertente biológica o termo androginia é praticamente desconhecido e as ambigüidades entre os sexos são designadas pelo termo intersexualidade.

No mundo da biologia a existência de dois sexos liga-se a reprodução sexuada, na qual os indivíduos distinguem-se pela capacidade de produzir gametas masculinos e femininos. Esses gametas se unem para criação de novos seres. Essa fusão determina (determinação sexual) se esses seres serão de um ou de outro sexo. Mais adiante, com o sexo biológico já determinado, esses novos seres vão se diferenciar (diferenciação sexual) em macho e fêmea ao longo de seu desenvolvimento embrionário. Os mecanismos de determinação e de diferenciação são bem precisos embora possam ocorrer “falhas” o que redundam em imprecisões denominadas no mundo biológico de intersexualidade. Não sendo oportuna uma descrição detalhada dessas numerosas situações nos limitaremos a exemplificá-las com dois casos típicos: a *Síndrome de Morris* - indivíduo fenotipicamente (aparência externa) feminino portador de testículos e a *Síndrome de hiperplasia supra renal congênita feminina* - indivíduo portador de ovários mas com aparência fenotípica masculina em decorrência de uma intensa virilização.

Basicamente na *Síndrome de Morris* (também conhecida no passado por síndrome dos testículos femininizantes) o indivíduo tem testículos (às vezes ectópicos) que produzem testosterona mas falta-lhes uma enzima, a 5 alfa redutase, que transformaria a testosterona em dehidrotestosterona, esta sim, ativa e capaz de fazê-lo fenotipicamente masculino permanecendo assim, com aparência feminina.

1

³ Professor da Faculdade de Medicina da UFRJ. Ambulatório de Sexologia do IG – UFRJ. e-mail: serapius@unisys.com.br

Na *hiperplasia suprarrenal congênita feminina* o indivíduo é portador de ovários porém teve, ao longo de seu desenvolvimento embrionário, uma intensa exposição a hormônios masculinos produzidos por sua suprarrenal hiperfuncionante. Disso resulta o desenvolvimento de uma genitália ambígua e um fenótipo masculino por virilização.

Ainda na vertente biológica usa-se o termo hermafrodita para designar um indivíduo que tenha, ao mesmo tempo um ovário e um testículo, ou uma dessas gônadas associadas a um ovotestis (gônada com mistura de tecido ovariano e testicular). São situações raras denominadas de hermafroditismo verdadeiro.

O termo pseudo hermafroditismo feminino descreve os intersexos que têm ovários (por exemplo, a já citada hiperplasia suprarrenal congênita feminina) ainda que seu fenótipo seja masculino. Já o termo pseudo hermafroditismo masculino descreve os intersexos que têm testículos (por exemplo, a já citada Síndrome de Morris) ainda que seu fenótipo seja feminino. Assim, percebemos que o que justifica a denominação pseudo hermafroditismo masculino ou feminino num indivíduo com imprecisão de características sexuais é a presença de testículos ou de ovários respectivamente.

Na vertente psico social a questão da nomenclatura usada para designar a imprecisão dos sexos fica mais complexa, porque surgem dois outros conceitos – o conceito de gênero e o de identidade sexual.

Identidade sexual é como o indivíduo se reconhece sendo biologicamente um homem ou uma mulher.

Já a palavra *gênero* tem inúmeros significados. Por exemplo: gênero em biologia é uma unidade de taxonomia que agrupa um conjunto de espécies; gênero literário define estilos poéticos; gênero musical refere-se a tipos de composição etc.

Durante muito tempo o termo gênero relacionou-se ao mundo da gramática e definia o “sexo” das palavras. Aos poucos os sócio-biólogos foram reservando o termo gênero para referirem-se às diferenças sociais entre homens e mulheres e que passou a ser conhecido como papel de gênero. Isso porque a sociedade tende a definir o comportamento que os indivíduos devem ter se forem de um determinado gênero. Gestos, indumentária, atividades profissionais,

lazer etc são ditados de uma forma mais ou menos rígidas para cada um dos gêneros segundo os padrões da sociedade a que pertençam.

Quando o indivíduo apresenta intensa insatisfação em representar os papéis de gênero correspondente a seu sexo biológico usa-se a expressão *disforia de gênero*. Ocasionalmente esse desconforto é de tal intensidade que o indivíduo busca cirurgias (cirurgia de transgenitalização) que adeque sua anatomia à identidade sexual que ele ou ela julguem possuir.

Já no *travestivismo* o indivíduo, embora reconheça que sua identidade sexual é compatível com seu sexo biológico, tem prazer em exercer papéis do gênero oposto, ocasional ou permanentemente.

Nada disso tem a ver com homo ou heterossexualidade que se relaciona com o *drive* ou orientação sexual psico-afetiva do indivíduo. Embora para a maioria dos autores bissexualidade seja sinônimo de intersexualidade, para alguns o termo quer significar indivíduos que se sentem atraídos indiferentemente por indivíduos do seu próprio sexo ou do sexo oposto.

Ainda sob o ponto de vista social os termos andrógono, hermafrodita ou bissexual são termos que, quando empregados para designar divindades, ou figuras mitológicas, têm significação imprecisa ou são considerados sinônimos

A deusa de Mohenjodaro, uma das mais remotas representações de divindade hermafrodita, encontrada no Paquistão foi esculpida em terracota e tem genitália masculina e mamas. Não fosse por sua condição mítica que permite identifica-la com um ser hermafrodita ela seria numa leitura biológica simplesmente um homem com ginecomastia (desenvolvimento anormal de mamas no sexo masculino).

A idéia de um deus ou de um homem primal hermafrodita foi universalmente difundida desde as grandes civilizações da América central e sudoeste da Ásia até o mundo indo-europeu, norte e sul das Américas, África, Austrália e Ilhas do Pacífico. Os hermafroditas são mais comumente representados por figuras que se mostram divididas verticalmente em um lado masculino e um feminino.

Entre os hindus a representação da androginia passa por figuras que retratam a união entre o masculino e o feminino e um gesto de mãos próprio dessa cultura simboliza a união entre *Lingga* (falus) (masculino) e *Yoni* (vulva) (feminino)

Na tradição hindu a sexualidade começou quando o deus Shiva se apaixonou pelo seu próprio aspecto feminino. O Shiva, o grande deus, foi adorado em toda a Índia na forma de *Lingga* (falus) assentado no emblema feminino (*Yoni*).

No mundo grego o andrógino nasce da união entre Mercúrio e Vênus (Hermes e Afrodite, daí o termo hermafrodita) e Dionísio é representado às vezes por um ser em ereção ou por uma mulher. Aqui, algumas vezes, o comportamento andrógino é tolerado ou estimulado como sendo representativo de uma condição espiritual. Outras vezes, o nascimento de crianças com genitália dúbia era uma condição para que fossem eliminadas.

Há entretanto evidências de que no período helenístico e romano o hermafrodita era considerado uma figura erótica. Em Pompéia encontra-se um mural que retrata o orgiaco deus Pan horrorizado com uma visão de um hermafrodita.

Na cultura cristã os anjos (ângelos do hebraico *mal'ak* = mensageiro) tem nomes masculinos: Gabriel, Miguel, Rafael. Os iconógrafos cristãos inspiraram-se na figura pagã de Nike ou Victoria para representa-los o que justificou figuras de sexualidade ambigua. Nice, (em grego Νίκη, *Nikē* ou *Niké* – "Vitória") era uma deusa grega que personificava a vitória, representada por uma mulher alada (MACHADO, José Pedro. Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa. Livros Horizonte. Lisboa, 2003)..

Segundo Lanz, (LANZ, Leticia berdache: a pessoa de “dois espíritos”. Disponível em <http://www.leticialanz.org/berdache-a-pessoa-de-dois-espíritos/> acessado em 22-03-2011), datam de 1530 os primeiros relatos de colonizadores europeus dando conta da existência de gêneros alternativos na maioria dos povos nativos norte-americanos. Embora as inúmeras variantes e peculiaridades dos gêneros alternativos identificados pelos europeus, seus representantes foram genericamente denominados de berdaches, vocábulo provavelmente derivado de bardaj, termo utilizado na Pérsia para designar homens afeminados e parceiros sexuais passivos. However, these uses, while descriptive of some aboriginal cultural practices and beliefs, depart somewhat from the 1990 purposes of promoting the term.

Recentemente, a palavra *berdache* tem sido substituído pelo termo Two-Spirit People. Use of the term has widely been replaced with *two-spirit* (except in scholarly literature, [10]) which originated in Winnipeg, Canada in 1990 during the third annual intertribal Native American/First Nations gay and lesbian conference. Uso do termo Two-Spirit People (bem como Two Spirit ou Twospirit), surgiu em 1990, a partir da Terceira Edição Anual da Conferência Intertribais de Nações Nativas Americanas e da Primeira Conferência Americana de Gays e Lesbicas

em Winnipeg. Uma pessoa "dois-espírito" indica alguém cujo corpo abriga ao mesmo tempo um espírito masculino e um espírito feminino. O termo também pode ser usado de forma mais abstrata, para indicar a presença de dois espíritos humanos contrastantes (como Guerreiro e Mãe Clã) ou dois espíritos animais contrastantes (o que, dependendo da cultura, pode ser Águia ou Coyote). (Wikipedia, 2011)

Sociologicamente o berdache poderia ser descrito como uma solução elegante e generosa para acolher indivíduos desadaptados à dualidade masculino/ feminino. Contudo, muito além de solução respeitosa para o possível impasse institucional criado por homens considerados “covardes”, relativamente aos padrões de gênero vigentes na tribo, os berdaches constituíram um segmento de pessoas tidas como abençoadas pelos deuses.

Acredita-se que a institucionalização do berdache se deva a uma acentuada estereotipia de papéis masculino. Os homens tendo que provar de forma heróica sua masculinidade tem no xamãismo e na androginia uma forma de escapar dessa exigência social.

No ocidente alguns artistas também retrataram os andróginos em suas produções. No Renascimento, o S. João Baptista de Leonardo Da Vinci é um bom exemplo.

O *travestivismo* tem sido um elemento teatral desde as peças Dionisianas da Grécia antiga. Foi ocasionalmente uma exigência legal, como no período elizabetano em que as mulheres não podiam aparecer no palco. Em muitos casos, entretanto, obedecia a uma exigência estética. Os personagens de homens jovens eram melhor representados por mulher e o de velhas damas por homens

No teatro Kabuki, japonês, os papéis femininos são representados por homens, os onnagatas. Os onnagatas são considerados pelas mulheres japonesas como alguém a ser imitado. As platéias japonesas gostam de assistir as peças de Shakespeare representadas por onnagatas nos papéis femininos porque sendo mais artificiais o fazem com mais habilidade e beleza. Em outras manifestações artísticas a figura andrógina esta sempre presente: na dança , no cinema, na moda etc

Um dos resultados da confusão reinante a cerca da identidade sexual é a popularidade da figura andrógina especialmente no mundo da moda. Para muitos jovens os ditames da moda jogam um importante papel em suas vidas. Em uma idade em que é desesperadamente importante ser aprovado por seus pares, a imagem de andrógino é correntemente aceita.

Finalmente no mundo pos moderno já se fala na idade do pós-genero. A dualidade dos gênero começa a ser questionada cientificamente pela Teoria Queer e na prática por posicionamentos individuais de vanguarda.

Um exemplo foi o fato recente de um casal canadense Kattie Witterick e David Stocker que, segundo o Daily Mail (2011) revelou em maio desse ano, que pretendem manter o sexo de seu bebê, chamado apenas de Storm (tempestade), como um segredo de família. Isso significa que Storm crescerá sem gênero definido. Acossada por críticas de psicólogos, a mãe justificou-se dizendo ter tomado a decisão por causa da pressão sofrida por Jazz, seu filho mais velho, um garoto que gosta de usar tranças e sempre vestiu roupas de menina, para que “agisse como menino”.

Assim concluo com Maria Irene Ramalho: “Tal como outros fenômenos sociais, o sexo é sempre fluidez de relação, sensibilidade, caracterização, representação, espetáculo. O sexo é sempre intersexo.” (SANTOS, Maria Irene Ramalho. **A Sogra de Rute ou Intersexualidades**. In: *Globalização Fatalidade ou Utopia*. (Org.) Boaventura de Sousa Santos. Porto: Edições Afrontamento, 2001.

CRIANÇAS E O SISTEMA PRISIONAL: REFLEXÕES ACERCA DA SOCIALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DA SEXUALIDADE

Cláudia Vaz Torres¹

CHILDREN AND THE PRISON SYSTEM: REFLECTIONS ON SOCIALIZATION AND CONSTRUCTION OF SEXUALITY

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar a construção de sexualidades de crianças que construíram as suas infâncias no entorno das prisões enquanto os pais, principalmente as mães, cumpriram pena de reclusão em unidades do sistema prisional. Com relação à sexualidade, a mesma é vivida pela pessoa individualmente, porém é constituída a partir do campo das relações sociais, da cultura, dos valores e formas sociais de vida. A base teórica do tema proposto centra-se na abordagem culturalista e social. Metodologicamente se define como uma pesquisa qualitativa, do tipo Estudo de Caso Etnográfico que permitiu o conhecimento dos significados e experiências culturais da infância através de uma descrição que apontou o sentido que as crianças dão a vida carcerária, como interpretam e estruturam, a partir desse sentido, o seu mundo. Foi constatado que crianças no presídio vivenciam as conseqüências das barreiras colocadas pela instituição, pois que no processo de identificação e reconhecimento, condição necessária da estruturação subjetiva, há uma convivência com modelos que experimentam a subordinação, violação e exclusão social. Diferentes parâmetros e padrões do comportamento sexual das pessoas reclusas são vivenciados por algumas crianças nas visitas e ingresso as unidades prisionais, sem que existam vigilância, orientação sexual e informações significativas para o desenvolvimento sexual de meninos e meninas.

Palavras-chave: Crianças. Sexualidade. Sistema Penitenciário.

Abstract: This article aims to analyze the construction of sexuality of children who have built their childhoods in the vicinity of the prison while their parents, especially mothers, served time in prison in units of the prison system. With relation to sexuality, it is experienced by the individual person, but is composed by the field of social relations, culture, values and social forms of life. The theoretical basis of the proposed theme focuses on the cultural and social approach. Methodologically defined as a qualitative research, this ethnographic case study allowed us to know the meanings and cultural experiences of infancy. It was found that children that try to visit their parents in the prison, experience the consequences of the barriers placed by the institution, since the process of identification and recognition - a prerequisite for structuring subjective - there is a coexistence with models that experience subordination, rape and social exclusion. Different parameters and patterns of sexual behavior of those prisoners are experienced by some children on visits and admission to prisons, there are no surveillance, sexual orientation and meaningful information to the sexual development of boys and girls.

Keywords: Children. Sexualit. Penitentiary System.

¹ Professora da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Universidade Salvador (UNIFACS) e Fundação Visconde de Cairu. Psicóloga da Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização-BA.
e-mail: vaztorres@gmail.com

O presente artigo tem como objetivo analisar a construção de sexualidades de crianças que construíram as suas infâncias no entorno das prisões enquanto os pais, principalmente as mães cumpriram pena de reclusão em unidades do sistema prisional.

As condições heterogêneas dessas crianças em relação ao mundo acentuam ao mesmo tempo a diferença e a marca identitária de filho de presidiário que delineiam olhares, interrogações, lugares e conceitos e surpreendentemente, também evidenciam o que escapa a objetivação, ao controle das instituições e ao que foi instituído. A análise da construção de uma infância no entorno do contexto de reclusão do familiar revela, provoca, inquieta para pensar o que elas dizem sobre os seus modos de ser criança a partir da realidade que vivem.

A pesquisa desenvolvida durante o doutorado no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia serviu de base para elaboração deste artigo. As percepções das crianças que vivenciam a experiência de ter o pai e/ou mãe submetidos à custódia do Estado e as repercussões do sistema prisional na construção das suas identidades foi o objeto tomado para realização da pesquisa, que teve como objetivo descrever e interpretar as percepções das crianças que vivenciam a experiência de ter o pai e/ou mãe submetidos à custódia do Estado e as repercussões do sistema prisional na construção das suas identidades, evidenciando a importância da Escola que existia no Complexo Penitenciário e do Abrigo (instituição mantida pela Igreja Católica para dar assistência aos filhos de presidiários) para ressignificar os efeitos dessa experiência e subsidiar a definição de políticas públicas de atendimento aos internos(as).

A pesquisa se configurou como uma pesquisa qualitativa, cujos objetivos foram alcançados através de um Estudo de Caso que se aproximou do estudo de caso do tipo etnográfico. A escolha por esse tipo de abordagem foi decorrente da complexidade da temática abordada, no qual dimensões psicológicas, sociais e éticas constituíam a realidade, a dinâmica e o movimento das relações existentes no grupo de crianças dos contextos de desenvolvimento estudados.

De acordo com o formato metodológico enunciado, compôs a metodologia deste estudo o uso de técnicas variadas de coleta de dados: observação participante, entrevistas abertas e semi-estruturadas, entre outras.

A escolha dos contextos de desenvolvimento da pesquisa, como a visita ao Complexo Penitenciário, o Abrigo e a Escola presidiu da necessidade de ilustrar a participação das crianças nas suas diversas condições de vida quando se tem um familiar recluso. Assim a escolha do Abrigo e da Escola como contextos de investigação facilitaram o acesso às crianças. No Abrigo,

encontravam-se afastadas dos seus convívios familiares por diversas situações que evidenciavam a precariedade do acolhimento familiar e social diante da reclusão da genitora. As crianças da Escola eram pertencentes a famílias em que um familiar responsável pela manutenção da criança matriculada estava recluso, como o pai, mãe, mas também a avó (avô) e tia(tio).

A Pesquisa foi realizada com crianças, professoras, coordenadoras, técnicas e diretoras da Escola e do Abrigo. Mães e pais de crianças reclusos nas unidades prisionais do Complexo Penitenciário da Mata Escura, assistentes sociais e agentes de presídio também foram entrevistados.

O universo da pesquisa no Abrigo para os filhos dos (as) internos (as), que é destacado neste estudo, constituiu-se de 11 crianças entre 5 e 12 anos, tendo sido desenvolvido o trabalho com um grupo de 9 meninas e 2 meninos. Os perfis das crianças entrevistadas foram construídos no decorrer das observações e entrevistas e evidenciaram que as crianças estavam matriculadas na alfabetização, primeira e segunda série do ensino fundamental, e freqüentavam escolas públicas e privadas. Cerca de 75% das crianças tinham a mãe, cumprindo pena nos estabelecimentos penais da Bahia. A maior parte das crianças (82%) está enquadrada em famílias monoparentais maternas e, além do cumprimento de reclusão de um familiar, existiram relatos e evidencia da carência sócio econômica, alcoolismo e outras drogas enfrentados, antes da entrada no abrigo. Verificou-se que mais de 50% das crianças apresentam o maior tempo de permanência no Abrigo, correspondendo ao período de 6 a 10 anos. Uma adolescente é a abrigada com maior tempo na instituição, 11 anos em razão do distanciamento familiar. A escolha deste grupo para coleta de informações, através de entrevistas foi decorrente de princípios éticos relacionados a prática com crianças que delinearam as responsabilidades e deveres dos profissionais quanto a garantia da proteção integral do atendido.

Para esta análise referenciou-se os estudos da Sociologia da infância (MONTANDON, 2005; SARMENTO, 2002; 2007). O conceito de identidades foi tratado na perspectiva dos estudos de Vigotski (1998, 2002) Ciampa (1986), Woodward (2000), entre outros.

No sistema prisional, a entrada da criança pode ocorrer durante anos visitando a/o familiar. Estas vivências produzem uma dinâmica particular na vida das crianças que tem início com a chegada do pai e/ou mãe a penitenciária, a identificação dos mesmos com a vida do crime, o tipo de delito, a relação com a população carcerária e com os agentes penitenciários, a oferta de trabalho, as condições de saúde, a possibilidade de reinserção social e o retorno a convivência familiar. Nesse sentido, dentro da penitenciária, as crianças enfrentam situações de

vulnerabilidade, em razão da condição do familiar, pois o delito cometido pelo mesmo constitui marcas identitárias que possibilitam o reconhecimento entre eles no sistema penitenciário e proporcionam o estabelecimento de relações hierárquicas. Estas marcas demarcam lugares e evidenciam mecanismos de intimidação, controle e vigilância (TORRES, 2010).

Diante dessa realidade que as crianças entram, permanecem e constroem as suas infâncias, visitando o familiar, pretende-se apresentar e refletir sobre aspectos que se destacaram na pesquisa como a socialização, a construção da identidade de gênero e da sexualidade das crianças.

A Socialização das crianças através das dinâmicas de relacionamentos no Sistema Prisional

A socialização é o modo como os indivíduos aprendem e recriam habilidades, conhecimentos, valores, motivos e papéis adequados à sua posição em um grupo ou em uma sociedade (MICHENER, DELAMATER, MYERS, 2005). Desde o nascimento a família é a responsável pela socialização da criança. O papel ativo dos pais no cuidado e criação dos filhos, os grupos de pares e as demais instituições são importantes agentes socializadores. Conforme a criança cresce a sua inserção em grupos de crianças que não diferem em status ou poder e a manutenção de relações abertas e espontâneas são importantes para a aquisição de novas habilidades, conhecimento e comportamentos. Estas aquisições incluem papéis de gêneros, a competência linguística a capacidade de representar as características do mundo (competência cognitiva), o desenvolvimento moral e a orientação para a vida em grupo e para o trabalho. Desse modo, tanto quanto a escola que é intencionalmente concebida para socializar crianças, o envolvimento da criança em grupos de crianças são importantes na construção subjetiva e para a construção de gestos, posturas e movimentos civilizados, dóceis e educados e hábitos saudáveis, higiênicos e adequados é preciso vivenciar processos de socialização e educação através da submissão a um aparato instrumental e institucional. A ausência de práticas disciplinares e a socialização em ambientes de delinquência provocam nessas crianças comportamentos que evidenciam a falta da vigilância, do controle e do disciplinamento dos corpos e posturas infantis.

O corpo como alvo de práticas disciplinares foi analisado por Foucault (1979) através do desvelamento das estratégias e técnicas inventadas para discipliná-lo. Os processos educativos na família e escola sempre procuraram vigiar, controlar, modelar, corrigir e punir os corpos e as mentes, entretanto é importante salientar que as interações da criança que estão distantes desses processos educativos e que tem uma forte vivência de rua, em razão da negligência dos

familiares, com diferentes pessoas da comunidade não apresentam aspectos predominantemente negativos e destrutivos. Há que se considerar a espontaneidade dos gestos e ajuda ao próximo entre eles.

Quanto a socialização das crianças através das dinâmicas de relacionamentos no Sistema Prisional, compreende-se que não deveria existir relação entre crianças e sistema prisional, mas essa relação é uma realidade, decorrente da passagem ou permanência de um dos pais no cárcere em algum momento no seu desenvolvimento.

O envolvimento e participação das crianças são diferenciados e estão de acordo com as expectativas e a participação dos pais na criação, com as estruturas de mediação juiz-família-abrigo, frequência das visitas nos contextos prisionais e a percepção da criança com relação à visita e o contexto prisional.

A criança tem um papel ativo e competente na construção dessa relação; o modo de ser, intervir, entender é diferente do universo adulto. Os depoimentos confirmam:

O presídio. Era uma piscina enorme, tem um hotel, lá em cima ficava as mulheres presas. Se chorava, chamava a doutora e ficava presa. Só chora quando o policial sai. Senão eles, as policia chama as policia e bota na piscina funda para morrer. Tem um doutor. Tem um pau em cima da piscina ai quem ficar ali o doutor empurra para dentro da piscina e morre (C, m, 6 anos).

Visitava meu pai no presídio. Eu lembro que eu ficava subindo e descendo. Eu ficava com D. (outra criança) que ficava aqui. A gente ia para o quadro. Depois eu subia, ficava com o meu pai e minha mãe. Era dia de visita. A gente passava três dias lá. Tinha seis anos [...] dormia na cela com meu pai. Trancava. Tem dia que ele trancava. Só minha mãe entrava. Fazia um calor retado. Meu pai deixava a televisão ligada eu ficava assistindo. (C, m, 10 anos).

Ida a penitenciária? Era zoadento. Só! Era ruim a sensação porque eu não gostava de lá. Sei lá! (M, m, 11 anos)

Quem vive a experiência de entrar numa unidade prisional testemunha o cotidiano relacional de um ambiente que não se parece com nenhum outro lugar extramuros. Como espaço em que a pessoa reclusa e os agentes da lei fazem uso do poder para manter o controle e moldar corpos, linguagem e comportamentos, o ambiente carcerário institui uma relação poder-saber (FOUCAULT, 2004). Ao exercer o poder, há a produção de um saber sobre o outro e a manutenção do controle e da normalidade. Esta negociação que há entre reclusos(as) e agentes/policiais é percebida pela criança. A fantasia e o esquecimento são buscados pelas crianças e dizem respeito a modos particulares de expulsar do psiquismo as percepções ou pensamentos que suscitam afetos embaraçadores ou de difícil atribuição de sentido. As fantasias

e diferentes sentidos são evidenciados nos depoimentos e sugerem situações de enfrentamento da realidade. Sendo assim, a capacidade de fantasiar, simbolizar e atribuir um sentido a experiência de visitar um familiar preso é um importante indicador do desenvolvimento da criança.

Para algumas crianças o que prevalece não é o contexto prisional e, sim o contato afetivo com a mãe.

Já cheguei a ir na penitenciária. É bom. Ver minha mãe. Só. (M, h, 8 anos)

Um monte de vezes fui. Lá era bom. Dava merenda, dava comida, quatro horas a Irmã ia buscar e a gente ia de carro. É bom a visita porque a mãe vê o filho novamente e fica feliz. (L, h, 11 anos)

As crianças possuem um tempo particular para a compreensão da sua participação no contexto da vida do pai e/ou mãe reclusa.

Eu ...nunca...deixa eu ver...não sei. Um lugar fechado. As pessoas que estão ali não podem sair. [...] a sensação é que eu não fosse nada. Eu só consigo entender quem eu sou depois que eu vejo um filme que eu me lembro o que eu quero ser, o que quero da minha vida. [...] o que sempre quis ser é diferente e o que eu quero me formar [...] (E, m, 12 anos)

Depreende-se no depoimento que há um impacto com o sistema prisional e um embate para diferenciar-se do lugar do familiar preso e retomar o caminho que deseja construir para si com as suas referências pessoais e sociais, bem distantes do que existe no contexto prisional. Percebe-se na menina de 12 anos a tentativa de resistência e recuperação de um episódio que para a mesma foi perturbador, através da estratégia de refletir sobre si mesma “[...] *Eu só consigo entender quem eu sou depois que eu vejo um filme que eu me lembro o que eu quero ser, o que quero da minha vida. [...]*”. Esta capacidade de confronto com uma posição que a identifica, a discrimina como dotada dos mesmos atributos que a mãe e a faz sofrer possibilita a transformação. A recuperação e superação de uma situação adversa envolve o desenvolvimento de mecanismos de proteção que advém da própria pessoa, da família e do ambiente. Está ainda correlacionada a vivência de situações positivamente significativas que contribuam para enfrentar as dificuldades e desenvolver o processo de resiliência (GRUNSPUM, 2008).

As crianças que tem a mãe reclusa e são encaminhadas a uma instituição que as acolhem, apresentam diferenças nas atitudes e comportamentos, uma vez que as que chegam ainda bebês ou com pouca idade tem um compromisso consigo, com as pessoas, com a escola e com a sua vida de modo diferenciado das crianças que chegam ao Abrigo com idade acima de 5 ou 6 anos. Enquanto algumas não desenvolveram hábitos diários de higiene, de cuidado com o corpo, outras socializaram-se na rua e/ou na delinquência e em conseqüência disso, assumem outras posturas,

não sabem o que significa escola e possuem valores bem diferentes dos que vigoram socialmente.

Os depoimentos das profissionais que trabalham com as crianças confirmam:

Meninos e meninas que chegam aos 6, 7 anos é um trabalho maior porque tem um mundo todo errado na cabeça. (T1, m)

Tinha uma menina que na cela via as duas mulheres embaixo do lençol e o lençol se movimentava. Via a mulher ir para a frente do pátio com um pênis artificial e dizia eu sou homem, eu sou homem. Ela repetia isso. (T1, m)

Teve uma criança que ficou até 4 anos (Penitenciária Feminina), a criança já pedia que fizesse o baculejo² nela. Quando ia entrar, batia no corpo e dizia: prezada baculeja. Ela adquiriu hábitos das outras internas. (T 5,m)

Através do depoimento das técnicas percebemos a dificuldade para algumas crianças de abandonarem os hábitos e práticas que iniciaram na comunidade ou dentro do sistema prisional, pois em qualquer comunidade existem códigos, pautas, normas, limites e dissidências que se opõem ao que é estabelecido socialmente. Os depoimentos corroboram os estudos de Vigotski (2002) de que a criança é inserida num sistema simbólico e a partir de processos de mediação constroem-se como sujeitos, porém nesta situação distante dos padrões culturais dominantes e do que está disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL,1990).

Neste contexto, importa destacar o relato de uma Técnica que trabalha no Abrigo sobre a menina que repetia para outras crianças o que tinha vivenciado na cela durante o encontro íntimo entre duas mulheres e no pátio da Penitenciária Feminina, (T1, m) que revela marcas na construção da sexualidade na infância. Esta construção ocorrerá independente da oportunidade de ver ou vivenciar contatos sexuais, uma vez que, a sexualidade não se reduz a experiências sexuais ou estimulação de sensações sexuais. Entretanto essas vivências deixam suas marcas em razão da criança pequena não compreender e não ser capaz de produzir um sentido. Sobre isso, Freud (1918) analisou o efeito patogênico da cena da relação sexual entre os pais (cena primária) e da alteração que a sua revivescência produz na construção de um sujeito, como ansiedade e angústia. Posteriormente, o autor considerou que a interpretação dada pela criança construirá a fantasia e aquilo que não pode ser simbolizado, interpretado será repetido. De qualquer modo para Freud (1918) os vestígios desta cena estarão presentes na vida do sujeito nas suas respostas em relação ao desejo do outro e nas suas fantasias.

A sexualidade, como é admitida por Foucault (1988) é nome que se pode dar a um dispositivo histórico, a grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos

² Baculejo diz respeito a uma prática de revista do corpo e/ou da cela nas unidades prisionais.

controles e das resistências, articulam-se uns aos outros, segundo algumas estratégias de saber e de poder.

O conceito de sexualidade humana não pode ser compreendido sem uma análise das dimensões biológica, psicológica, social e histórica das experiências vividas por homens e mulheres. De acordo com Foucault (1988, p. 78) a sexualidade é o correlato de uma prática discursiva desenvolvida lentamente, que é a *scientia sexualis*.

As características fundamentais a essa sexualidade não traduzem uma representação mais ou menos confundida pela ideologia, ou um desconhecimento induzido pelas interdições; correspondem as exigências funcionais do discurso que deve produzir sua verdade. No ponto de intersecção entre uma técnica de confissão e uma discursividade científica [...] a sexualidade foi definida como sendo, “por natureza”, um domínio penetrável por processos patológicos, solicitando, portanto, intervenções terapêuticas ou de normalização; um campo de significações a decifrar; um lugar de processo ocultos por mecanismos específicos; um foco de relações causais infinitas, uma palavra obscura que é preciso, ao mesmo tempo, desencavar e escutar.

Compreende-se com Foucault (1988) que a sexualidade tem uma densidade nas relações humanas que são, também, relações de poder, podendo servir como ponto de manipulação, de apoio e de articulação das mais variadas estratégias. A sexualidade para o autor é um dispositivo histórico de estratégias de saber e poder que envolve a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e a resistência.

O autor acrescenta que o dispositivo da sexualidade desenvolveu-se nas margens das instituições familiares, nas instituições religiosas, nas práticas pedagógicas e posteriormente centrou-se na família. Os pais são os principais agentes de um dispositivo de sexualidade que no exterior se apóia nos médicos, padres, pedagogos e outros. A família pela sua penetrabilidade e sua influencia é fundamental como dispositivo de sexualidade, pois se incumbe de difundir uma sexualidade “que de fato reflete e difrata” (FOUCAULT, 1998, p. 122).

Concordando com outros autores, Tereza Fagundes (2005, p.16) admite que:

Para dar conta do entendimento desta dimensão humana que é a sexualidade, é preciso, contudo, analisá-la como um processo relacional intenso que se fundamenta, basicamente, em elementos discretos, mas complementares: o potencial biológico, as relações sociais de gênero e a capacidade psicoemocional dos indivíduos. Neste sentido, é possível admitir, para uma mais sólida compreensão, que a sexualidade tenha três grandes componentes: o biológico, o psicológico e o sociocultural.

Depreende-se que a sexualidade precisa ser compreendida na sua complexidade e nas variações que a caracterizam. Nos diferentes processos de subjetivação e modos de viver os gêneros e a sexualidade, a dimensão biológica está em sintonia com o corpo, com a dimensão

psicológica da sexualidade e com as condições sociais, culturais e históricas nas quais homens e mulheres estão inseridos.

Do mesmo modo, o conceito psicanalítico de sexualidade reveste-se de uma acepção mais ampla que a genital. Nasio (1995) explica que as manifestações mais marcantes das pulsões sexuais aparecem durante os primeiros anos da infância. As pulsões são múltiplas e tem sua origem no início da nossa história. Estas pulsões são decompostas em quatro elementos: a fonte (zona erógena), a força que a move, o objetivo que a atrai e o objeto (coisa ou pessoa) sobre o qual a pulsão se serve para alcançar seu objetivo. Este objeto é sempre um objeto fantasiado (não é real) no qual as pulsões se exprimem. São atos construídos a partir de fantasias e acompanhados de prazer. Desse modo pode-se compreender que a sexualidade não se reduz a sensações genitais, contatos ou vivências sexuais. As pulsões sexuais estão na história da construção da identidade de homem e de mulher e marcam o desenvolvimento de nosso corpo de criança.

Nas observações, constatou-se que entre as crianças menores e os mais velhos ocorre um contato corporal mais próximo, como caminhar de mãos dadas, tocar o ombro, abaixar-se para ouvir e falar, carregar, sentar e deitar no colo, principalmente quando a criança mais velha é do sexo feminino. Percebe-se, então, que no que diz respeito ao gênero, as posições que as meninas ocupam aproxima-se do que é esperado socialmente.

Percepções de crianças sobre as construções das identidades de gênero

O conceito de sexualidade se encontra imbricado no conceito de identidade de gênero e ambos perpassam a construção cultural da diferença entre os sexos. O emprego do termo identidade de gênero como um conjunto de traços construídos social e culturalmente, definindo gestos, comportamentos, modos de falar, vestir e agir para homens e mulheres, nem sempre está em consonância com o sexo biológico do sujeito, pois não são estruturas fixas, fechadas e sem possibilidade de tensionamentos e conflitos. Resultante de construções singulares durante o processo de desenvolvimento e socialização do indivíduo, a identidade de gênero está fortemente ligada à representação dos papéis sociais.

Como analisa Tereza Fagundes (2001, p.43):

[...] dada a natureza do conceito de gênero como uma categoria social, a identidade e o papel das mulheres e de homens estão afinados com os estereótipos culturais, fundamentados nas diferenças genitais – feminina e masculina – que as transcendem.

Não há, acrescenta essa autora, uma única forma de explicar a construção da identidade de gênero. Existem as orientações biológica e psicanalítica e ainda a abordagem sócio-cultural para explicar como homens e mulheres constroem a sua identidade.

No cotidiano do Abrigo não são percebidas claramente distinções em termos de gênero nas orientações e recomendações que são passadas pelas educadoras às crianças nas tarefas a serem desenvolvidas e nas regras de comportamento a serem seguidas, porém meninas e meninos evidenciam as diferenças na construção das suas identidades de gênero.

Menina é com menina, homem com homem é assim. Todo mundo são irmãos. (C, m, 5 anos)

Ser menino é não responder aos mais velhos, ser obediente, um monte de coisas. É receber presente no Natal, mostrar que tá estudando. Um menino grita alto, a menina brinca de boneca. (L, h, 11 anos)

A diferença entre menino e menina é a sensibilidade, muitas vezes a voz. A voz do menino é mais grossa, mesmo que tenha uma menina com voz grossa. Não sei. (E,m, 12 anos)

Meninos e meninas não são iguais. O rosto é diferente, tem um corpo de menino. O corpo da menina é diferente do corpo do menino. O que a menina tem é uma coisinha. O da gente não são igual. (I, m, 6 anos)

Menina é ter respeito, trabalhar, é ser uma menina seria para a gente ensinar as nossas famílias, as nossas amigas a obedecer, também. (I, m, 6 anos)

Ser menina, não sei. Existem dois tipos de menina, a menina que é mais ligada a coisas pessoais e a que liga mais para o lado dela, para o que ela quer ser. Eu não ligo para o lado material. (E, m, 12 anos)

As vozes das crianças declaram que ser menina é ter sensibilidade, é ensinar a outra menina a obedecer, é brincar de boneca, entre outras especificidades. As características e funções sociais de ser menina e menino que são atribuídas pelas crianças são construídas a partir das diferenças entre os sexos e das relações manifestas de poder. O gênero (SCOTT, 1991) é um posicionamento social constitutivo das relações. Começa a manifestar-se desde a infância, quando são dimensionados os padrões de comportamento esperados ou adequados a meninas e meninos.

O conceito de gênero permitiu o abandono das concepções biológicas e estigmatizantes e enriqueceu as discussões através da análise das contradições internas e das articulações da constituição do feminino e do masculino com o meio social com todas as marcas da diversidade e da instabilidade. Como analisa Louro (2003), as diferenças de gênero e sexualidade que são atribuídas às mulheres se expressam materialmente nos seus corpos e nas suas vidas de modo

concreto, ou seja, o significante de diferente é formado por representações e práticas sociais discursivas que demarcam e atribuem sentidos aos corpos e as identidades.

Na cultura mulheres e homens encontrarão elementos que construirão as suas identidades. Há uma identificação contínua com os sinais considerados próprios na trajetória da constituição do ser homem e do ser mulher. A cultura atribui funções reais e simbólicas próprias de cada um, mas é no interior dos processos e estruturas psíquicas inconscientes que esses traços são internalizados, re-elaborados, ressignificados e transformados em valores e atitudes. A construção psíquica e sócio-cultural não pode ser entendida, apenas, como aquisição comportamental ou simples significações de aspectos anatômicos. São posições subjetivas que ocupam em face da sua sexualidade e das histórias de vida entrelaçadas no tecido social.

As crianças do Abrigo nos seus dizeres evidenciam os estereótipos masculinos e femininos construídos a partir das relações que sustentam a divisão sexista da sociedade. As meninas e os meninos percebem-se diferentes nos gestos e modos de ser e estar no mundo. A partir dos cinco, seis anos percebem as diferenças entre os sexos, demarcam os seus lugares e definem normas de conduta próprias de cada um.

Para Louro (2004) tudo começa como uma viagem: “É uma menina!” “È um menino!”. Através dos estudos de Butler (2003), Louro acrescenta que essa asserção desencadeia todo um processo de “fazer” desse corpo feminino ou masculino. “Um processo que é baseado em características físicas que são vistas como diferenças e às quais se atribui significados culturais” (p. 15). Assim a afirmação “é um menino” ou “é uma menina” inaugura um processo de masculinização ou feminização com o qual o sujeito inicia e constrói a sua história, através de escolhas que não seguem a ordem anatômica. As escolhas feitas pelos sujeitos que cruzam as fronteiras de gênero e de sexualidade não são feitas livremente. Essa viagem pode ser ampliada, restringida, repudiada de acordo com o entrelaçamento com questões de raça, classe, religião, entre outros.

Louro (2004) ainda aponta que as marcas que se inscrevem na pele, nos pelos, nos traços e nos gestos, mas podem ser apenas produtos do olhar do outro. A divisão primordial masculino e feminino está relacionada ao corpo, porém é um engano pensar que “o modo como pensamos o corpo e a forma como, a partir de sua materialidade deduzimos identidades de gênero e sexuais seja generalizável para qualquer cultura” (p. 76). Os discursos habitam corpos, reforça Butler (2003), portanto não há sequencia natural, nem segura no processo de construção das identidades. A ordem pode ser negada, desviada, escapando o que foi instituído como comum, natural, ideal.

As brincadeiras infantis e jogos são importantes nesse processo de construção das identidades uma vez que permitem que meninas e meninos assumam papéis, satisfaçam os desejos, envolvam-se e confrontem-se com a imagem de si e do outro. As falas das meninas e meninos sobre as suas brincadeiras demonstram o quanto evidenciam o que é próprio a sua identidade de gênero. As regras e modelos construídos socialmente são importantes para as crianças e precisam ser seguidos porque demarcam a diferença de comportamentos a partir do sexo e, ainda permitem a descoberta do seu lugar e papel no contexto social. Nas suas falas, as meninas e meninos evidenciam que são diferentes, que existem normas de conduta nas brincadeiras para meninas e meninos e que nesse sentido algumas são permitidas e incentivadas para um ou outro sexo.

Conclusões

Esta pesquisa constatou que analisar a infância é permitir-se ir além de modelos, técnicas e conceitos teóricos, pois os sentidos que uma criança constrói a respeito dos seus contextos de desenvolvimento e as suas inter-relações com as identidades e sexualidade apontam que nem tudo é previsível, certo e acabado.

O diálogo com diferentes autores conduziram a reflexão que a criança possui os seus discursos e sentidos construídos na inter-relação com os seus contextos de desenvolvimento e expressa aspectos diferenciados sobre as suas vivências. A construção das identidades e a sexualidade foram destacadas como aspectos importantes nesta pesquisa para conduzir as reflexões sobre o desenvolvimento de meninas e meninos.

Destaca-se, ainda que na constituição do sujeito sexuado de meninas e meninos que tem o familiar recluso estão imbricadas as diferenças e desigualdades de classe, raça/etnia, gênero e geração entre homens e mulheres, assim como a dimensão corporal. É, então, ao longo do desenvolvimento que a criança na interação entre os indivíduos e as estruturas sociais constrói seu corpo sexuado que envolve um aprendizado sobre o corpo, o gênero e a sexualidade.

Constatou-se que as meninas e meninos de idades variadas que são encaminhados ao Abrigo enfrentavam anteriormente a sua entrada, condição da privação dos seus direitos básicos (falta de alimentação e segurança, ausência de proteção familiar, exposição a violência, abuso sexual, maus tratos e negligência, etc.) e apoio familiar e social frágil que se acentuou após a reclusão do pai, mas principalmente da mãe. A reclusão da mãe, quando não há uma avó que se

responsabiliza pela criança, ocasiona o afastamento e a ruptura dos laços familiares. O pai representa um apêndice nas organizações familiares das crianças abrigadas.

Desse modo, a prisão materna acarreta mais prejuízos para o desenvolvimento das crianças e a sua institucionalização provoca uma outra situação de desproteção, além daquela que incide no abandono material e/ou psicológico quando não há o atendimento familiar as suas necessidades básicas, a segunda, diz respeito a condição da criança de se tornar dependente e mera espectadora do rumo que a sua vida tomará. Nesse sentido é anulada a condição de se pensar a criança como um sujeito de direitos, conforme apontam os estudos da Sociologia da Infância.

Além disso, há uma convivência com modelos que experimentam a subordinação, violação e exclusão social. Diferentes parâmetros e padrões do comportamento sexual das pessoas reclusas são vivenciados por algumas crianças nas visitas e ingresso as unidades prisionais, sem que existam vigilância, orientação sexual e informações significativas para o desenvolvimento sexual.

As crianças fazem amizades, criam vínculos com as educadoras, aprendem a seguir as regras e a lidar com a “cultura do sistema prisional”, para isso desenvolvem estratégias de sobrevivência. Diferentemente das outras crianças que vivem em abrigos, elas não tem em torno de si, o sentimento de piedade. Comumente, são percebidas pelas pessoas com certo temor e desconfiança, pois são identificadas ao crime cometido pelo familiar. O fantasma do crime cometido pelo familiar constitui o principal legado herdado, situação pela qual terá que se posicionar e dar-lhe sentido, inaugurando um lugar para si mesma, a partir da sua filiação.

O Abrigo é um importante contexto de acolhimento e educação dessas crianças. Os discursos, principalmente religiosos e morais sobre a prisão, o crime, a punição, entre outros cruzam-se com processos de exclusão, estigmas e tragédias familiares que criam sentidos e efeitos nas construções das identidades e sexualidades de meninas e meninos. É um processo que sempre é atualizado à medida que entra uma nova criança na instituição.

Referências

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 1990. Disponível em:<
<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L8069.htm>>. Acesso em: 22 maio. 2011.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

- CIAMPA, A. C. **A estória do Severino e a história da Severina**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- FAGUNDES, T. C. P. C. **Pedagogia: escolha marcada pelo gênero**. 2001. 222 fl. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2001.
- _____. Pedagogia: uma abordagem conceitual. In: FAGUNDES, T. C. P. C.(org). **Ensaio sobre educação, sexualidade e gênero**. Salvador: Helvécia, 2005.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Grall, 1979.
- _____. **História da sexualidade**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- _____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1998.
- FREUD, S. **Historia de uma Neurose infantil**. Rio de Janeiro: Imago; Standard Brasileira, 1918. Obras Completas, v. XVII.
- GRUNSPUM, H. **A criança resiliente – Resiliência e vulnerabilidade na criança**. In: ASSUMPCÃO JUNIOR, F. B.; KUCZYNSKI, E. **Situações Psicossociais na infância e na adolescência**. São Paulo: Atheneu, 2008.
- LOURO, G. L. Currículo, gênero e sexualidade. In: LOURO, G. L.; NECKEL, J. F.; GOELLNER, S. V. **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis: Vozes, 2003. p.41-52.
- _____. **Um corpo estranho - ensaios sobre a sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autentica, 2004.
- MICHENER, H. A.; DELAMATER, J.; MYERS, D. **Psicologia Social**. São Paulo: Pioneira, 2005.
- MONTANDON, C. As práticas educativas parentais e a experiência das crianças. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 26, n. 91, p. 485-507, Maio/Ago. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v26n91/a10v2691.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2009.
- NASIO, J. D. **Introdução as obras de Freud, Ferenczi, Groddeck, Klein, Winnicott, Dolto, Lacan**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- SARMENTO, M. J. **Infância, exclusão social e educação como utopia realizável**. **Educação & Sociedade**, 2002, v. 23, n. 78, ISSN 0101-7330. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302002000200015&lng=&nrm=iso&tlng=>>. Acesso em: 15 jun. 2009.
- _____. Visibilidade social e estudo da infância. VASCONCELOS, V. M. R.; SARMENTO, M. J. **Infância (in) visível**. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2007. p. 25-49.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil de análise**. Tradução de Christine Rufino Dabat/ Maria Betânia Ávila. Porto Alegre: SOS Corpo, 1991.

TORRES, C. R. V. **Por um céu inteiro**: crianças, educação e sistema prisional .Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia. Salvador. 2010.

VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. (Org.). **Identidade e diferença**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. p.7-72.

TRABALHOS DE PESQUISA

PERCEPÇÃO DE DEFICIENTES VISUAIS SOBRE SEXUALIDADE

Caroline Burtett⁴; Gláucia Moreno Pereira²; Talita Borges Castelão³

PERCEPTION OF THE VISUALLY IMPAIRED ON SEXUALITY

Resumo: Este estudo analisa a percepção de deficientes visuais sobre sexualidade humana. Trata-se de uma pesquisa descritiva, qualitativa. Participaram do estudo sete sujeitos de ambos os sexos. O instrumento utilizado na coleta de dados foi uma entrevista. O tratamento dos dados baseou-se na técnica de análise dos discursos. Os resultados indicam uma deficiência na educação sexual para o deficiente visual, pois não há informações suficientes vindas da família, escola ou outros grupos. Ainda assim, vivenciam sua sexualidade sem grandes dificuldades criando laços amorosos significativos. Na prática, desenvolvem o tato como sentido principal para descobertas sexuais. Embora discurssem facilmente sobre sexualidade, sentem necessidade de material acessível/tátil para melhor aprendizado. Os deficientes visuais ainda são vítimas de preconceito. Este é o maior impedimento para uma vivência plena da sexualidade. É preciso proporcionar uma maior reflexão das possibilidades reais que deficientes visuais possuem de serem completos em sua vida amorosa, afetiva e sexual.

Palavras-chave: Sexualidade. Deficiente Visual. Educação Sexual.

Abstract: This study examines the perception of the visually impaired on sexuality. It is a descriptive, qualitative research. Participants were seven subjects of both genres. The instrument used for data collection was an interview. Data analysis was based on the technique of discourse analysis. The results indicate that there is a deficiency in sex education for the visually impaired, for the information coming from family, school or other groups is not enough. In practice, they develop the sense of touch as the main tool for their sexual discoveries. Although their easy speech about sexuality, they feel the need of accessible / tactile material for better learning. Visually impaired people are still victims of prejudice. This is the greatest impediment to a full experience of sexuality. It is necessary to provide a further reflection of the real possibilities that the blind have to be complete in their loving, emotional, and sexual life.

Keywords: Sexuality. Visually Impaired. Sexual Education.

Introdução

A vivência da sexualidade perpassa os sentidos e cria marcas significativas na vida do sujeito. A visão é sem dúvida nenhuma, um órgão importantíssimo para a compreensão do mundo,

⁴ Acadêmica do Curso de Graduação em Enfermagem do Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP). e-mail: carolineburttet@hotmail.com

² Acadêmica do Curso de Graduação em Enfermagem do Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP).

e-mail: glaucia.gmp@uol.com.br.

³ Doutora em Genética, Mestre em Sexualidade Humana. Docente do Curso de Enfermagem do Centro Universitário

Adventista de São Paulo (UNASP). e-mail: talita.castelao@unasp.edu.br.

pois dá sentido aos objetos, conceitua ideias e forma aprendizados. No âmbito sexual isso também acontece.

Muitas vezes a sexualidade vem acompanhada de preconceitos, mitos, dúvidas e inseguranças. Se isso pode ser considerado um obstáculo social para as pessoas dotadas de visão, as dificuldades e tabus podem ser ampliados quando o indivíduo é um deficiente visual.

A Organização Mundial da Saúde por meio da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) (OMS, 2003), define deficiência como “problemas nas funções ou nas estruturas do corpo, com um desvio significativo ou uma perda.” (pg. 09). O Guia de Deficiência Visual do Ministério da Saúde (GIL, 2000) propõe que a visão é “o canal mais importante de relacionamento do indivíduo com o mundo exterior” (pg. 07). Neste sentido, quando a deficiência visual estiver presente, a família, a escola e a sociedade também podem (e devem) contribuir no sentido de ajudar no enfrentamento de obstáculos colocados pela deficiência.

Mesmo sem visão, os deficientes visuais não devem ser considerados como seres assexuados, sem desejos sexuais, como algumas pessoas acreditam. Para Bruns (2008), o olhar pode funcionar como um dado de aproximação, de sedução e de magnetismo no jogo erótico, constituindo uma linguagem universal de atração, mas também de indiferença ou aversão. Para a mesma autora, o olhar representa um estado inicial de atração, no momento seguinte à aproximação. Porém, há também outros sentidos aí envolvidos – tato, audição, olfato – que aliados, compõem a atração pelo objeto desejado como um todo. Assim, seria desumano pensar que os deficientes visuais também são deficientes sexuais.

Com base nessas referências e o desejo de conhecer mais profundamente esses deficientes, definiu-se como problema de pesquisa: qual a percepção dos deficientes visuais sobre sexualidade humana e como eles a vivenciam?

Acreditando que deficientes visuais podem vivenciar a sexualidade de forma plena, este trabalho de pesquisa teve como objetivo conhecer as percepções dos deficientes visuais sobre a sexualidade humana geral e identificar como eles traçaram seu desenvolvimento nesta área tão importante da vida.

Metodologia

Realizou-se uma pesquisa de caráter descritivo, com abordagem qualitativa (GIL, 2010). O local escolhido foi um Centro Universitário na Zona Sul de São Paulo que acolhe o Projeto de Inclusão Digital para Cegos. A amostra foi selecionada por tipicidade (MARCONI; LAKATOS,

2007) e incluiu sete indivíduos de ambos os sexos (três mulheres e quatro homens) que nasceram cegos ou adquiriram a deficiência visual, com idades entre 18 e 54 anos. Em relação ao estado civil, quatro eram solteiros, 02 eram separados e um era casado. Entre os participantes, três tinham filhos. Os deficientes visuais foram convidados a participar de forma voluntária da pesquisa, seguindo-se todos os aspectos éticos da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde que regulamenta pesquisas em seres humanos. O instrumento usado foi uma entrevista focalizada com um roteiro de questões norteadoras sobre o tema (MARCONI; LAKATOS, 2007). As falas foram gravadas e analisadas segundo a proposta de Fiorin (1989) para análise do discurso.

Resultados – análise e discussão

Na apresentação dos resultados, para manter o anonimato, optou-se pela utilização da letra “S” para codificar os sujeitos e números arábicos para especificar qual sujeito (nome). Por exemplo: S1.

A análise dos discursos gerou a construção de subcategorias. As subcategorias originaram as categorias empíricas, permitindo melhor visualização dos fenômenos encontrados. Primeiramente, transcreveram-se os dados coletados a partir das falas dos sujeitos. Em seguida, procedeu-se a análise dos dados com base no referencial teórico-metodológico adotado, buscando-se assim revelar a essência dos depoimentos. Com a análise das frases temáticas foram construídas três categorias específicas que originaram diversas subcategorias. O Quadro 1 apresenta estes resultados.

Quadro 01. Categorias Empíricas e Subcategorias

CATEGORIAS EMPÍRICAS	SUBCATEGORIAS
1. Educação em Sexualidade	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de informação - Aprendizado com familiares - Aprendizado na escola
2. Percepções em Sexualidade	<ul style="list-style-type: none"> - Namoros - Diferença antes e depois da perda da visão - Relação sexual - Prevenção às DSTs - Homossexualidade - Importância do tato - Criação de filhos

3. Desafios	<ul style="list-style-type: none"> - Lidar com o preconceito - Obter informações
-------------	--

1. Educação em Sexualidade

Perguntou-se aos deficientes visuais sobre a educação recebida em termos de sexualidade. Esta categoria gerou três subcategorias apresentadas a seguir:

• Falta de informação

Essa subcategoria teve como finalidade saber sobre a educação sexual recebida por pessoas com deficiência visual. Glat (2004, pg. 08) diz que justamente por não serem considerados seres humanos “completos” ou “normais”, a sexualidade de pessoas com deficiência ainda é ignorada, ou considerada um tabu.

- *Nós não ouvimos essa palavra na nossa casa [...], a gente aprendeu depois de grande. (S1)*
- *No meu tempo havia muita ignorância, entenda a ignorância do saber [...] eu não fui ensinada, tinha aquele tabu. (S3)*

Esses depoimentos demonstram as dificuldades que a família encontra para transmitir informações em sexualidade aos seus membros. Embora isto não seja uma exclusividade para os deficientes visuais, certamente a deficiência distancia mais ainda uma comunicação clara e precisa.

Segundo Lima (2010), os problemas e dificuldades de ordem sexual são construídos, desencadeados, mantidos ou pelo menos, sofrem grande influência da educação sexual recebida na família de origem. Esta educação deficiente muitas vezes está relacionada com a omissão, como se a sexualidade não fizesse parte da condição humana.

• Aprendizado com familiares

Apenas um discurso revelou a participação de familiares na educação sexual dos entrevistados, porém, de forma superficial.

- *Depois que minha irmã entrou na escola com 15 anos a professora da escola perguntou se minha mãe autorizava ela a ter uma aula sobre sexo. Ai foi quando ela aprendeu e contava pra mim. [...] Porque assim, eu tinha vergonha. (S2)*

Ainda neste depoimento fica claro que a família não assumiu como deveria seu papel formador e informador na área da sexualidade, ficando a pessoa com deficiência visual à mercê

das informações que eventualmente chegam por alguns membros da família, mas sem uma sistematização e responsabilidade nessa comunicação. Porém, com o passar do tempo, naturalmente eles vão aprendendo e se interessando de outras maneiras sobre assuntos de sexualidade.

Os pais têm medo da exploração de seus filhos por outras pessoas. Estes se preocupam com a possibilidade de uma gravidez ou paternidade precoce, problemas emocionais, doença ou uso de drogas, mas temem o diálogo, colocando-os como seres assexuados. Muitas vezes, deixam a responsabilidade dessa educação para a escola e os meios de comunicação. Dessa forma, muitas crianças e adolescentes com deficiência não recebem uma educação sexual que lhes possibilite vivenciar a própria sexualidade tranquilamente e ter informações sobre seu próprio corpo. Assim, a descoberta da sexualidade é permeada por indagações e respostas inadequadas. (BRUNS, 2008)

- **Aprendizado na escola**

Alguns entrevistados obtiveram a informação sexual pela escola ou pelos colegas no ambiente escolar, porém nada esclarecedor como se espera na formação do adolescente.

— *Na escola com a molecada. (S5)*

— *Na aula de ciência, o professor explicou mais ou menos. (S7)*

É dever de todas as entidades educacionais promover acesso e educação aos portadores de deficiências. De acordo com a Constituição Federal (BRASIL, 1988, p.01),

Educação é direito de todos e visa o desenvolvimento pleno, o preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, bem como a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, sendo dever do estado o atendimento educacional às pessoas com deficiência.

Segundo Corrêa e Lorencini (2009, pg. 04) é importante que a escola esteja atenta às manifestações das sexualidades dos alunos, não para reprimi-los, mas para orientá-los quanto ao respeito pelas diferenças individuais, as tomadas de decisões em relação aos outros e a si mesmo.

2. Percepções em Sexualidade

Na continuidade das entrevistas, procurou-se entender a percepção sobre sexualidade que o deficiente visual construiu durante sua vida, apesar do preconceito imposto pela sociedade. Dessa forma abordaram-se temas bem relevantes para tal categoria, dando origem a sete subcategorias.

• Namoros

Os seres humanos estão inseridos em uma sociedade na qual é fundamental a comunicação e a interação com os outros. O mesmo acontece com os deficientes visuais, sobretudo se o aspecto é a interação emocional proporcionada pelo namoro.

- *Namorei e namoro até hoje.* (S3)
- *Sempre tinha mais do que uma namorada, tinha época que tinha quatro namoradas.* (S6)
- *Os namoros eram normais. Eu não tinha aquela sede (aaaaaaaai) tipo tatuar 100%. Braille 100%* (S7)

O anseio de se lançar em um relacionamento e uma vida amorosa significativa, prazerosa e autêntica, evidencia que fomos feitos ao prazer, fantasias e desejos sexuais (BRUNS, 2008). A análise desses relatos revela que, entre os participantes, em relação ao namoro, não houve comprometimento advindo da deficiência visual, uma vez que todos relataram terem relacionamentos dessa natureza.

• Diferença antes e depois da perda da visão

A mudança física, após alguma patologia ou causa qualquer, ocorrida durante a vida, é motivo de adaptação do ser humano frente à nova situação. Para alguns, isso significa deixar de praticar algumas atividades e repressão de alguns desejos. Já, para outros, isso é motivo de superação, se adaptando às novas circunstâncias e aprendendo a viver com os mesmos prazeres.

- *Eu parei de enxergar e parei de me relacionar.* (S1)
- *Não tem diferença nenhuma. Às vezes acontece que você tem até mais que uma pessoa normal porque a pessoa normal vai muito pela fisionomia e nós pelo toque.* (S3)
- *Diferença? Não pra mim não teve diferença nenhuma. Não, a diferença é que a gente não vê a pessoa, mas a gente imagina né? [...] Inclusive, acho que parece que eu conheci muito mais mulher do que antes de perder a visão.* (S4)

Vash (1991), discorrendo sobre sexualidade e intimidade de deficientes, ressalta que o impulso sexual não desaparece com a deficiência. Assim, quando a sexualidade deixa de ser vivenciada pela deficiência visual, isto não significa que o indivíduo está comprometido em suas capacidades sexuais, mas sim que, a limitação da deficiência visual inibiu as possibilidades ou a segurança que o indivíduo sentia anteriormente. Por isso é preciso criar oportunidades para que ele discuta e reflita sobre sua vida e sexualidade e ouse novos caminhos frente à sua nova

condição. Entretanto, ficou claro que a maioria dos deficientes visuais não relatou sentir nenhuma diferença significativa na forma de se relacionar. Esses depoimentos deixam claro que os cegos participantes deste estudo vivenciam sua sexualidade igualmente aos dotados de visão.

• **Relação sexual**

Ao analisar esse tópico, teve-se a intenção de entender qual a opinião dos deficientes visuais com relação ao sexo propriamente dito.

- *É importante, mas é na hora certa, no lugar certo, com a pessoa certa. Não é ter relação por aí. Relação sexual é um contato íntimo entre um homem e uma mulher [...] quanto ao relacionamento sexual faz parte do namoro, eu acho que isso é importante. (S1)*
- *Eu acho importante, a pessoa se guardar pra quando for o casamento, pro marido, quando se casar. (S2)*
- *Com uma pessoa que você ama, que você gosta, que você tem carinho, é diferente. (S3)*
- *Gosto muito de sexo. Claro que com 50 anos a gente não diminui de gostar né, mas a gente encara de outra forma [...] Eu gosto de fantasiar, de brincar bastante, gosto de sentir a mulher né, a pele, o cabelo, tudo isso é muito importante, inclusive pra gente que não enxerga. A gente transmite uma coisa para a mulher e ela transmite pra gente, diferente até do que quando a gente vê né? Quando a gente vê, às vezes nem precisa muito dessas fantasias né? (S4)*
- *Tem que casar virgem porque é o que Deus determinou né? (S7)*

As falas revelam igualdade de pensamento sobre a importância da relação sexual e a valorização desse momento na vida íntima. Porém, alguns discursos revelaram diferenças quanto ao momento de praticar o ato sexual, antes ou após o casamento (é interessante ressaltar que os participantes que relataram ser importante o ato sexual após o casamento são tanto indivíduos jovens como adultos). Há grande similaridade na forma de pensar sexualidade entre deficientes visuais e pessoas comuns. Ou seja, todos consideram a relação sexual algo importante no relacionamento amoroso. Consideram que precisa haver interação, afetividade, confiança, etc. Camilla Bezerra (2007, pag. 03), afirma que “as pessoas com deficiências não têm nenhuma necessidade especial em relação a sexo que os demais também não apresentem”. Mas fica claro que as crenças individuais de cada um, vão direcionar o momento e a circunstância em que essa atividade sexual vai acontecer.

• **Prevenção às DSTs**

Ao abordar este tema, teve-se a intenção de compreender qual a percepção, que os deficientes visuais possuem, sobre as Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs) e se conhecem as formas de se prevenir. Os relatos foram:

- *Essa questão de prevenção é muito importante mesmo. Acho que tem que se prevenir de todas as formas, acho que tem que ser bem conversado, bem esclarecido, porque muitas vezes a pessoa acaba caindo por uma bobeira, contraindo uma doença. (S1)*
- *Eu não faço sem camisinha. (S5)*
- *Quando eu era adolescente eu sempre tomei cuidado de nunca ejacular ali perto da vagina, eu tirava. Não usava essas coisas não. Quando adolescente não se falava em AIDS, a única preocupação que se tinha era com gonorréia, sífilis, e essas coisas, mais a gonorréia [...] como era sempre com uma conhecida, a gente nunca pensa que elas poderiam ter algum tipo dessa doença né? (S6)*
- *A única que eu conheço mesmo, que eu estudei, pesquisei foi sobre a AIDS. (S7)*

As pessoas com deficiência visual percebem a importância da prevenção contra DSTs. Ainda assim, alguns apresentam um vago conhecimento sobre essas doenças e carregam crenças equivocadas sobre a prevenção, como por exemplo, a idéia de que uma “pessoa conhecida” não pode estar contaminada. De fato, há ainda um déficit de conhecimento sobre DSTs, necessitando-se uma orientação mais aprofundada. Esses relatos mostram que os profissionais de saúde precisam criar espaços para uma educação sexual real na busca da compreensão dos riscos e tomada de medidas preventivas efetivas para este público.

Segundo o Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde (2009, p. 09), “em 1997 o coeficiente de mortalidade por AIDS, estava em 11,9 por 100.000 habitantes. Em 2009, foi padronizado em 6,2 óbitos, com tendência a diminuição”. Porém, os dados se estabilizaram. Isso revela que deve-se trabalhar contra as Doenças Sexualmente Transmissíveis com toda a população, sem exclusão.

• **Homossexualidade**

Quando indagados a respeito de homossexualidade, as respostas dos cegos foram:

- *Eu não condeno, mas eu sei que não é uma coisa certa. Deus criou Adão e Eva e não Adão e Ivo, então assim, ele criou homem e mulher. (S1)*
- *Eu acho assim, que o que Deus fez foi homem e mulher. (S3)*
- *Eu não falo nem contra nem a favor, mas não é minha praia. Eu acho que mulher tem que transar com homem e homem com mulher, a natureza é essa. (S4)*
- *Não sou contra não. Cada um é cada um. Não gosto de bicha. Homossexual não tem nada, mas aqueles bichas, uns caras afetados, ah não, da licença, ai não vai não. (S5)*
- *Nossa! Isso é totalmente errado. Se Deus deixou o homem pra mulher e a mulher pro homem, pra que? Não tem como ter filho assim. (S7)*

Quanto à realidade observada, há aqueles que não se agradam da orientação sexual oposta por adotarem um princípio religioso. Outros possuem um preconceito a respeito desse assunto, preferindo evitar o contato.

A discriminação, a seu turno, é a ação ou omissão baseada em critérios injustos, tais como raça, cor, sexo, idade, estado civil, religião etc., que viole direitos da pessoa. Pode-se dizer que a discriminação é a exteriorização ou a materialização do preconceito, que pode decorrer tanto do racismo, quanto do estereótipo. (LOPES, 2009).

Falas como: “*Não gosto de bicha*”, “*Nossa! Isso é totalmente errado*”, fica evidente que alguns dos cegos entrevistados possuem preconceitos contra homossexuais, assim como grande parte das pessoas de um modo geral.

• **Importância do tato**

Sobre a sensibilidade ao toque durante um relacionamento com o sexo oposto foi colocado:

- *Esse desejo do toque é assim uma coisa de louco mesmo [...] toque me excita.[...] o tato é os nossos olhos. (S1)*
- *A pessoa normal vai muito pela fisionomia e nós pelo o toque. (S3)*
- *Quando você tateia, você tá sempre buscando uma referência. Sempre procuro formar uma imagem daquilo que eu estou tateando. (S5)*
- *Como a gente depende dele, ele é mais sensível, ele é mais aguçado. Como a gente tá o tempo inteiro usando ele, é bem mais desenvolvido. (S6)*

Os cegos entrevistados concordam entre si que o tato é um sentido mais desenvolvido, possibilitando sensações diferenciadas que os agradam. É por meio dele que os deficientes visuais sentem e apreciam seus companheiros.

Para Griffin e Gerber (1999), a ausência da modalidade visual exige experiências alternativas de desenvolvimento, a fim de cultivar a inteligência e promover capacidades sócio-adaptativas. O ponto central desses esforços é a exploração do pleno desenvolvimento tátil.

• **Criação de filhos**

Para os entrevistados que possuíam filhos, perguntou-se como foi criá-los, frente à ausência de visão.

- *Dá pra cuidar tranquilo. [...]pra dar banho é só por o dedinho pra ver se a água está quente. Experimentar antes a comida pra ver se dá pra dar pra ele. A gente vai se ajeitando com a ajuda dos amigos, irmãos, né? (S1)*
- *Eles nos ajudam bastante, porque os filhos ajudam quando crescem. (S2)*
- *Na verdade é meio complicado, porque o filho ele pode, dependendo do grau de visão que o pai e a mãe têm, ele pode tentar tapiar, esconder, pegar dinheiro. (S7)*

Constata-se certa complexidade de situações vivenciadas pelos pais cegos quando amamentam, alimentam, banham e administram medicamentos. Mesmos os pais cegos, desenvolvem estratégias criativas no cuidado com os filhos com o uso do olfato e do tato, o apoio de familiares e vizinhos. (PAGLIUCA; UCHOA; MACHADO, 2009). Essa citação confirma que barreiras existem, mas de acordo com suas falas, eles as superaram e conseguiram de maneira louvável educarem os seus.

3. Desafios

• Lidar com preconceitos

Os seguintes depoimentos revelaram o esforço e as dificuldades enfrentadas pelos deficientes visuais para estabelecer uma relação igualitária com o outro.

- *O próprio deficiente, ele é preconceituoso. (S1)*
- *Enfrentei preconceitos da própria igreja. (S3)*
- *Eu já sofri sim preconceitos. Mas não é porque o mundo tem preconceitos, que você vai deixar de se relacionar. (S4)*
- *Os amigos começaram a questionar muito sobre essa questão da minha deficiência [...] até mesmo o pastor da igreja disse que se ela decidisse casar comigo ele não iria fazer o casamento. (S6)*
- *Os moleques brincam muito, mas eu não ligo não. Eu levo na brincadeira. (S7)*

Preconceito é um tema que atualmente possui muitas indagações e opiniões diversas. Os deficientes visuais ainda são alvo de pessoas que acreditam que, por possuírem uma deficiência, são seres assexuados e/ou inferiores.

No contexto da inclusão social, Grewal (2011) relata que na maioria das escolas, não há a preocupação em tratar do assunto preconceito nas salas de aula e de mostrar a alunos como ideias preconcebidas de forma automática, muitas vezes, prejudicam os relacionamentos.

As diferenças precisam ser enfrentadas. O autor Falcão (2006) cita que enfrentar a diversidade entre os seres humanos é desafio cotidiano que não acaba com o passar dos anos. No

entanto, essa diversidade não deve ser considerada uma barreira e distanciamento entre os seres humanos, e sim um estímulo para a inclusão social.

- **Obter informações**

A sexualidade é um tema com poucas publicações, poucos registros e poucos materiais didáticos para os deficientes visuais. As falas a seguir demonstram essa necessidade de material e informação.

- *Eu acho que tem muita coisa que a gente deixa de saber pelo fato de não enxergar. Porque tem coisa que você assiste na televisão, lê na revista, no jornal, e tem coisa até que você ouve. Mas a gente não tem acesso de ficar ouvindo, ouvindo e ouvindo e acaba perdendo algumas informações [...] deveria ter um material que a gente pudesse tocar e uma palestra, você mostrando o material e falando ao mesmo tempo. (S1)*
- *Deveria ter mais informação, porque nem todos têm a sabedoria de como se comportar sexualmente. (S3)*
- *Eu acho que o sexo é uma coisa muito pessoal. Tem coisas que a gente vai descobrindo ate com o tempo [...] teria que ser educado sim, esclarecido sim, tanto na casa como na escola. (S5)*
- *Ah! Os pais tinham que dar uma pequena introdução né? Porque a educação vem de casa. (S7)*

Para Glat (2004), jovens que possuem alguma deficiência, em geral, não recebem orientação em casa, e devido seus déficits cognitivos e/ou sensoriais, têm dificuldade de entender ou apreender as informações veiculadas pelos meios de comunicação sobre sexualidade. Afirma ainda que a sexualidade faz parte da vida de qualquer jovem. Logo, é preciso orientá-los para poderem vivenciá-la de forma apropriada, sem colocá-los em situações vexatórias e/ou constrangedoras.

Considerações finais

A perda da visão delimita muito o espaço físico, mas não limita outras formas de percepção. Os deficientes visuais encaram de uma maneira natural e com grande autoconfiança as questões ligadas à sexualidade. Utilizam muito do tato, tanto para se autoconhecerem, como para perceberem o mundo exterior.

Demonstram possuir uma grande barreira educacional, sendo assim, é preciso que os pais, os educadores e profissionais de saúde, ao invés de utilizar somente os manuais, as receitas, as teorias formuladas e prontas, conheçam como os deficientes visuais estão vivenciando a sua sexualidade e com base nessa informação, criem espaços para uma educação sexual eficaz.

Através das entrevistas, os deficientes visuais demonstraram ter uma saúde sexual adequada e vivenciar plenamente a sua sexualidade, mas somente uma nova reflexão sobre esta questão ampliará a dimensão do que é viver e conviver com uma deficiência visual.

Familiares, educadores e profissionais da saúde possuem um papel muito importante que é de cuidar do indivíduo. Essa responsabilidade de transmitir os conhecimentos sobre sexualidade também é dada a nós da área da enfermagem, buscando diminuir seus conflitos, ansiedades, e esclarecendo suas dúvidas.

Referências

BEZERRA, C. P. **A Vivência da Sexualidade por Adolescentes Portadoras de Deficiência Visual**. 2007. Dissertação- Pós-Graduação em Enfermagem – Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, 2007.

BRASIL. **Boletim epidemiológico AIDS**. Brasília, p.9, 2009.

BRASIL. **Constituição**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRUNS, M. A. de T. **Sexualidade de cegos**. São Paulo: Átomo, 2008. 88p.

CORRÊA, M.; LORENCINI, A. **Escola: espaço de construção da sexualidade e aperfeiçoamento da cidadania**. Londrina, 2009. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1876-8.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2011.

FALCÃO, J. L. M. F. A formação do professor para a inclusão: desafios e reflexões. **AMAE Educando**, Belo Horizonte, n. 343, p.21, Out. 2006.

FIORIN, F. L. **Elementos de análise do discurso**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1989.

GIL. A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, M. **Deficiência visual**. Brasília: MEC, 2000.

GLAT, R. **Saúde Sexual, Deficiência e Juventude em Risco**. Rio de Janeiro: Banco Mundial Brasil, 2004.

GREWAL, D. As raízes do preconceito. **Mente & Cérebro**, São Paulo, n. 226, p.50- 53, Nov. 2011.

GRIFIN, H. D.; GERBER, P. J. Desenvolvimento tátil e suas implicações na educação de crianças cegas. **Revista Benjamin Constant**. Rio de Janeiro, v. 05, p. 1-5, 1999.

LIMA, C. **O papel da família no processo de construção da sexualidade**. Disponível em: <www.portaldasexualidade.com.br>. Acesso em: 16 nov. 2010.

LOPES, O. B. **A questão da discriminação no trabalho**, Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_17/Artigos/art_otavio.htm>. Acesso em: 08 nov. 2011.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica: Ciência e conhecimento científico. Métodos científicos. Teoria, hipóteses e variáveis. Metodologia jurídica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF)**. São Paulo: Lisboa, 2003.

PAGLIUCA, L. M. F.; UCHOA, R.S.; MACHADO, M. M. T. **Pais cegos: experiências sobre o cuidado dos seus filhos**, São Paulo, março-abril 2009. Disponível em: <www.eerp.usp.br/rlae>. Acesso em 08 nov. 2011.

VASH, C. L. **Enfrentando a deficiência: a manifestação, a psicologia, a reabilitação**. São Paulo: EDUSP, 1991.

Bibliografia consultada

ALEGRE, P. A. C. M. **A cegueira e a visão do pensamento**. 2003. Dissertação de Mestrado - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2003.

FRANÇA, I. S. X.; BAPTISTA, R. S. **A construção cultural da sexualidade brasileira: implicações para a enfermagem**, Brasília, mar./abril 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003471672007000200014> Acesso em: 09 set. 2011.

GOFMAN, E. **Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. 4 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1988.

MAURI, G. R. Relação entre imagem e a sexualidade humana. Acta Científica UNASP. São Paulo, Vol 02, n.º 11, 2006. Disponível em: <<http://www.unasp-ec.com/revistas/index.php/actacientifica/article/view/356>> Acesso em : 10 agosto 2011. Nome da revista??

NUNES, S.; LOMÔNACO, J. F. B.; O aluno cego: preconceitos e potencialidades. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 55-64, jan./jun. 2010.

ARTIGOS OPINATIVOS E DE ATUALIZAÇÃO

“VIVA O POVO BRASILEIRO” COM UM OLHAR DE GÊNERO

Tereza Cristina Pereira Carvalho Fagundes¹

“VIVA O POVO BRASILEIRO” WITH A LOOK OF GENDER

Resumo: A premissa básica na qual se fundamenta o estudo feito da obra de João Ubaldo Ribeiro consiste em se reafirmar que o ser mulher bem como o ser homem são constructos apreendidos socialmente. A despeito das inúmeras disjunções temporais e espaciais, depreende-se do texto de *Viva o Povo Brasileiro* uma série de características marcadoras do aprendizado das feminilidades e masculinidades, que não apenas retratam a mulher e o homem no decorrer da construção da nação brasileira até a contemporaneidade no Brasil como no mundo, pelo menos ocidental. Desde os primórdios da cultura brasileira, a menina tem aprendido que ser mulher é saber cuidar de crianças, cozinhar, lavar, passar, cuidar da casa e do marido; ser mulher é adotar a postura do servir, do submeter-se, do obedecer ao pai, irmão, companheiro, etc.; é também ser dependente, passiva, dócil, carinhosa, gentil, paciente, emotiva, agradável e mais uma série interminável de ‘atributos’ tidos como femininos. O menino, por outro lado, aprende que ser homem é ter sob seu comando as experiências dos outros, especialmente das mulheres, é poder tomar decisões por todo um grupamento social como a família, é ser ativo, viril, corajoso, intransigente, forte, etc. Entretanto, associados à permanência de estereótipos distintos que atravessam a história da humanidade, com um ‘olhar de gênero’ vislumbra-se também em *Viva o Povo Brasileiro* a existência de rupturas em alguns papéis de gênero femininos e masculinos historicamente construídos, sem que, contudo, tenham sido traduzidas ao longo do tempo em mudanças significativas nas relações de poder entre homens e mulheres.

Palavras-chaves: Identidades. Papéis de gênero. Relações de gênero.

Abstract: The basic premise on which is based the study made of the work of João Ubaldo Ribeiro consists if to reaffirm that the being a woman and being a man are genetics constructs carrying seized socially. Despite numerous spatial and temporal disjunctions, it appears from the text of *Viva o Povo Brasileiro* a series of marker characteristics of masculinities and femininities learning, which not only depict the woman and the man in the course of construction of the Brazilian nation until the contemporaneity in Brazil as in the western world, at least. Since the beginnings of the Brazilian culture, the girl has learned that being a woman you know take care of children, cooking, washing, ironing, take care of the House and husband; being a woman is to adopt a posture of serve, submit, obey the father, brother, roommate, etc. It is also be passive, dependent, docile, loving, gentle, patient, emotive, enjoyable and more an endless series of ' attributes ' regarded as feminine. The boy, on the other hand, learns that being a man is to have under his command the experiences of others, particularly of women, is to be able to take decisions by an entire social group like family, is being active, manly, courageous, resolute, strong, etc. However, associated with the permanence of distinct stereotypes through the history of humanity, with a ' gender ' look there is also in *Viva o Povo Brasileiro* the existence of disruptions in some female and male gender roles historically constructed, without, however, having been translated over time on significant changes in power relations between men and women.

¹ Doutora e mestre em educação. Professora Titular da UNIFACS. Membro do Conselho Deliberativo da SBRASH. e-mail: tcrispf@uol.com.br

Keywords: Identities. Gender roles. Gender relations.

A construção social dos gêneros, dentre outros, é um dos conceitos que se pode reafirmar, a partir de uma análise de gênero, da leitura da obra de João Ubaldo Ribeiro (1984) – *Viva o Povo Brasileiro*.

Como se tem afirmado ao longo de pelo menos três décadas em diferentes contextos das Ciências Humanas, a aprendizagem do ser homem e do ser mulher configura-se como identidade de gênero, componente do processo de construção da identidade da pessoa que começa a ser estruturada após o nascimento, num processo simbiótico com as figuras parentais, em interação com o meio, até expressar-se como individualidade em atitudes e sentimentos sobre o eu.

Money e Tucker (1981), pioneiros em estudos nesta área, consideravam a identidade de gênero como identidade sexual, ou o senso de si mesmo como homem ou como mulher ou ambivalente. Entretanto, devido à diferença entre os conceitos de sexo e gênero, opta-se pela terminologia identidade de gênero, gênero entendido a partir da teorização de Scott (1991) como um elemento constitutivo das relações baseadas nas diferenças que distinguem os sexos, ou nas diferenças percebidas entre os sexos. Associado a esse constructo tem-se o de papel de gênero que vem a ser a expressão pública da identidade ou o conjunto de condutas esperadas de homens e de mulheres associadas à sexualidade e socialmente exigidas do indivíduo de acordo com o seu gênero. Dessa forma, o conceito de gênero encontra-se imbricado nos conceitos de identidade, de papel e no de relações entre os sexos / gêneros.

Dada a natureza social do conceito de gênero, a identidade e o papel estão afinados aos estereótipos culturais dos sexos, fundamentados nas diferenças genitais femininas e masculinas que as transcendem. Entretanto, entre estes dois modelos ou pólos, há uma infinidade de conjugações de níveis e intensidade de pessoas, que extrapolam os espaços definidos pela sociedade para serem ocupados pelas mulheres e pelos homens (FAGUNDES, 2001a e 2001b).

Para Butler (2006), gênero é performativo; não expressa uma essência interior de quem somos, mas é constituído por um ritualizado jogo de práticas que produzem o efeito de uma essência interior. O gênero é vivido como uma interpretação, ou um jogo de interpretações do corpo, que não se restringe a dois, e isso, reconhecemos, trata-se de uma mutável e histórica instituição social,

No que diz respeito à linguagem, o gênero é percebido como efeito da dominação simbólica, não expressa na lógica consciente, mas de modo subjacente, nas práticas e categorias

dicotômicas para homens e mulheres: forte-fraco, alto-baixo, claro-escuro, visível-invisível, aparente-recôndito, poderoso-submisso. Estas categorias se sustentam mutuamente e, embora concordantes, são suficientemente divergentes para conferir valores a cada uma delas. Como afirma Bourdieu (1995, p.142-143):

Cada vez que um dominado emprega para se julgar uma das categorias constitutivas da taxonomia dominante (por exemplo: brilhante / esforçado, distinto / vulgar, único / comum, etc.) ele aplica a si mesmo, sem o saber, o ponto de vista dominante, adotando, de algum modo, para se avaliar, a lógica do preconceito desfavorável.

Nesta ótica, a mulher introjeta a condição feminina impregnada de sentidos de oposição na inferioridade e que envolvem a negação do masculino como sendo feminino, enquanto que o homem introjeta o masculino como sinônimo de superioridade e poder.

Embora o gênero não esteja para a cultura como o sexo está para a natureza, gênero pode ser definido também como o modo contemporâneo de organizar normas passadas e futuras, um modo dos indivíduos se situarem na sociedade como homens ou como mulheres, e, através dessas normas, um estilo ativo de viver o corpo com uma noção rígida de que o corpo do homem é incisivamente diferente do corpo da mulher. Como afirmam Cornell e Thurschwell (1990, p. 171) “[...] a rígida separação de gêneros representa uma ofuscação ideológica daquilo que partilhamos. Dividir-nos contra é limitar potenciais da expressão humana”.

As organizações binárias, principalmente as baseadas em polaridades de gênero, são efetuadas por uma forma de poder produtiva e estratégica; a subversão desta polaridade não se dá, necessariamente, pela sua superação, mas pelo reconhecimento de múltiplas formas de ser entre os pólos.

A menina sempre aprendeu, na família, que a mulher deveria saber cuidar de crianças, cozinhar, lavar, passar, cuidar da casa e do marido, adotar a postura do servir, do submeter-se, do obedecer ao pai, irmão, companheiro, etc. Aprendeu a ser dependente, passiva, dócil, carinhosa, gentil, paciente, emotiva, agradável, e mais uma série interminável de ‘atributos’ tidos como femininos. O menino, por outro lado, aprendeu o homem deveria ter sob seu comando as experiências dos outros, especialmente das mulheres, tomar decisões por todo um grupamento social como a família, ser ativo, viril, corajoso, intransigente, etc.

Assim, construindo a diferença entre homens e mulheres e entre o feminino e o masculino, a história de meninos e meninas segue caminhos diferentes que se cruzam, determinados pelo meio e pela cultura, que apresenta peculiaridades que variam no tempo e no espaço (FAGUNDES, 2001a).

A despeito das inúmeras disjunções temporais e espaciais, a análise do texto de João Ubaldo Ribeiro (1984) permite identificar-se características marcadoras do aprendizado de feminilidades e masculinidades, como será exemplificado a seguir.

Num episódio ocorrido segundo ele, no ano de 1647 (RIBEIRO, 1984, p. 39) há uma clara alusão ao processo de aprendizagem do ser homem e do ser mulher:

De manhã, assim que o sol raiava, punham as mulheres em fila para que fossem à doutrina. Depois da doutrina das mulheres, que então eram arrebanhadas para aprender a tecer e fiar para fazer os panos com que agora enrolavam os corpos, seguia-se a doutrina dos homens, sabendo-se que mulheres e homens precisam de doutrinas diferentes.

O ensinamento dos papéis de gênero compreendia uma verdadeira doutrinação, que incluía, também as noções do Bem e do Mal, cujas diferenças são seriam compreendidas (pelos habitantes da fictícia Redenção) se fossem explicadas abstratamente.

E mais uma vez se destaca a imposição de comportamentos conforme a tradição do povo (RIBEIRO, 1984, p. 40)

[...] Mulher má não quer ir à doutrina, quer andar nua, não quer que o padre pegue na cabeça do filho e lhe besunte a testa de banha esverdeada dizendo palavras que podem endoidecer a criança. Feio feio, mulher má. Mulheres boas não falam com mulher má, mulher má fica sozinha [...] parece maluca. Cada vez mais maluca, castigo do céu [...] homens maus também se desmascaram [...] fica cada vez mais sozinho, bebe aguardente, ninguém conversa com ele, homem mau sempre pior [...] morre afogado e bêbado, vai para um lugar onde o fogo queima sem cessar [...]

A atribuição de lugares diferenciados para homens e mulheres aparece, também, quando um personagem de destaque viajava. Relata Ribeiro (1984, p. 62) que em 1827:

Já a bordo do vapor, Perilo Ambrósio notou com satisfação que as mulheres estavam acomodadas no tombadilho à popa, sentadas em suas poltronas de vime e fazendo as negrinhas correr para lá e para cá, ocupando-se de tarefas inúteis. Muito bem, assim é que deve ser, que lá fiquem, que lá ninguém as irá incomodar, nem cá venham elas incomodar.

Mas a narrativa do autor valoriza a sabedoria feminina através da personagem Dadinha a quem todos respeitavam e que, segundo ele, viveu cem anos, (10 de junho de 1721 a 10 de junho de 1821). Segundo Ribeiro (1984, p. 76), eis uma fala representativa dessa representação:

Danda é. Prestenção nas santidades; todos os santos, muntcho bem, muntcho bem, Santo Antônio, a Santa da Conceição, muntcho bem, mas se valha mais do santo de sua cor [...] Deus te livre das vista que mal te olhou, com dois te botaram, com três eu tiro, com os poderes de Deus, da Vilge Maria e de Zezus de Najaré, seu filho concebido sem mágoa e sem pecado. Se foi na cabeça, São João Batista, se foi nos olhos, Santa Luzia, se foi nos dentes, Santa Polônia, se foi no corpo, as três pessoas da Santíssima Trindade [...]

João Ubaldo faz, também, referência à personagem Vu, avó de Dadinha, filha mais velha do Caboclo Capiroba, que dominava sexualmente um homem branco, holandês, prisioneiro de seu pai (RIBEIRO, 1984, p.53).

Prevalece, contudo, a problemática de gênero atravessada por duas outras variáveis – classe social e raça – como acontece até os tempos atuais (RIBEIRO, 1984, p. 97 e 373):

Dos filhos dele, mais de vinte, mais de sabe-se lá quantos, nunca, assim ou assado, tinha ficado um por ali. Mesmo ficando, não era dele, era do senhor [...] [...] esse pai negro fumbamento dá a mão à filha e conversam longas prosas, em que o pai se mostra mais sabido e mais qualquer coisa boa que os outros, sendo isso necessário para todo pai e muito mais para o pai que é escravo e, portanto, precisa de todo pedaço de orgulho que possa catar.

[...] nós somos o povo desta terra, o povinho. É isso que nós somos, o povinho [...] E povinho não é nada, povinho não é coisa nenhuma, me diz onde é que tu já viu povo ter importância? Ainda mais, preto?

Referências ao “pai fumbamento” que se mostra “mais sabido e mais qualquer coisa boa que os outros” somadas à consciência afirmativa de serem “o povo desta terra” nos remetem à confirmação da teoria de que o gênero e a classe social estruturam as expectativas e conformam a ação social. Como analisa Motta (1999, p.193):

A vida social é estruturada em conjuntos de relações que, em interface, ou articuladas dinamicamente, lhe dão sentido (ou ensejam ao analista entrever um sentido...). Os mais determinantes desses sistemas de relações são as classes sociais, os gêneros, as idades/gerações e as raças/etnias. Cada conjunto desses constitui-se, então, numa dimensão básica da vida social, mas nenhum deles, analisado isoladamente, dá conta da sua complexidade. Inclusive porque são aspectos co-extensivos, isto é, “recobrem-se parcialmente uma à outra”. Essas dimensões realizam-se no cotidiano e na História e podem ser também definidas como categorias relacionais ou da experiência. Expressam diferenças, oposições, conflitos e/ou alianças e hierarquias provisórias. Provisórias, porque na dialética da vida os lugares sociais se alternam, as situações sociais desestruturam-se e reconstróem-se em outros moldes. Do ponto de vista de cada indivíduo ou grupo, isto significa a múltipla pertinência de classe, de sexo/gênero, de idade/geração e de raça/etnia, com a formação de subjetividades ou de identidades correspondentes.

As identidades e subjetividades do sujeito se imbricam e são imbricadas umas nas outras. A identidade de gênero, perpassada pela construção da identidade pessoal, comporta, segundo Silva (2005), os conceitos de identidade (aquilo que se é), de diferença (aquilo que não se é) e o de diversidade (que significa variedade, pluralidade, convivência de características, idéias e/ou elementos diferentes).

Nesse contexto a atribuição de um nome é parte da construção da identidade da pessoa. Em *Viva o Povo Brasileiro* (RIBEIRO, 1984, p. 94-95) encontra-se uma referência que ilustra o tratamento diferenciado da família na atribuição do nome quando nascia filha mulher:

Quando Vevé vinha nascendo [...] Dadinha chegou [...] e ainda ajudou as outras a amarrar o umbigo e enterrar as secundinas conforme todos os preceitos [...] O nome que vão botar nela eu não sei, quando é mulher eles não escolhem muito, nem marcam a ferro, nem nada – disse Dadinha pondo a mão nos quartos, como anunciava sempre seus discursos. [...] Bom, não sei o nome branco dela, o daqui eu já sei qual é. Vou dizer: é Daê. Daê. Também pode ser Naê. E vai se criar, se vê, se vê bem.

Vevé era filha de Turíbio Cafubá (filho de Dadinha) com Roxinha, esta, como tantas mulheres, que “trabalhou na beira do fogão até a hora do parto” (RIBEIRO, 1984, p. 93). Mulher escrava, negra, conformada. Conformismo percebido como um ‘traço’ manifestado por várias mulheres na obra de João Ubaldo, que se constitui numa verdadeira releitura da história do Brasil. Os episódios compreendem mais de três séculos da evolução do país, particularmente da Bahia. Entretanto, estereótipos de gênero perpassam essa história.

A mãe do personagem Amleto, a certa altura, precisa lembrar-lhe dessa condição, repreendendo-o (RIBEIRO, 1984, p. 236):

*- Chamas-me de D. Jesuína [...] e sou tua mãe.
Amleto (nascido branco) estacou, revirou os olhos, levantou as mãos abertas, bateu os pés no soalho. Alguém havia esquecido disso?*

Isto porque Amleto, de cor branca, escondia do povo a condição de ser filho de negra, levando apenas o nome do pai, inglês branco – Ferreira Dutton. Neste ponto, em que fica evidente mais uma forma de opressão das mulheres, é importante demarcar o conceito de interseccionalidade que, segundo Crenshaw (2002), busca capturar as conseqüências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação, em que o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe dentre outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes, entre outras categorias. Segundo a autora, as mulheres negras muitas vezes estão posicionadas em um lugar, uma espécie de esquina, onde o racismo ou a xenofobia, os preconceitos de classe e de gênero se encontram, constituindo-se então em um alvo preferencial de toda a sorte de opressão.

Continuando a análise, no texto que se segue pode-se evidenciar a exaltação à sabedoria masculina e a marca negativa do corpo feminino (RIBEIRO, 1984, p. 128):

Aprendeu quase todo o beabá em quatro ou cinco dias, dormiu com a professora, que era parda e velha, quase não ouvia, se amasiou com ela, conquistou casa, comida e roupa lavada [...]

Como se analisou em outra oportunidade (FAGUNDES, 2001a, p. 37):

O corpo feminino e a conduta das mulheres encarnam as questões cruciais do ser humano no seu sentido biológico – vida e morte. As mulheres engravidam e parem seus filhos - geram vida; também se associam à idéia de morte na medida em que assumem até os rituais funerários de seu grupo social. Desta maneira, por serem tão próximas da natureza, lembram incessantemente aos homens a sua fragilidade e finitude, levando-os a reagir, muitas vezes a esta desmistificação da sua transcendência, saber e poder, de modo violento.

Neste sentido, ficam muito claras as limitações associadas às mulheres quanto aos atributos da cognição, do conhecimento, da razão. Seriam seres tão profundamente arraigados às coisas do corpo – nascimento e morte, alimentação, cuidado das crianças e dos velhos – que dificilmente teriam condições de agir com a razão, ou possuir os atributos necessários á investigação e compreensão do mundo. Paradoxalmente, no entanto, esta forte ligação com o corpo lhes conferiria certo tipo de poder, que ameaçaria os homens.

A atração do homem pelo corpo feminino aparece nas seguintes falas elaboradas por Ribeiro (1984, p. 185 e 394):

Pois de que se gosta numa mulher? Difícil dizer, há os que gostam das de cabelo mais comprido como o das índias, outros de umas que tem os quartos grandes, [...] outros de umas que são caladinhas e encafifadas [...] outros de umas que somente obedecem, e por aí vai [...]

Eu gosto duma nega gorda! [...] o homem precisa de carne numa mulher [...]

Tais relatos remetem a Butler (2003, p.30) para quem “Mesmo tomados em sua variedade, os discursos constituem modalidades da linguagem falocêntrica”. Além de precisar do corpo da mulher, o homem constrói o estereótipo de que há modos especiais de comportamento dela esperados ao referir-se a uma menina que “[...] *com seus modos travessos na intimidade e o comportamento público de uma lady, era na verdade a companheira ideal para um homem como ele*” (RIBEIRO, 1984, p. 471).

Há diferenciação, portanto, dos modos de comportamento esperados de uma ‘dama’ e estranheza diante da ambigüidade apresentada por uma jovem que, no mundo público, agia como uma ‘lady’ e na esfera privada seus modos travessos’ eram contraditórios.

Também como analisou Saffioti (1976), a identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da atribuição de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo.

Naquela época e na atualidade em algumas situações, das mulheres espera(va)-se, ainda, a submissão, subserviência, obscuridade e ignorância. Quando uma mulher através de uma fala ou de uma atitude inteligente representava algo ameaçador do ‘mundo masculino’, uma reprimenda não tardava: “*Deixe de ser inteligente, as mulheres não podem ser inteligentes, ficam perigosas demais*” (RIBEIRO,1984. p.576). Neste sentido, vale ressaltar a máxima de Francis Bacon (1999): Saber é poder.

Também para Adorno e Horkheimer (1985), o saber/esclarecimento promove o desencantamento do mundo/natureza, substituindo o modo de pensar fundamentado em mitos ou mantendo-os, resgatando as suas bases para explicar os fenômenos da natureza. O saber contribui para livrar os homens do medo e torná-los senhores, daí a considerar-se que a superioridade do homem reside no saber.

A falsa argumentação de não ser capaz de pensar como os homens, de não possuir o saber permitido aos homens, de estar ao lado da emoção e não da razão, vem a se constituir uma indelével marca no processo de configuração da identidade feminina.

Já afirmava Kant (1985, p.100) sobre o saber:

[...] o esclarecimento é a saída do homem de sua mediocridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo.

Nesta ótica, o esclarecimento liberta o ser humano quando o promove a uma situação de maioridade, que se concretiza pelo uso da razão, do pensar por si mesmo e do saber; conferindo-lhe o poder no sentido dele ser senhor de seu destino. Este poder, segundo os princípios ascéticos que inspiram os pressupostos filosóficos de Kant (1985) - dominância da razão sobre a paixão e da verdade pura sobre a existência temporal - só é alcançado com a separação entre corpo e razão. Como às mulheres sempre se associa a natureza corporal sua identidade e sua imanência, a elas, historicamente foi negada a possibilidade de atingir a maioridade. Assim, no seio da família o persistente poder desses compromissos ascéticos reforça o pressuposto de que, em função da razão, os homens devem exercer sua superioridade sobre as mulheres. Ao homem só é negado esse poder se ele for tomado pelo medo ou pela preguiça. Em contraposição, as mulheres situam-se na condição de tuteladas, numa eterna menoridade, sendo incapazes de gerir a sua própria vida, como se este estado de coisas fosse inerente à sua natureza, à sua essência. (Schott, 1996).

Mas a sabedoria associada à idade permite, por vezes, a supremacia do desejo feminino sobre o masculino (RIBEIRO, 1984, p. 273):

[...] no dia que eu botei bem o olho naquelas perninhas grossas apertadas nos calções do irmão mais velho, naquela bundinha empinadinha, naquela cara de bacorinho necessitado de conchego, naquele jeito de pintinho querendo asa em riba, não conversei fui a ele e falei com ele [...] eu fui levando ele para dentro, fui levando, sentei, tirei a roupinha dele e me usufruí, gostei bastante.

Obviamente a esse texto se relaciona a questão da iniciação sexual de jovens meninos, que ao longo da história, esteve associada à experiência de uma mulher mais velha.

A situação, na contemporaneidade, se modificou, na maioria das sociedades. Adolescentes meninas e meninos têm a primeira relação sexual entre si, e não mais ‘por encomenda’. O entendimento de si e do outro, a ampliação do conhecimento do mundo vem se tornando mais acessível à maior parte dos jovens e esses fatos tem conduzido à libertação do jugo masculino (pai, irmão, companheiro) e à tomada de decisões quanto a forma de ver e sentir seus corpos, seus gêneros, suas sexualidades.

Côncias de seus desejos e possibilidades de viver prazerosamente, mulheres insurgem e questionam:

E porque sou mulher, estou obrigada a aceitar passivamente tudo o que os homens me impõem e a não lutar para conquistar o que desejo? (RIBEIRO, 1984, p. 531):

[...] não interessa a sua identidade, pois que sua identidade é uma coisa que só vale para o senhor, para nós o senhor não tem identidade, tem a mesma identidade que os outros que vieram em sua companhia. (RIBEIRO, 1984, p. 561)

Essa fala feminina sobre a determinação dos sujeitos prenuncia a análise de Butler (2003, p.209) para quem “O sujeito não é determinado pelas regras pelas quais é gerado.” As identidades podem parecer substantivos inertes, mas não o são. Como analisa Silva (2001), não são essências fixas, estáveis, coerentes, homogêneas, unificadas... estão em permanente construção, produção, evolução.

Assim sendo, a ordem de ser de um dado gênero ocorre por caminhos discursivos, que podem se reposicionar, se modificar, se reconfigurar. Tais mudanças, que cursam com a evolução, se concretizam, ainda que de forma tênue, com indícios, no passado, de luta, de rebeldia e imposição, enfim de uma consciência de gênero manifestada por personagem feminina. Como admite uma personagem de Ribeiro (1984, p.525):

As mulheres um dia se libertarão desse destino que torna feia para elas a menção de sua própria condição. O homem pode dizer que é homem, a mulher não pode dizer que é mulher?

Não, não, o espírito feminino mostrará um dia o que vale, disso tenho certeza. (RIBEIRO, 1984, p. 525).

Isso posto, depreende-se que a especificidade feminina possa ser contextualizada, analítica e politicamente associada à constituição das múltiplas identidades do sujeito – de classe, raça etnia e outras que se expressam ao longo da história como relações de poder que, assim como as identidades e subjetividades, estão em permanente construção, produção, evolução.

É evidente que este texto não pretende esgotar as possibilidades de análise de um dos mais marcantes livros da obra de João Ubaldo Ribeiro a partir de um olhar de gênero; preferimos admitir como uma provocação e um convite para o aprofundamento desta perspectiva, em um material extremamente rico de referências aos estereótipos que sempre marcaram a história das mulheres em diferentes culturas, especialmente na cultura brasileira, ainda insuficientemente explorada numa perspectiva de gênero.

Referências

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, Mx. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

BACON, F. **Novum Organum** ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza. São Paulo: Nova Cultural. 1999.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BOURDIEU, P. A dominação masculina. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, 20 (2), p. 133-184, jul./dez. 1995.

CORNELL, D., THURSCHELL, A. Feminismo, negatividade, intersubjetividade. In : BEN-HABIB, Sheyla. CORNELL, Drucilla (Orgs.). **Feminismo como crítica da modernidade**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1990. p.155-174.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v.10, n.1, 2002, p.171-188.

FAGUNDES, T. C. P. C. **Pedagogia** – escolha marcada pelo gênero. 2001a. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia. Salvador.

_____. Educação e construção da identidade de gênero. In: FAGUNDES, T.C.P.C. (Org). **Ensaio sobre gênero e educação**. Salvador: UFBA – Pró-Reitoria de Extensão, 2001b. p. 13-17.(Série UFBA em Campo: Estudos).

KANT, I. **Resposta à pergunta**: que é Esclarecimento? («Aufklärung»). In: _____. Inmanuel Kant- Textos Seletos. (edição bilingüe). Petrópolis: Vozes, 1985. p.100-117.

MONEY, J.; TUCKER, P. **Os papéis sexuais**. São Paulo: Brasiliense. 1981.

MOTTA, A. B. da. As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento.

Cadernos Pagu (13) 1999: p.191-221. Disponível em:

<http://www.pagu.unicamp.br/sites/www.pagu.unicamp.br/files/n13a07.pdf> . Acessado em 21 de fevereiro de 2012.

RIBEIRO, J. U. **Viva o Povo Brasileiro**: romance. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1976.

SILVA, T. T. da. **Documentos de identidade**: uma introdução as teorias do currículo. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SCOTT, J. W. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Recife: SOS Corpo, 1991.

SCHOTT, R. M. **Eros e os processos cognitivos**: uma crítica da objetividade em filosofia. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1996.

ABORDAGEM SOCIOPSIKODRAMATICA DO TEMA SEXUAL

Glaurly A. Coelho¹

SOCIOPSYCHODRAMATIC APPROACH OF SEXUAL THEME

Resumo: Os conceitos fundamentais da teoria psicodramática apresentam subsídios para a compreensão do desenvolvimento da sexualidade humana e para uma condução segura na escolha de estratégias de trabalho do profissional interessado em sexualidade, tanto no contexto pedagógico, quanto no clínico ou comunitário.

Palavras-chave: Sociodrama. Sexualidade. Espontaneidade. Multiplicador

Abstract: The fundamental concepts of the psychodramatic theory present elements for understanding the development of human sexuality and to ride safely in the choice of strategies for working professional interested in sexuality, both in the teaching context, as in clinical or community.

Keywords: Sociodrama. Sexuality. Spontaneity. Multiplier.

Introdução

A sexualidade humana varia com o tempo e o grupo social. Os atos sociais de ontem são diferentes dos de hoje e transformam nosso comportamento social reeditando nossa cultura. Relevantes contribuições do século XX modificaram o padrão sexual de nossa sociedade, tais como aceitar a busca do prazer como uma condição natural do indivíduo, reconhecer o ato sexual, sem o objetivo da reprodução, como direito legítimo de todos e inaugurar as discussões das questões de gênero.

O comportamento contemporâneo vigente pode levar a crer que as pessoas de forma geral são conhecedoras dos assuntos sexuais. Mas é frequente nos depararmos com profissionais, da saúde e da educação, que se esquivam do tema sexual ou (pior) impõem seus valores morais no contexto profissional.

Entretanto, vale citar que outros profissionais são interessados no tema da sexualidade e buscam oficinas ou cursos de capacitação. Esses nem sempre têm como meta a especialização em sexologia. Antes anseiam ferramentas para melhor compreensão e encaminhamento de temas como gênero, papel sexual, orientação de objeto sexual e transtornos sexuais.

¹ Psicóloga, Terapeuta sexual, Docente do Curso de Pós Graduação em Educação Sexual do ISEXP, Especialista em Psicodrama filiada à FEBRAP. e-mail: glauryac@hotmail.com

No contexto da clínica psicológica, o interesse de alguns colegas iniciantes é de como manejar o conteúdo sexual, seja transtorno ou um conflito, de maneira a facilitar a sua solução ou embasar o encaminhamento para um terapeuta sexual.

Nos trabalhos que desenvolvo de capacitação para educadores, a fim de desenvolverem habilidades no manejo dos temas transversais em sala de aula, percebo a inaptidão de muitos deles na condução das questões de sexualidade; não por indisponibilidade, mas por ausência de um respaldo científico que lhes assegure a atualização das informações, assim como o desenvolvimento do papel de multiplicador, um treino com o intento de desenvolver a espontaneidade criadora.

Psicodrama e Sexualidade

O referencial psicodramático revela conceitos que nos ajudam no estudo, na compreensão do desenvolvimento da sexualidade e no tratamento de seus transtornos.

O conceito de espontaneidade moreniano é o primeiro princípio de uma teoria que busca compreender o Homem em sua dimensão enquanto ser, em suas relações com os outros, em suas artes e em sua religião. Abrange tanto a dimensão filosófica quanto psicológica; se na primeira é a explicação para toda criatividade no mundo, na segunda responde à ideia de capacidade do indivíduo para reagir adequadamente a cada nova situação, ou renovar a resposta de uma situação já conhecida, transformando-a com originalidade e satisfação.

É possível observar que a espontaneidade se realimenta mutuamente, em vínculos saudáveis, possibilitando ao indivíduo ampliar seu potencial criativo ao lado de outro.

Compreendo os transtornos da resposta sexual, além de um comprometimento patológico, como bloqueios que impedem um ato espontâneo; habilidades seriamente comprometidas do indivíduo para expressar-se livremente na relação erótica e usufruir do prazer que ela proporciona.

Nos casais com transtornos sexuais identificamos um empobrecimento na capacidade de entrosamento e de comunicação, uma disfunção do relacionamento afetivo, que os afasta gradativamente de oportunidades de expressão erótica.

Segue-se outro substancial fundamento: a teoria dos papéis, que se apresenta com a noção de que desempenhamos diferentes papéis (desde o nosso nascimento) em nossas relações. Moreno trouxe o conceito de papel do âmbito teatral e, por acreditar que o homem é um ser em relação, o papel compreende aspectos de ação, de imaginação e de funções sociais.

‘O papel pode ser definido como uma pessoa imaginária criada por um dramaturgo: um Hamlet, um Otelo, um Fausto; esse papel imaginário pode não ter existido, como é o caso de Pinóquio ou de Bambi. Pode ser um modelo de existência, como Fausto; ou uma imitação de existência como Otelo. Também se pode definir o papel como uma parte ou um personagem que um ator torna presente: por exemplo, uma pessoa imaginária como Hamlet, trazido à realidade por um ator. Também se pode definir o papel como um caráter ou função assumidos na realidade social: juiz, médico, congressista. Pode-se definir o papel como as formas reais e tangíveis que a pessoa adota.’ (MORENO,1991, p.206)

A expressão da sexualidade em cada um de nós é tão profundamente integrada aos nossos papéis sociais e psicológicos, que delinea nossas relações afetivas e nosso comportamento sexual.

A todo papel corresponde um contra-papel ou papel complementar; os desempenhos dos mais variados papéis são vivências interpessoais que mantêm um vínculo relacional: pai, marido, filho, funcionário, proprietário, amante. ‘O papel é a forma de funcionamento que um indivíduo assume no momento específico em que reage a uma situação específica, na qual outras pessoas ou objetos estão envolvidos.’ (MORENO, 1991. p.27)

Fonseca (1999) refere que Moreno não se ocupou em focar o estudo da sexualidade, mas nos proporcionou a possibilidade de pesquisá-la através do psicodrama e do estudo dos papéis em relação. Portanto, compreendendo que os papéis traduzem a impregnação social e cultural da sexualidade, ele busca ‘estabelecer correlações entre as fases de desenvolvimento psicosssexual e os modos de ser nas relações amorosas (sexuais) adultas.’ (Idem, p.224).

O tema sexual pode ser trabalhado, através da metodologia psicodramática, num contexto educacional, clínico, ou comunitário.

Nos anos 1990, vários autores se reuniram para discorrer sobre as vantagens da metodologia de ação educativa, como um processo participativo de criação e produção, centrado no aprendiz, que visava alcançar resultados internos (incorporação de capacidade, valores, habilidades e atitudes) e externos (na produção de material para uso deles mesmos). Surgiam assim, as metodologias participativas de origem construtivistas.

Na mesma época, Romaña (1996) lançava o termo ‘pedagogia do drama’ e atestava, através de relatos de sua experiência, que fazer uso do psicodrama como metodologia da didática em sala de aula, proporcionava o conhecimento mais integrado a partir do envolvimento do corpo, da mente e do ambiente. Sua contribuição trazia o sentido da transformação através da ação.

No sociodrama, o protagonista é o indivíduo que surge para a ação dramática. Representando os sentimentos que permeiam o grupo, ele se destaca como aquele que vai ser o ator principal na cena a ser realizada. Cena esta que se propõe a elucidar os conflitos da coletividade ali simbolizada.

O vocábulo ‘sociodrama’ tem duas raízes: *socius*, que significa sócio, o outro indivíduo, e *drama*, que significa ação. Sociodrama significaria, pois ação em benefício de outro indivíduo, de outra pessoa. (MORENO, 1991. p.411)

Diversos autores relatam a experiência positiva em aula de formação de terapeutas sexuais na cidade de Campinas, aplicando a modalidade sociopsicodramática do Teatro-Debate como estratégia para a reflexão do tema apresentado, juntamente com o envolvimento de todos os participantes. (AGUIAR; BATAGLINI; GARCIA; MONTEIRO; RIGOLETTOE e RIX, 2004)

No contexto clínico, Fleury descreve seu modelo de psicoterapia de grupo tematizada e de tempo limitado, cujo objetivo é o desenvolvimento da função sexual satisfatória, com foco na sociodinâmica do grupo e seus modelos relacionais.

‘Segue-se a atividade dramática, visando a ampliação do contexto grupal, abrindo espaço para a integração de conteúdos cognitivos, emocionais e psicossociais. Com a atividade dramática, resgata-se o *background* cognitivo e sociocultural dos membros do grupo.’ (FLEURY, 2004, p.96)

No atendimento individual, ou de casais, com queixa sexual, o formato da sessão psicodramática possibilita o uso de técnicas como *video-tape*, inversão de papéis, *role-playing*, desdobramento do eu entre outras, como ferramentas para o alívio da ansiedade do desempenho sexual, identificação de medos inconscientes e confrontação de comportamentos destrutivos dentro da parceria. Mas este assunto pode ser melhor discutido em outra oportunidade.

Considerações Finais

A compreensão do exercício da sexualidade envolve o conhecimento de uma gama de fatores socioculturais, além dos fatores biológicos. Ainda hoje os cursos universitários de saúde e educação não preparam, habilmente, seus futuros profissionais para atuarem adequadamente às demandas de teor sexual.

O procedimento do sociodrama permite que seus participantes possam identificar suas limitações e melhor desenvolver sua conduta profissional.

O referencial psicodramático é, a meu ver, indicado como forte ferramenta para que a construção do conhecimento da sexualidade e o desenvolvimento do papel de multiplicador ou de

terapeuta se estabeleçam. Jogos dramáticos, dramatizações e vinhetas, são ferramentas aplicadas em grupos, diante de situações que visam ao aprendizado ou à superação de dificuldades, como os são as disfunções sexuais.

Referências

AGUIAR, M.; BATAGLINI, R.; GARCIA, M.; MONTEIRO, G.; RIGOLETTO, R.; RIX, K. O Psicodrama e a Educação Sexual através do Teatro-Debate. **Revista Brasileira de Psicodrama**, Vol.12, nº2, São Paulo: p.169-178, 2004.

FLEURY, H. J. Sexualidade: Menopausa e Andropausa. **Revista Brasileira de Psicodrama**, Vol.12, nº2, São Paulo: p.85-98, 2004.

FONSECA, J. **Psicoterapia da Relação**. Elementos de Psicodrama Contemporâneo. São Paulo: Ágora, 2ª ed., 1999, p.219-233.

MORENO, J. L. **Psicodrama**. São Paulo: Cultrix, 1991, p.206.

ROMAÑA, M. A. **Do Psicodrama Pedagógico à Pedagogia do Drama**. Campinas: Papirus, 1996

ENTREVISTAS

SEXUALIDADE E MÍDIA

Entrevista com o Comunicador Social *Marcio Ruiz Schiavo*

Por *Tereza Cristina Pereira Carvalho Fagundes*

Marcio Ruiz Schiavo é Comunicador Social, Diretor da Comunicarte e Secretário geral da SBRASH. Está a muito tempo presente no cenário da sexualidade trazendo a contribuição da área da comunicação. Acompanha diretamente a organização da SBRASH tendo sido presidente da Sociedade durante os anos de 2001 à 2003. Foi Diretor da OLES (Oficina Latino-americana de Educação Sexual), do CRESALC (Comité Regional de Educação Sexual da América Latina e do Caribe), foi fundador da FLASSES (Federação Latino-americana de Sociedades de Sexologia e Educação Sexual e Secretario da WAS (World Association for Sexual Health).

Mídia e sexualidade – uma relação inevitável?

O meio é a mensagem, conforme Marshall McLuhan agregou. Sexualidade e mídia andam juntas há muito tempo. É claro que alguns meios são suportes mais apropriados para mensagens sobre sexualidade. Mas de alguma maneira todos tem relação com a sexualidade.

As mídias sociais colocaram esta questão mais ainda em evidência. Facebook, Blogs e outras formas de exposição e busca, reforçaram as soluções entre mídia e sexualidade.

As construções das identidades de gênero são influenciadas pelos meios de comunicação? Comente.

Com certeza as identidades de gênero sofrem influência da mídia e, ao mesmo tempo, a influenciam. A forma pela qual a masculinidade e a feminilidade são apresentadas na media, vão refletir em conhecimento, atitudes e práticas das pessoas quanto ao comportamento sexual.

De uma forma geral, esta influência tem sido positiva. Os direitos sexuais e reprodutivos e a equidade de gênero, por exemplo, devem parte de sua legitimação ao papel que a mídia desempenhou em relação a essas questões. Há ainda outras variáveis nas quais o papel da mídia também deve ser considerado, como os direitos dos homossexuais e o combate a homofobia. A mídia tem sido importante aliada nos avanços verificados no campo da sexualidade.

Em sua percepção, que meios de comunicação são mais eficazes para ditarem normas e comportamentos sexuais?

O meio mais eficaz, sem dúvida é a televisão. E na televisão são as telenovelas que mais influenciam as condutas sexuais. Uma mulher brasileira, nas diversas categorias em que podem ser classificadas, assiste durante seu período fértil (considerando este entre os 15 e 45 anos) de 9.000 a 15.000 horas de telenovelas. Em todas as novelas as questões sexuais ocupam total ou parcialmente o núcleo das tramas. O comportamento assumido pelos personagens masculinos e femininos acaba pautando muitas vezes a conduta das pessoas.

Da mesma forma que os modismos lançados pela televisão, telenovelas, as atitudes e práticas sexuais acabam por interferir no jeito de ver, sentir e agir da população em relação à sexualidade. Não podemos também ignorar as novas mídias, ou mídias sociais, e seu efeitos, principalmente entre a população de adolescentes e jovens. As oportunidades de experiências e vivências sexuais presentes nestes meios cada vez mais interferem na vida sexual das pessoas.

É costume se ouvir dizer que os meios de comunicação contribuem para “acelerar a sexualidade de adolescentes”. Como o senhor analisa a questão?

O aumento de exposição a cenas e situações sexuais pode sim influir no conhecimento e atitudes dos adolescentes sobre sexualidade. No entanto não considera este fator determinante. Sexualidade é parte da vida e da identidade de cada pessoas, e portanto, está presente em todos os momentos, da concepção à morte. O início da vida sexual tem muito mais a ver com o estado nutricional da pessoa, por exemplo. Tradicionalmente a mulher inicia sua vida sexual três ou quatro anos após a menarca. Com a diminuição da menarca, a iniciação sexual também passou a ser mais cedo. Por outro lado, como bem salientou Josué de Castro, as pessoas com alto grau de deficiência nutricional tendem a ter mais filhos, como resposta a preservação da própria espécie. Ou seja: mais que a mídia, o estado nutricional influi no exercício da sexualidade, tendo ou não impacto na reprodução.

Outras questões socioculturais também devem ser consideradas e não se pode atribuir um único fator a aceleração ou postergamento do exercício pleno da sexualidade.

Acredita que, de modo abrangente, programas de televisão interferem positivamente ou negativamente no desenvolvimento sexual das crianças?

Uma criança entre 2 e 6 anos tem mais tempo de exposição à televisão do que a mãe. A propriedade do que está assistindo irá refletir em seu desenvolvimento sexual. No entanto, como dito anteriormente, não se pode atribuir a um único fator o desenvolvimento sexual de uma criança. O que a criança assiste e as experiências que vivencia poderá ter impacto positivo ou negativo, não só em sua sexualidade, mas em todo seu processo de desenvolvimento físico, emocional e intelectual.

O que devem fazer os pais quando constatam que suas crianças e os adolescentes estão seguindo exemplos, por eles considerados inapropriados, de personagens de telenovelas?

Diversas pesquisas focam nas possíveis influências, positivas ou negativas, que a ficção pode proporcionar. E esta preocupação vem de longe. Tomemos como exemplo as histórias infantis contadas por nossas avós (ou bisavós,...). Os reinos encantados, povoados por fadas, princesas e duendes onde, forças do bem ou do mal interagem todo o tempo, poderiam também ser responsabilizados por comportamentos perniciosos ou generosos nas pessoas. Isso sempre existiu, mudando-se apenas o meio de comunicação e o acesso aos mesmos. Os arquétipos seguem sendo os de sempre.

É claro que se espera que um pai e uma mãe eduquem seus filhos. Essas funções não podem ser substituídas pela televisão ou mesmo por um ingresso mais cedo no sistema escolar. Mãe e Pai são insubstituíveis em seus papéis. O que se verifica com frequência é que, mais que sobrar televisão, falta pai e mãe para as crianças.

E como podem os/as professores/as educarem para uma sexualidade saudável, considerando a forte influência da mídia no comportamento sexual de seus alunos?

Professores são facilitadores do processo de ensino-aprendizagem. O papel que a eles correspondem na formação da sexualidade é relevante. O problema é que quase sempre os professores não estão preparados para desempenhar seus papéis de forma apropriada. O certo e o errado, em se tratando de sexualidade, não têm limites às vezes tão claros.

Imagine um professor de matemática que não saiba resolver as quatro operações. Da mesma forma, o simples fato de ser professor não qualifica para saber sobre sexualidade, principalmente quanto ao papel que deve desempenhar nas relações educador/ educando.

O simples fato de qualificar a sexualidade como saudável (ou não) já é controverso. Um determinado comportamento pode ser considerado correto por uns e errado por outros. Este fato alimenta a polêmica e os debates sobre a legislação no que se tange aos comportamentos sexuais de diferentes grupos sociais. Para uns, ter um professor de idiomas homossexual não tem problemas. Mas se este professor der aulas de sexualidade, muitos irão reclamar...

Considera os meios de comunicação disseminadores de exemplos de preconceitos e estereótipos sexuais e de gênero?

Os meios de comunicação e seus conteúdos são feitos por pessoas. Pessoas preconceituosas e portadoras de estereótipos sexuais e de gênero produzirão conteúdos preconceituosos e estereotipados. O meio, em si, não pode ser responsabilizado pelo mal uso que dele se faz. Não devemos atribuir à mídia os males feitos de seus produtores.

É um princípio bíblico: a Cezar o que é de Cezar. A Deus o que é de Deus.

E com relação à violência sexual? A mídia, como veículo de divulgação do fenômeno, contribui para a diminuição ou se constitui em estímulo à prática dos agressores?

Uma das definições de comunicação é tornar comum alguma coisa. Neste sentido, quando se divulga atos de violência, sejam eles de natureza sexual ou não, os mesmos são tornados comuns e não uma execrância que não deve ser tolerada.

A repetição desses atos e a frequência com que são divulgados contribuem para a forma com que serão percebidos. No entanto, afirmar que a divulgação de atos de violência sexual contribui diretamente para o aumento ou diminuição dos mesmos é um exagero de interpretação.

Em sua opinião, a mídia incrementa o aumento da demanda social pela transexualização que vem acontecendo nos últimos anos?

A transexualização, quando bem identificada e conduzida com ética e seriedade, é uma questão muito específica. O que pode acontecer – e é bom que aconteça, é o fato de uma pessoa que se vê nesta situação, a partir de uma reportagem, por exemplo, buscar atendimento apropriado. Ou seja: a divulgação de um caso de transexualização anima a outra pessoa que se identifica com o caso divulgado, a procurar solução também para o seu caso.

A comunicação reduz incertezas e facilita o acesso a uma eventual solução.

Promover a transexualização como um “produto ao alcance de todos”, evidentemente, é uma bobagem que deve ser considerada.

Acredita que a mídia contribua para uma maior aceitação da diversidade sexual na atualidade?

Sem dúvida as mídias contribuem para aumentar a aceitação da diversidade sexual. Exemplificar casos e situações, comportamentos prevalentes na família, na escola, no ambiente de trabalho, mostrando com exemplo que tolerância é uma virtude, contribui para a aceitação da diversidade sexual. O mesmo ocorre com a aceitação de outras culturas, religiões ou etnias.

Sendo comunicólogo, o que vê de positivo para a sexualidade, veiculado pela mídia, na contemporaneidade?

Temos no nosso planeta cerca de 7 bilhões de pessoas. Os principais indicadores sociais vêm apresentando melhoras, embora mais lentamente do que desejamos, é verdade. Nas questões que envolvem o exercício da sexualidade e a reprodução, os avanços tem sido significativos e os meios de comunicação são atores importantes nos avanços alcançados.

O uso de métodos anticoncepcionais seguros permite que as pessoas separem conscientemente sexo de reprodução. A taxa de fertilidade no Brasil, por exemplo, caiu de mais de 5 filhos por mulher (nos anos 60) para cerca de 2 filhos por mulher (a partir do ano 2000).

Não é de se supor que a prática sexual tenha diminuído ou a libido do brasileiro ande em baixa. O que ocorre é que o exercício da sexualidade desvinculado da reprodução cresceu muito. Vários atores sociais contribuíram para isso, sem nenhuma dúvida, o acesso aos meios de comunicação e principalmente a televisão, tem importância relevante neste fenômeno.

A mídia ajudou a melhorar o exercício da sexualidade. No percurso pode ter havido exageros ou mesmo situações midiáticas indesejadas. Mas no balanço geral, os meios de comunicação são bons parceiros do sexo seguro, prazeroso e responsável.

Salvador, 16 de março de 2011.

Tereza Cristina Pereira Carvalho Fagundes

Doutora em Educação / Membro do Conselho Deliberativo da SBRASH

TÓPICOS

ATUALIZAÇÃO CADASTRAL E ANUIDADE

SBRASH Sociedade Brasileira de Estudos em Sexualidade Humana

SÓCIOS ANTIGOS

Todos os socios antigos devem ATUALIZAR OS SEUS DADOS - Entrar no Portal www.sbrash.org.br clicar em “SOCIOS” e depois em “ATUALIZE SUA SITUAÇÃO” preencher o formulário e enviar.

NOVOS SÓCIOS

Entrar no Portal www.sbrash.org.br clicar em “FILIE-SE” preencher o formulário e anexar.

